

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
LINHA DE PESQUISA ESTADO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SUSANA MARIA BARTMEYER

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:  
DIÁLOGOS ENTRE AS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO

PONTA GROSSA  
2022

SUSANA MARIA BARTMEYER

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:  
DIÁLOGOS ENTRE AS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Linha de Pesquisa Estado, Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

PONTA GROSSA  
2022

B291 Bartmeyer, Susana Maria  
Educação em Direitos Humanos e Violência no Ensino Superior: diálogos entre as estudantes da graduação / Susana Maria Bartmeyer. Ponta Grossa, 2022.  
196 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

1. Epistemologias do sul. 2. Decolonial. 3. Feminismo. 4. Gênero. 5. Paz. I. Salles Filho, Nei Alberto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 370.114

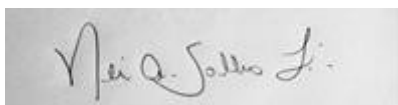
## TERMO DE APROVAÇÃO

**SUSANA MARIA BARTMEYER**

**“Educação em direitos humanos e violência no Ensino Superior:  
diálogos entre as estudantes da graduação”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos membros da Banca



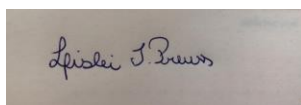
---

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho - UEPG - PR -Presidente



---

Prof.ª. Dr.ª. Juliana Brandão Machado – UNIPAMPA - RS – Membro Externo



---

Prof.ª. Dr.ª. Lislei Teresinha Preuss – UEPG - PR – Membro Interno

---

Prof.ª. Dr.ª. Eloíza Apª Silva Ávila de Matos– UTFPR - PR– Suplente Externo

---

Prof.ª. Dr.ª. Cleide Lavoratti – UEPG – PR – Suplente Interno

Ponta Grossa, 02 de junho de 2022

Dedico à educação pública brasileira, na qual completei todos os passos de minha  
formação.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Claudilene Aparecida Pandorf, que é uma mulher espetacular, cuja história de vida é marcada por sua superação frente ao patriarcado;

Ao Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho, pela contribuição de seus conhecimentos e sugestões na orientação desta dissertação, sempre preocupado com a saúde mental e com o desenvolvimento pessoal da orientanda;

Às minhas amigadas, Guilherme Portela, Rachel Libois, Agatha Tullio, pelo apoio, incentivo e colaborações com minha pesquisa e com minha vida pessoal;

Às professoras que compõe a banca, Lislei Preuss e Juliana Machado, que contribuíram com informações e leituras pertinente para este estudo;

Aos meus familiares, Rebeca Maria Bartmeyer, Petra Maria Bartmeyer, Claudine Maria Bartmeyer, Guilherme Antônio Bartmeyer, que sempre alimentaram minha autoestima e empoderamento;

Ao meu companheiro, Gabriel Henrique Ueno Scudlarek, e sua família que hoje é minha família, pelo apoio e amor dedicado;

Ao Núcleo Maria da Penha, que me permitiu estágio de dois anos, onde pude atender e aprender com casos de violência doméstica e/ou familiar;

À equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pelos ensinamentos e conhecimentos adquiridos durante a residência;

Às participantes desta pesquisa, por se disponibilizarem a participar e contar suas histórias.

Estou vivendo como um mero mortal profissional  
Percebendo que às vezes não dá pra ser didático  
Tendo que quebrar o tabu e os costumes frágeis das crenças limitantes  
Mesmo pisando firme em chão de giz  
De dentro pra fora da escola é fácil aderir a uma ética e uma ótica  
Presas em uma enciclopédia de ilusões bem selecionadas  
E contadas só por quem vence  
Pois acredito que até o próprio Cristo era  
Um pouco mais crítico em relação a tudo isso  
E o que as crianças estão pensando?  
(Canção de Elza Soares: Exú nas Escolas. Composição: Edgar e Kiko Dinucci)

## RESUMO

A pesquisa se insere na temática da educação em direitos humanos e violência. Dentro dessa temática, o problema de pesquisa foi questionar quais são os diálogos das estudantes de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sobre educação em direitos humanos e violências. Para isso, o objetivo geral, foi analisar os diálogos das estudantes da graduação universitária sobre direitos humanos e violência, o que se dividiu em desenvolver a pesquisa através da construção epistemológica do conhecimento científico feminista e do Sul Global; relacionar os conceitos de educação em direitos humanos no ensino superior e enfrentamento à violência nesse espaço e analisar a partir de uma proposta de epistemologia feminista do Sul Global os diálogos das estudantes sobre direitos humanos e violência na universidade. Os objetivos foram cumpridos através da pesquisa bibliográfica, do estudo de campo através do uso dos grupos focais virtuais e da análise de conteúdo. Fruto da pesquisa bibliográfica, os marcos teóricos adotados foram as epistemologias do Sul de Santos (2013), o conceito de direitos humanos em Herrera Flores (2009), em Beauvoir (2016) se buscou conceituar gênero, a colaboração para pensar um feminismo decolonial foi trazida com Castro (2020), as relações de violência de gênero embasaram-se em Saffioti (2004), o autor Jares (2002) contribuiu para pensar a violência e a educação para a paz, assim como o autor Salles Filho (2016) permeia a discussão de cultura de paz. Através dos conceitos abordados, elencou-se o grupo focal como método para pesquisa de campo, em que Gatti (2005) foi basilar. Foram realizados 3 (três) encontros com o mesmo grupo, apenas com participantes do gênero feminino, todas estudantes da graduação da UEPG. Com a análise de conteúdo foi possível perceber que os diálogos captados nos encontros destacaram poucas discussões no espaço universitário sobre direitos humanos; muitos episódios de violências (psicológica, moral, sexual, física, etc.) dentro das relações no ensino superior, principalmente nas relações professor-aluna; presença de uma estrutura que privilegia homens no ambiente de ensino superior; descrédito na instituição enquanto UEPG para enfrentar as violências que acontecem. A pesquisa considerou ao final que a educação em direitos humanos no ensino superior é uma possibilidade de enfrentamento das violências relatadas nesse espaço, uma vez que aborda questões de gênero, raça, classe, etnia, desigualdade e promove o diálogo como solução para os conflitos.

**Palavras-chave:** Epistemologias do Sul. Decolonial. Feminismo. Gênero. Paz.



## ABSTRACT

The research is part of the theme of education in human rights and violence. Within this theme, the research problem was to question what are the dialogues of UEPG undergraduate students on education in human rights and violence. The general objective was to analyze the dialogues of university undergraduate students on human rights and violence, which was divided into developing research through the epistemological construction of feminist and Global South scientific knowledge; to relate the concepts of human rights education in higher education and to confront violence in this space and to analyze the dialogues of students on human rights and violence at the university from a proposal of feminist epistemology from the Global South. The objectives were accomplished through bibliographic research, field study through the use of virtual focus groups and content analysis. As a result of the bibliographic research, the theoretical frameworks adopted were the epistemologies of the South of Santos (2013), the concept of human rights in Herrera Flores (2009), in Beauvoir (2016) has been to conceptualize gender, the collaboration to think a decolonial feminism was brought with Castro (2020), gender violence relations were based on Saffioti (2004), the author Jares (2002) contributed to thinking about violence and education for peace, as well as the author Salles Filho (2016) permeates the discussion of a peace culture. Through the concepts discussed, the focus group was listed as a method for field research, in which Gatti (2005) was fundamental. Three (3) meetings were held with the same group, with only female participants, all undergraduate students at UEPG. With the content analysis, it can be seen that the dialogues captured in the meetings highlighted few discussions in the university space on human rights; many episodes of violence (psychological, moral, sexual, etc.) within higher education relationships, especially in relationships between student and teacher; presence of a structure that privileges men in the higher education environment; discredit in the institution as a UEPG to face the violence that happens. The research considered that human rights education in higher education is a possibility to face the violence reported in this space, since it addresses issues of gender, race, class, ethnicity, inequality and promotes dialogue as a solution to conflicts.

**Keywords:** Epistemologies of the South. Decolonial. Feminism. Gender. Peace.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Fotografia 1 – Azulejos Clitorianos.....	15
Figura 1 – Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos – Brasil 2019 .....	26
Fotografia 2 – Géneses e Sofrimento.....	48
Fotografia 3 - Bulas .....	66
Fotografia 4 – Anomalias Uterinas .....	83

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - EPISTEMOLOGIA: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA A PARTIR DOS FEMINISMOS E DOS DIREITOS HUMANOS</b> .....	15
1.1 ALTERNATIVAS AO EPISTEMICÍDIO.....	18
1.2 OS SUJEITOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	24
1.3 A UNIVERSIDADE E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL .....	30
1.3.1 Apontamentos teóricos sobre os Direitos humanos .....	33
1.4 DIREITOS HUMANOS E FEMINISMOS .....	37
1.4.1 Breve consideração histórica dos movimentos feministas .....	42
<b>CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AOS DIREITOS HUMANOS</b> .....	48
2.1 VIOLÊNCIA, FEMINISMO E EDUCAÇÃO .....	52
2.1.1 Educar sobre os direitos humanos pela crítica.....	59
<b>CAPÍTULO 3 – PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	66
3.1 GRUPOS FOCAL: UMA METODOLOGIA VOLTADA AO DIÁLOGO .....	68
3.1.1 A realização de grupos focais virtuais .....	70
3.1.2 Operacionalização dos encontros .....	74
3.1.3 O perfil das estudantes selecionadas dentro do universo da UEPG .....	76
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	80
<b>CAPÍTULO 4 – DISCUSSÕES E RESULTADOS</b> .....	83
4.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: categoria um.....	86
4.2 VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE: categoria dois .....	93
4.3 RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E GÊNERO NA UNIVERSIDADE .....	104
4.4 OS SENTIMENTOS E IMPRESSÕES DAS PARTICIPANTES APÓS CADA ENCONTRO.....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125
<b>ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	136
<b>ANEXO B – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS</b> .....	139
<b>ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DOS ENCONTROS</b> .....	144

## INTRODUÇÃO

A educação em direitos humanos é uma temática abordada por diversos campos do conhecimento e pesquisadores no Brasil, principalmente após a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2007. Baseado em documentos internacionais, o Plano prevê a educação em direitos humanos em todos os níveis educacionais, e assim, na educação superior também.

A educação em direitos humanos no ensino superior, apresentada no PNEDH, pode ser compreendida como um processo que permeia todas as esferas da educação superior: a administração, os cursos, as atividades, o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse processo deve estar voltado para a formação de sujeitos de direitos capazes de agir na promoção cotidiana de valores para a cultura dos direitos humanos (CARBONARI, 2013).

Apesar desse documento ser de 2007, o Estado do Paraná lançou, em 2015, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná. Da mesma forma que o Plano Nacional, há a abrangência do ensino superior (PARANÁ, 2015):

A educação em direitos humanos deve permear todos os espaços educacionais e a EDH no Ensino Superior se efetiva na dialogicidade da teoria e da prática no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, e em transversalidade com todas as áreas de conhecimento, nos cursos de bacharelado e de licenciatura, porque todas têm poder de influenciar as políticas públicas para a proteção e a garantia dos direitos humanos, pois a própria educação em direitos humanos abrange a medicina, a pedagogia, o direito, a história, a engenharia, a estatística, a matemática, a biologia, a geografia, a psicologia, a tecnologia, a comunicação, as artes, a educação física, a nutrição e todas as demais.

O que se pode observar é a preocupação para que todas as áreas do conhecimento na universidade abordem os direitos humanos e o método sugerido para isso é a transversalidade no currículo.

Na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) houve a proposta de curricularização do ensino em direitos humanos através da transversalidade e transdisciplinariedade para todos os currículos da graduação no ano de 2019. Entretanto, essa proposta não foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Entretanto, a não-aprovação interna sobre a curricularização dos Direitos Humanos na UEPG não desobriga a Universidade de seguir o PNEDH, assim como o

Plano Estadual. A educação em direitos humanos, para além de uma disciplina ou um conteúdo, pode ser um instrumento para enfrentar a violência nos ambientes escolares, incluindo-se dentre eles a Universidade. Alguns acontecimentos recentes demonstram como a violência ocorre no ensino superior, assim como em toda a sociedade, uma vez que a Universidade não é um ambiente isolado.

Para além dos trotes violentos, muitas vezes incentivados por atitudes homofóbicas e machistas, a UEPG enfrentou nos últimos anos: vídeo de violência doméstica de professor de educação física da instituição (POLÍCIA, 2018), feminicídio por parte de um acadêmico contra uma acadêmica de agronomia (POLÍCIA, 2018), assaltos diversos a estudantes, inclusive um episódio em que um estudante de odontologia intercambista foi baleado (RCP, 2017), assédios e importunações sexuais em banheiros femininos de pedagogia (UEPG, 2017), carta de ameaça de massacre (APÓS, 2019); provocações homofóbicas entre os cursos de agronomia e odontologia (CENTRO, 2020).

Diante desses poucos exemplos que ganharam a mídia, podemos observar que as questões de violência, nos últimos anos, estão presentes na UEPG. E dentre eles, há uma conexão com os temas que o PNEDH propõe serem levantados e discutidos pela educação em direitos humanos. São preocupações da educação em direitos humanos as questões de gênero, raça, vulnerabilidade social, minorias sociais, exclusão, meio ambiente, orientação sexual, etc.

Por tanto, a educação em direitos humanos se preocupa em desconstruir a cultura de violência para construir uma cultura de paz por meio da educação. A partir de um recorte da apresentação da temática, através da limitação de sujeitas mulheres e de local de pesquisa – somente a UEPG -, trabalhou-se com o problema: quais os diálogos sobre direitos humanos e violências que as estudantes da graduação da UEPG apresentam?

Objetivo geral, assim, foi analisar os diálogos das estudantes da graduação universitária sobre direitos humanos e violência. Desdobra-se esse objetivo geral em objetivos específicos: a. desenvolver a pesquisa através da construção epistemológica do conhecimento científico feminista e do Sul Global; b. relacionar os conceitos de educação em direitos humanos no ensino superior e enfrentamento à violência nesse espaço; c. analisar a partir de uma proposta de epistemologia

feminista do Sul Global os diálogos das estudantes sobre direitos humanos e violência na universidade.

Para isso, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, através do levantamento do referencial teórico, e também documental, através da pesquisa em notícias, legislações e demais fontes. Mas também foi utilizada a pesquisa de campo através da realização de grupos focais com as estudantes. Para trabalhar os dados obtidos através dos grupos focais optou-se pela análise de conteúdo.

Esse movimento investigativo e redacional materializou-se na seguinte estrutura de capítulos: o primeiro capítulo formou o solo epistemológico da discussão unindo conceitos trazidos pela epistemologia do Sul, fortemente trabalhado com os conceitos de Santos (2013) junto com as discussões de epistemologias feministas, trazendo autoras como Beauvoir (2016), Saffioti (2004), Castro (2020), dentre outras. Além disso, já nesse capítulo há o início da discussão sobre direitos humanos que teve como marco teórico os conceitos de Herrera Flores (2009).

No segundo capítulo a discussão se volta para a violência e a educação. É brevemente explanado sobre os conceitos clássicos de violência em Arendt (2010), Sen (2015), Han (2017) e já se introduz a discussão de Jares (2002). Nesse capítulo se faz uma discussão sobre a violência a partir da perspectiva feminista e se aprofunda na educação em direitos humanos como alternativa para enfrentar a violência dentro da educação no ensino superior.

O capítulo três está limitado a discussão metodológica, demonstrando as especificidades da realização do grupo focal como uma metodologia de pesquisa voltada ao diálogo, apresentando o perfil das estudantes participantes da pesquisa, fazendo apontamentos sobre as adequações realizadas na pesquisa devido à pandemia da Covid-19 e a necessidade do distanciamento social e o reforço dos meios tecnológicos para se ir a campo.

O último capítulo se preocupa com a discussão dos resultados obtidos em toda a caminhada da pesquisa. Além disso, procura relacionar os resultados com os apontamentos teóricos feitos nos capítulos anteriores. Nesse capítulo os diálogos das estudantes durante os grupos focais se mostram pertinentes com as categorias teóricas trazidas em toda a dissertação referentes a educação em direitos humanos no ensino superior.

A temática dos direitos humanos na educação superior perpassa a história e desenvolvimento individual da pesquisadora, uma vez que a formação em Bacharelado em Direito permitiu as primeiras aproximações com os direitos humanos e, durante sua atuação em projetos interdisciplinares de extensão, percebeu a importância do conteúdo de direitos humanos não ser apenas um estudo do curso de Direito, mas estar presente em outras grades curriculares.

Profissionalmente, a pesquisadora, paralelamente com o mestrado, desenvolveu residência estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), em que também pôde ter contato com a importância da discussão para além do campo do Direito, uma vez que a educação em direitos humanos pretende promover a cidadania e a construção de valores para a paz, daí o reforço para se pensar a educação em direitos humanos dentro de um programa de pós-graduação interdisciplinar, somando e mesclando os conteúdos e interpretações científicas sobre um mesmo objeto.

A curricularização da educação em direitos humanos, através da transversalidade na grade curricular, uma vez não aprovado pelo CEPE, órgão majoritariamente formado por não-estudantes, não desobriga a universidade em seguir os planos nacionais e estaduais de educação em direitos humanos.

A relação de poder existente, mais presente na universidade, é atualmente, a relação professor-aluno. Nessa relação, muitos estudantes são vítimas de atitudes violentas e não denunciam. Também são os estudantes que irão para a atuação profissional e demandam de conhecimentos cada vez mais globais, que não se limitam a grade curricular original. Os direitos humanos são um tema cada vez mais em discussão e espera-se um conhecimento mínimo do formando no ensino superior sobre. Dessa forma, a pesquisa ocorreu dentro do contexto universitário da UEPG, no período de 2020/2021/2022, abordando a perspectiva das estudantes, valorizando as sujeitas mulheres.

Atualmente, a educação em direitos humanos é um tema cada vez mais abordado no ensino superior, nesse sentido, podemos citar Silva (2013); Moraes (2014). Assim, esta pesquisa pretende contribuir tanto no campo teórico sobre a temática da educação em direitos humanos no ensino superior como também com a própria UEPG, uma vez que o debate sobre a curricularização e, mais do que a importância da curricularização, a necessidade da discussão em direitos humanos no

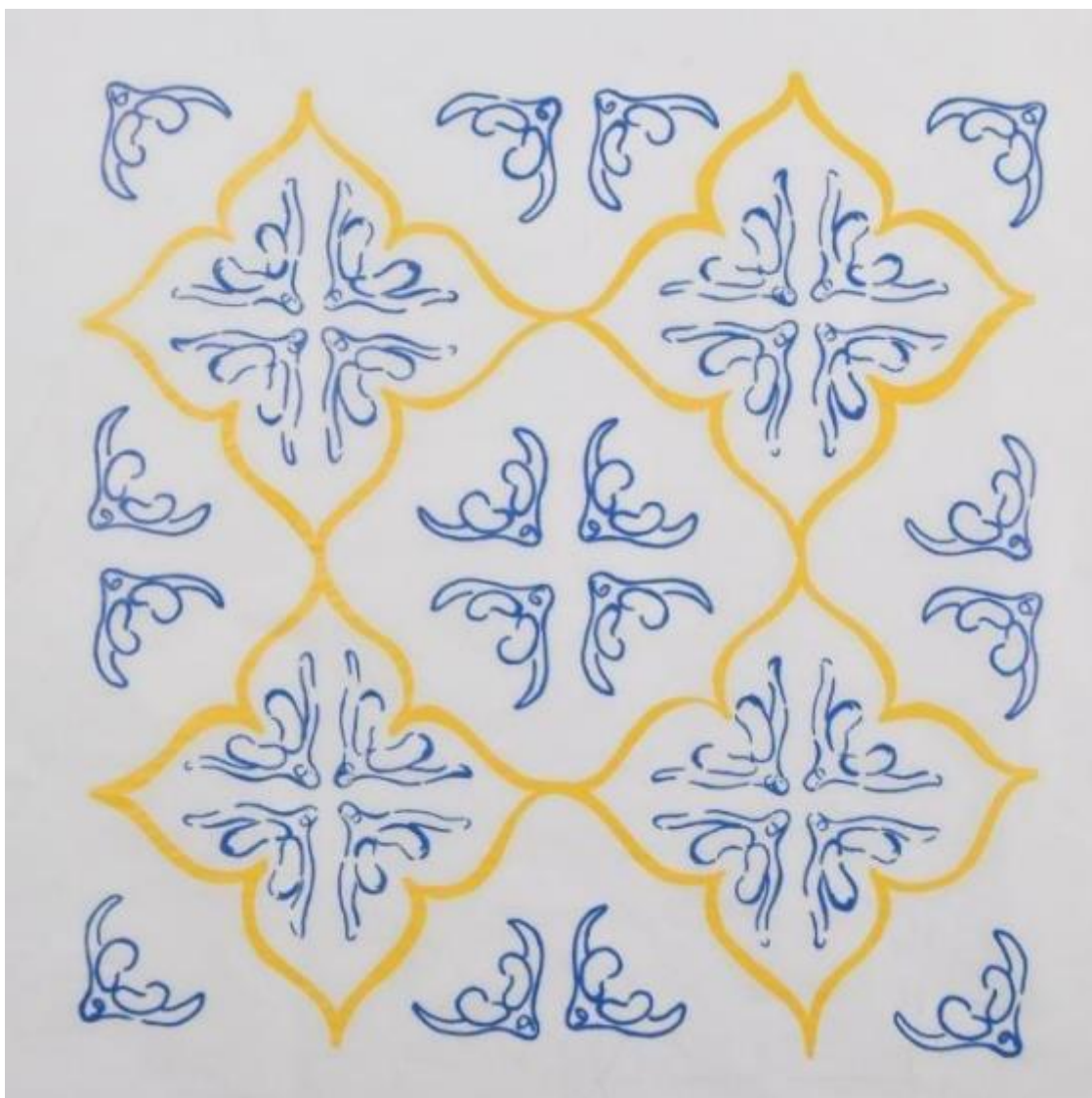
ensino superior será levantada pela pesquisa. Ainda, durante a pesquisa, através da metodologia com grupos focais, valoriza-se a atuação da pesquisadora com as estudantes, propondo às mesmas, durante as discussões e debates do grupo, a reflexão sobre a temática e, possivelmente, construirão opiniões, dúvidas, laços e aprendizados sobre os direitos humanos e a violência na universidade.

Também se abre a possibilidade de compreender que a violência na universidade, assim como na sociedade em geral, deve ser enfrentada, e dentre os instrumentos e meios para isso, está elencada pela bibliografia levantada a educação em direitos humanos com base em valores da cultura da paz.



## CAPÍTULO 1 - EPISTEMOLOGIA: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA A PARTIR DOS FEMINISMOS E DOS DIREITOS HUMANOS

Fotografia 1 – Azulejos Clitorianos



FONTE: Portfólio. BARTMEYER, C. M. **Azulejos Clitorianos**. 2019. Portugal. Serigrafia sobre papel vegetal. 45 x 45 cm.

O início deste capítulo é ilustrado com a obra *Azulejos Clitorianos*. A obra faz referência direta a técnica de azulejaria portuguesa presente na região do Alentejo em Portugal, onde a repetição de padrões de arabescos coloridos compõe o revestimento interno e externo das residências portuguesas. Muitas residências no Brasil repetiram os padrões de Portugal, seu colonizador. Na obra de Bartmeyer (2019) essa lógica foi

invertida, ela, artista latino-americana em uma ação antropofágica se apropria dos elementos estéticos tais como paleta de cores, arabescos e da ideia de composição por repetição e coloca sobre o clássico português seu corpo, sua individualidade, seu gênero. Da mesma forma, essa dissertação questiona como se produz conhecimentos científicos repetindo padrões europeus e por que não inverter essa lógica e produzir ciências sociais através dos saberes das mulheres latino-americanas.

Assim como o estudo das artes estão conectados com o estudo de diversas áreas, os objetos de estudos das ciências sociais também: a Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia e outras mais (VELHO, 2005). Classicamente, considera-se as ciências sociais frutos dos pensadores Durkheim, Marx e Weber. Os três: homens, brancos, europeus.

Durante o século XX, a maior preocupação dos pensadores europeus, além dos seus objetos de estudos, era a cientificidade. A tendência foi pensar a cientificidade das ciências sociais pelo mesmo molde das ciências naturais (física, química, matemática, etc.), fator que contribuiu para o que se chama de positivismo.

O positivismo foi um movimento de pensamento que dominou parte da cultura europeia (filosofia, artes, literatura) de aproximadamente 1840 até a 1ª Guerra Mundial. O termo foi cunhado devido ao período de paz reinante na Europa e à expansão colonial na África e Ásia, que gerou um clima de entusiasmo em torno da ideia de progresso humano e social irrefreável. (SILVINO, 2007, p. 279).

Não se pode deixar de mencionar, que o marco para o positivismo foi a obra de Augusto Comte. Para ele, todos os problemas e crises sociais poderiam ser solucionadas através da ciência. Os positivistas reivindicavam, assim, o primado do método das ciências naturais e este método se estenderia ao estudo das sociedades (MENDES, 2020).

Contudo, pouco a pouco, o positivismo enfraqueceu, principalmente nas ciências sociais. A partir de Popper, há uma ruptura do positivismo, com o princípio da falseabilidade:

O conhecimento passa a ter uma natureza provisória, ou seja, não é possível demonstrar que aquilo que sabemos é verdadeiro, mas é sempre possível que o conhecimento se revele falso. Nada, na ciência, está permanentemente estabelecido ou é inalterável. É a partir da experimentação de hipóteses refutáveis, negando ou aceitando-as, que a teoria é construída. (SILVINO, 2007, p. 282).

Porém, algumas características do positivismo ainda persistem, como a objetividade/neutralidade do pesquisador e a busca pela quantificação (SILVINO, 2007).

Contrárias a essa insistente tendência positivista, estão as autoras Goldenberg (2011), Farganis (1997) e Saffioti (2003). Para elas, escolher um tema de pesquisa já é uma escolha subjetiva e cheia de valores, uma vez que se escolhe um tema de pesquisa e um problema em detrimento dos demais. Ou seja, as autoras afirmam que não há neutralidade na escolha da pesquisa e isso irá permear todo o seu andamento. “Toda e qualquer ciência é, por conseguinte, conhecimento social. Sejam denominadas ciências duras sejam-no perfumarias, o conhecimento científico reflete o momento histórico, social, político de sua produção.” (SAFFIOTI, 2003, p. 43).

No mesmo sentido apresenta-se Santos (2013), para quem não existe uma epistemologia, uma forma de pensar a validação do conhecimento, que seja neutra, uma vez que o conhecimento deve ser pensado em conjunto com práticas sociais e não a partir de abstrações.

É aí que a verticalização sobre o que é epistemologia entra. “A epistemologia tem por objeto o estudo das condições que possibilitam fornecer a legitimidade, valor e limites do conhecimento científico.” (MENDES, 2020, p. 54). Quando o conhecimento científico está dentro de uma epistemologia positivista, reforça-se os paradigmas da neutralidade, objetividade e quantificação. Todavia, como apontado anteriormente, o positivismo deixou de ser a única epistemologia aceita, abrindo espaço para outras discussões, validando o conhecimento científico de maneira diversa.

Entretanto, o processo epistemológico teve diversas influências históricas e sociais, como em uma via de mão dupla, tanto o pensamento científico influenciou como foi influenciado pelo seu contexto. Não se trata de estabelecer uma passagem cronológica dos eventos sociais e culturais sobre a ciência, mas é preciso questionar como essas influências estão presentes no modo como se produz o conhecimento hoje. Enquanto alguns conhecimentos foram reconhecidos como científicos ao longo do tempo, outros foram descartados, apagados ou deixados de lado.

## 1.1 ALTERNATIVAS AO EPISTEMICÍDIO

A palavra epistemologia pode ser dividida em episteme e logia, sendo possível traduzir como discursos sobre a ciência (MENDES, 2020). O positivismo foi o discurso predominante por muito tempo sobre as ciências sociais. Refletir sobre o positivismo significa entender sobre a linha divisória trazida com ele: de um lado o que é científico e do outro o que não é; de um lado o que é importante e do outro o que não é; de um lado o que deve ser mantido e do outro o que deve ser eliminado. “No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso” (SANTOS, 2013, p. 30). E, por isso, conhecimentos de mulheres, indígenas, negros, camponeses e ciganos, poderiam ser eliminados, o que realmente aconteceu e ainda acontece, e dá-se o nome de epistemicídio.

O termo epistemicídio deriva da junção de epistemologia com homicídio, e, significa, como explica Santos (2013), o assassinato de conhecimentos diferentes pela entrada e dominação de conhecimentos alienígenas. O positivismo era um movimento europeu sobre como fazer ciências sociais, que influenciou não apenas o mundo intelectual, mas cultural e político. Através dele, os povos que não eram europeus, foram classificados, estudados, definidos e colonizados.

Quando os europeus adentraram ao continente americano, trouxeram com eles costumes, fés, objetos, roupas, leis, e principalmente, conhecimentos diferentes dos que haviam aqui, na América (RIBEIRO, 2006). Deu-se o início ao processo de colonização, não apenas da terra, mas dos nativos e de toda sua cultura, suprimindo, conforme explica Santos (2013), os conhecimentos dos povos que aqui estavam.

Galeano (2021) descreve detalhadamente como essa colonização foi assassina. Morreram milhares de corpos indígenas e negros escravizados. Morreram também maneiras de viver, de se relacionar. O que foi assassinado é impossível de contabilizar, pela imensidão, pela extensão, pela duração, pela profundidade com que a colonização se deu na América Latina.

Esse processo não parou quando os países deixaram de ser colônias europeias. A exploração da América Latina foi insumo para o crescimento do capitalismo (GALEANO, 2021). E, com poucas alterações, a relação dos países colonizadores permaneceu com o neocolonialismo, com as invasões militares, com

planos econômicos e até mesmo com o discurso de “levar” os direitos humanos. (DOUZINAS, 2011). Essa relação, infelizmente, não foi exclusiva da América, mas também aconteceu em boa parte da Ásia e da África.

Entendendo esse processo, alguns pensadores, por todo mundo, questionam o modo como a epistemologia, ou seja, as condições de validade sobre o conhecimento humano, vem se desenvolvendo. Santos (2013) é um desses pensadores. Para ele, soma-se a questão da colonização, o capitalismo e o patriarcado: como cabeças da mesma quimera. Gonzales, Rios e Lima (2020) destacam essa relação e lembram quem é a principal refeição dessa criatura: a mulher negra.

Para pensar o abismo criado por essa quimera, Santos (2013) criou as categorias Sul Global e Norte Global. Os países que estão sob a dominação epistemológica desses três fatores (capitalismo, colonialismo e patriarcado) estão no que ele chama de Sul Global, em contraposição ao Norte Global. A resistência à epistemologia assassina do Norte Global se dá pela valorização, resgate e propagação da epistemologia do Sul Global, ou melhor, epistemologias do Sul (SANTOS, 2013), que:

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (SANTOS, 2013, p. 11).

É a partir dessa crítica ao positivismo e as diversas formas de epistemicídio que essa dissertação se apresenta numa perspectiva de epistemologias do Sul, defendendo o resgate de conhecimentos diversos, através da ecologia dos saberes e da valorização de sujeitas mulheres sobre suas vivências e conhecimentos. Assim, se faz necessário desdobrar minimamente os conceitos de capitalismo, patriarcado e colonialismo, para a compreensão das epistemologias do Sul.

O capitalismo pode ser entendido através da síntese de Scheifer (2019). Para ela, o capitalismo baseia-se na propriedade privada dos meios de produção, focando no lucro e acumulação de riquezas. A sociedade divide-se então em classes: os capitalistas e os proletariados. O capitalismo fundamenta-se na livre iniciativa e livre

concorrência, sendo que aqueles que detém os meios de produção tendem a ter o domínio do Estado.

Já o patriarcado, para Saffioti (2004) é o sistema em que os homens possuem o controle sobre as mulheres. Esse controle ultrapassa o ambiente doméstico, estendendo-se para as relações políticas, sociais e culturais.

O colonialismo, por sua vez, foi um movimento histórico em que os europeus adentraram em terras pelo globo com propósito, como exemplifica Ribeiro (2006), de criar colônias: terras para explorar e extrair e pessoas para explorar e civilizar. Não se pode ser ingênuo, cada colônia teve suas peculiaridades a depender da estrutura que se encontrava e do colonizador que a encontrava. Como exemplo, Ribeiro (2006), cita a diferença entre as colônias portuguesas e as colônias inglesas. Contudo, nesta dissertação a atenção se volta ao processo de colonização da América Latina, especificamente do Brasil, onde se encontra o objeto de pesquisa.

Outra atenção que se deve ter é a interdependência existente entre o colonialismo, patriarcado e capitalismo. A colonização das Américas se deu pelo homem, branco e heterossexual. O europeu dividia sua sociedade em corpos masculinos e femininos e assim identificou e classificou os demais que encontrou nas américas. A heteronormatividade também é fruto da colonização europeia. Galeano (2021) descreve que povos latino-americanos tinham em suas culturas deuses bissexuais. Da mesma forma, o colonizador identificou os que não eram brancos - indígenas e negros -, e classificou como sub-humanos (CASTRO, 2020). Dessas classificações, a mulher não branca se tornou o Outro do Outro (DAVIS, 2016). A epistemologia patriarcal, capitalista e colonial criou, desse modo, categorias de humanidade. “Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado).” (SANTOS, 2020, p. 105).

Isso também influenciou o conhecimento científico, dentro dos estudos sociais e políticos. Exemplo disso são os discursos clássicos que partem do homem em seu estado de natureza: “[...] quiseram nos fazer acreditar que chegamos a esse mundo social e político a partir de um estado de natureza.” (BUTLER, 2021, p. 39). E como uma mentira contada mil vezes se torna verdade, imagina-se que o Estado aconteceu pela junção de homens, brancos, adultos, heterossexuais, europeus. Butler (2021)

apresenta suas críticas a essa versão: isso significa apagar a própria história desse homem, que já foi criança, que já foi cuidado (por uma mulher), que foi ensinado, foi alimentado, relacionou-se e então tornou-se o “homem no estado de natureza”. Apenas esse homem, fruto da mentira sobre a origem do Estado e sobre a condição originária, é que pode produzir o conhecimento neutro e científico. “O que é postulado como origem ou condição originária é algo imaginado retrospectivamente e, assim, tido como uma sequência que se inicia em um mundo que já é socialmente construído.” (BUTLER, 2021, p. 43).

Essa versão sobre a formação do Estado não é despropositada e impacta diretamente na forma como se dá a produção do conhecimento, que, como coloca Spivak (2010), é um conhecimento cúmplice e destinado à manutenção da soberania ocidental, principalmente, da soberania europeia.

Por isso, os conhecimentos, para serem válidos, devem ser preferencialmente derivados de homens, europeus, brancos, heterossexuais. O que houve nas ciências, e assim também nas ciências sociais, foi a colonização dos saberes, através da linha divisória positivista do válido/inválido, verdadeiro/falso, científico/não científico. Restou aos conhecimentos dos outros a marginalidade ou o aniquilamento. Na contramão desse aniquilamento, está o pensamento decolonial, descolonial, epistemologias do Sul e estudos subalternos. Todos eles defendem, apesar de suas especificidades, o rompimento com a colonialidade epistemológica e a valorização dos outros e de seus conhecimentos - aqueles que não são sujeitos do Norte Global.

A colonialidade do saber é também a masculinização do saber. Assim como se é proposto outra epistemologia contra a colonização do conhecimento, também se deve propor outra epistemologia contra a masculinização do conhecimento: uma epistemologia feminista. O conhecimento reconhecido como científico, válido e verdadeiro é produzido, em sua maioria, por homens e validado por homens. Mas, também, a forma de se produzir o conhecimento é definida por homens. Nesse sentido, não se trata de afirmar que mulheres fazem ciência tão bem como homens, ou de se preocupar exclusivamente dos problemas que as mulheres enfrentam na sociedade, mas sim de reformular a maneira de produção científica. É o que defende Farganis (1997), uma vez que as mulheres conhecem o mundo de maneira diferente dos homens. “A crítica feminista historiciza a ciência e indaga como ela será quando os que a praticam forem diferentes e quando a categoria de gênero for levada em

consideração.” (FARGANIS, 1997, p. 229). É preciso injetar outras características na produção da ciência e isso não é torná-la menos científica.

Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. (GONZALES, RIOS, LIMA, 2020, n. p.).

Generificar a ciência. Gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2004). A categoria de estudo gênero é importante para a ciência, pois rompe com o determinismo biológico do sexo. Ou seja, enquanto o sexo é biológico, o gênero é cultural. Quando se nasce do sexo feminino é atribuído uma série de características e expectativas que se enquadram no que se espera de uma mulher. Por isso, não se nasce mulher, torna-se (BEAUVOIR, 2016).

Essa série de características pode ser chamada de performance de gênero (BUTLER, 2016). Enquanto às mulheres é atribuído e esperado ser dócil, paciente, carinhosa, sensível, permissiva, ao homem é atribuído e esperado ser forte, violento, preciso, inabalável, ativo (BEAUVOIR, 2016; SAFFIOTI, 2004; MARÇAL, 2017; SOLNIT, 2017). O feminismo, ao demarcar a categoria gênero, tem os seguintes objetivos: primeiro, afirmar que esses papéis não são biológicos, mas sociais, por isso a utilização do termo gênero; segundo, problematizar o que é ser mulher (GOMES, 2018).

Para além disso, a categoria gênero carrega também um forte significado político. O que essas características e expectativas exteriorizam é poder. Aquele que nasce biologicamente macho é culturalmente desenvolvido para exercer poder sobre aquelas que nascem fêmeas. Ou como coloca Scott (1990, p. 86): “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.”

Logo, pesquisar considerando uma epistemologia feminista é entender o compromisso da pesquisadora e do pesquisado. Spivak (2010) trata dessa problemática ressaltando a importância de entender quem está falando, de que lugar fala e sobre o que fala. A pesquisadora feminista deve então se posicionar contra a positividade como modo de produção científica, enfrentar a falsa neutralidade do pesquisador e ouvir os subalternos, não apenas afirmar que eles podem falar



(SPIVAK, 2010). Assim, romper com o poder masculino também na pesquisa é parte do compromisso da mesma.

Como vem sendo afirmado nesta dissertação, não basta a análise de gênero ou a análise decolonial para uma epistemologia que enfrente as questões da colonização, do patriarcado e do capitalismo, mas é necessário a intersecção dessas análises. Assim, é possível falar em outra epistemologia para as ciências sociais: uma epistemologia do Sul feministas. Nesse sentido, está o feminismo decolonial.

Usar o gênero como categoria de análise decolonial significará empreender estudos que vejam que o que hoje entendemos ou usamos como sexo/gênero foi construído no performativo da colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção, ou seja, raça, sexo e gênero não surgem como conceitos separados, mas são forjados numa mesma matriz que tem como estrutura binária central aquela de humanos/não-humanos. (GOMES, 2018, p. 77).

Portanto, uma epistemologia do Sul feministas significa considerar tanto os pressupostos para uma epistemologia do sul global como também considerar a necessidade de reverter o modo de produção da ciência, passando a entender o conhecimento a partir de uma perspectiva feminista, trazendo elementos femininos para a produção do conhecimento.

Como defende Castro (2020), o nivelador dos conhecimentos não pode continuar sendo a branquitude, patriarcal, racista e heterossexual. Questiona-se como o conhecimento científico é produzido no país e quem determina seu nivelador.

As universidades são consideradas, no Brasil, como centros de produção do conhecimento, principalmente aglomerados na região sudeste do país, criando, historicamente, uma elite intelectual brasileira (SOUZA, 2018). Cabe então identificar quem está na universidade e como está se produzindo a ciência.

A universidade não é uma instituição dissociada da sociedade que a produz. Sua razão de existir está vinculada à produção de conhecimento para todas (os), objetivando uma integração com a sociedade ao se dedicar à compreensão das questões do presente - sem esquecer as questões herdadas do passado. (SILVA, 2013, p. 28).

Apesar de Silva (2013) afirmar que a universidade não está dissociada da sociedade, a autora reconhece que ela não é uma representação fiel da população em geral no Brasil. “A educação superior brasileira sempre foi escassa e elitizada, e continua sendo, apesar de ter havido um aumento do número de estudantes da ordem

de 110% na última década.” (SILVA, 2013, p. 62). Por isso, para pensar em uma possível epistemologia feminista do Sul Global, pode-se investigar quem está na produção epistemológica no Brasil. Seriam os sujeitos subalternos que produzem o conhecimento científico universitário?

## 1.2 OS SUJEITOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Mais do que elitizada, a educação superior, e por consequência, as universidades brasileiras, são historicamente masculinas e brancas. A tese da autora Queiroz (2001) trata desse tema, demonstrando que a universidade é um espaço geralmente frequentado por homens brancos. Em 1956, as mulheres eram 26% no ensino superior e em 1970, eram 40% do corpo discente (QUEIROZ, 2000). Pelo censo do IBGE de 2010, aproximadamente 41% das pessoas com graduação eram homens e 59% eram mulheres. Com mestrado, aproximadamente, 49% são homens e 51% são mulheres. Com doutorado são aproximadamente 56% homens e 44% mulheres (IBGE, 2010).

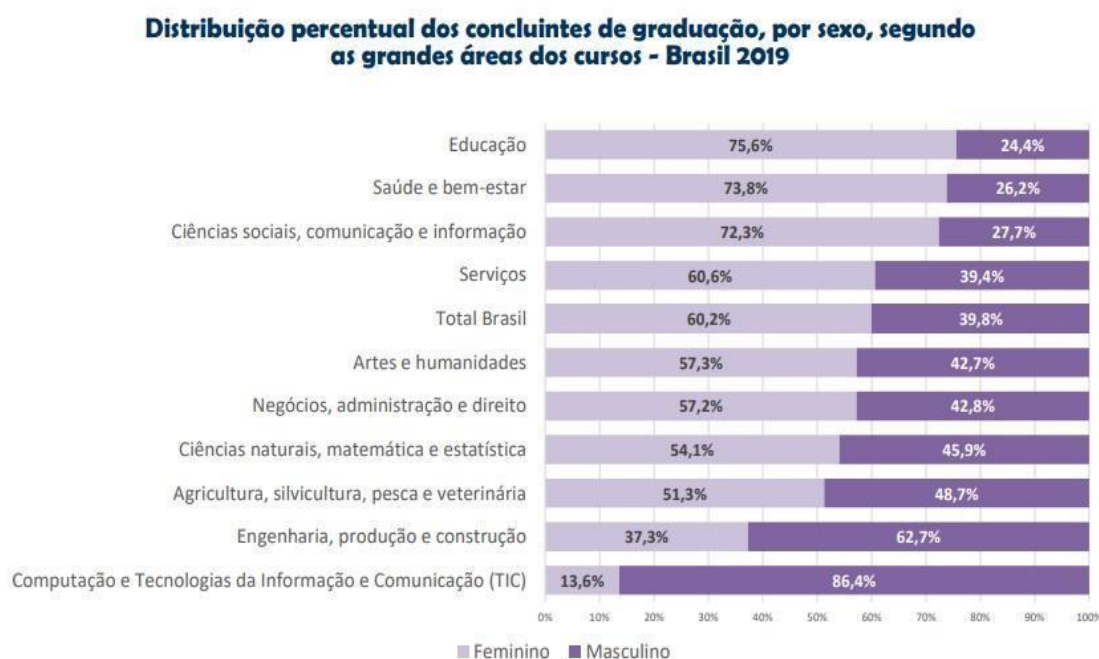
Apesar das mulheres, numericamente, se inserirem atualmente na educação superior, quando se estudam os dados interseccionais de raça e gênero, há outro panorama. Em 2001, aproximadamente 22% dos discentes do ensino superior brasileiro eram negros e, em 2015, passaram para 44%, aproximadamente. As mulheres negras correspondem aproximadamente à 24% e os homens negros à 20% (SILVA, 2020). Ainda, há de se entender esses números comparados ao total da população brasileira. No ano de 2015, no que se refere à cor ou raça, através da informação declarada, a população era composta por 45,2% de pessoas de cor branca, 45,1% de pardos e 8,9% de pretos. Soma-se o percentual de pardos e pretos para calcular a população negra, chegando a 54% do total (PNAD, 2016). Ou seja, mesmo a população branca sendo menor numericamente, no ensino superior ela é predominante. Isso é o que Gonzales (2020, n. p.) descreve como “dividendos do racismo”: a maior parte da população branca no Brasil, ainda se aproveita das consequências sociais e culturais do racismo, continua a ocupar as posições de maiores prestígios, a ter os maiores salários, a ter mais acesso aos bens para a vida digna, em detrimento dos não brancos. São lucros materiais e simbólicos que

continuam alimentando e privilegiando a população branca, mesmo após o fim da escravidão.

Por isso não se pode levar em consideração apenas os dados estatísticos dos últimos anos. A educação superior no Brasil é resultado histórico. Se em 1970, havia 4 mulheres para cada 6 homens no ensino superior, significa que há um déficit histórico de décadas no número de homens e mulheres formados, assim como há entre negros e brancos formados. Esse déficit reflete em como quem sempre esteve no ensino superior ditou as regras epistemológicas para formação e validação do conhecimento. E ainda dita, quando o perfil do docente de instituição de educação superior – esse conceito inclui universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica, - segundo o INEP (2019) são homens brancos com doutorado.

Mesmo as mulheres sendo maioria numérica no ensino superior, ainda não são em todas as áreas. Segundo o INEP (2019), a distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos, demonstra que as mulheres ainda são minorias nos cursos de engenharia, produção e construção e computação e tecnologias da informação e comunicação, conforme a figura a seguir:

2 - Figura 1 – Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos – Brasil 2019



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior. 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 17 fev. 2021.

Pela figura, que se refere a uma tabela, também se percebe que os cursos das ciências sociais são frequentados mais por mulheres. Mas não se pode deduzir que a partir disso a epistemologia das ciências sociais é feminista. No ano de 2018, foram publicadas 7756 dissertações no banco de teses e dissertações da CAPES na área de ciências sociais aplicadas. 21 (0,2%) resultados aparecem para a busca decolonial. 7(0,09%) para descolonial. 68 (0,9%) resultados para a palavra feminista e 42 (0,5%) para feminismo. A pesquisa por epistemologia do Sul não tem resultados até a data pesquisada.

As teses de doutorado nas ciências sociais aplicadas, depositadas na CAPES, são 2344 resultados. Das teses na área, aparecem 10 (0,4%) resultados para palavra decolonial. 5 (0,2%) resultados para palavra descolonial. Aparecem 9 (0,4%) resultados para feminista e 7 (0,3%) resultados para feminismo. Epistemologias do Sul não encontram resultados na busca até a presente data. Estes dados foram pesquisados pela autora e não foram pesquisadas todas as variáveis de palavras e nem aberto cada tese e dissertação para investigar sobre o que se trata, pois isso já seria uma pesquisa para outra dissertação de mestrado.

Pelos dados apresentados, pode se entender que as pesquisas de mestrado e doutorado em ciências sociais aplicadas, que é uma área de formação predominantemente feminina, não são necessariamente feministas e decoloniais. Por isso, não basta mais mulheres pesquisando, ou pesquisando sobre mulheres, mas é necessário mudar, como defende Farganis (1997), o modo de se pensar as ciências sociais. A mesma forma de pesquisa para a palavra mulher, no ano de 2018, para as teses de doutorado em ciências sociais sobe para 35 (1,5%) resultados e no mestrado para 172 (2,2%) resultados. Então, se é pesquisado sobre mulheres, porém, talvez não haja o entrelaçamento dessas pesquisas através de uma epistemologia feminista ou decolonial. A palavra neoliberal, por exemplo, tem, nesse mesmo ano, nas dissertações, 143 (1,8%) resultados. E 46 (2%) resultados nas buscas em doutorados. Não se trata da frequência de resultados por uma simples palavra, mas sim por uma conotação de um termo categorizado cientificamente. Também, quando abordado por pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, em 2016 – último ano com dados disponível -, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) quantificou por sexo, idade e liderança da pesquisa os pesquisadores brasileiros.

3 - Tabela 1 - Distribuição dos pesquisadores líderes por sexo x faixa etária

(continua)

Faixa etária	Total	Fem.	Masc.	Não Inf.	Percentuais	
					Fem.	Masc.
Até 24	9	3	6	0	33,3	66,7
25 a 29	392	138	254	0	35,2	64,8
30 a 34	2285	957	1328	0	41,9	58,1
35 a 39	4350	1926	2424	0	44,3	55,7
40 a 44	4802	2192	2610	0	45,7	54,4
45 a 49	4937	2432	2505	0	49,3	50,7

4 - Tabela 1 - Distribuição dos pesquisadores líderes por sexo segundo a faixa etária

(conclusão)

Faixa etária	Total	Fem.	Masc.	Não Inf.	Percentuais	
					Fem.	Masc.
50 a 54	5608	2776	2832	0	49,5	50,5
55 a 59	4130	1968	2162	0	47,7	52,4
60 a 64	3024	1395	1629	0	46,1	53,9
65 ou mais	2882	1305	1576	1	45,3	54,7
Total	32419	15092	17326	1	46,6	53,4

Fonte: Adaptado de CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-sexo-e-idade>. Acesso em: 14 de set. 2021.

Demonstra-se que em todas as faixas etárias, as lideranças das pesquisas ainda são ocupadas por homens. Esses dados ilustram e indicam como a produção do conhecimento no ensino superior ainda é predominantemente masculina e isso reflete diretamente na epistemologia utilizada. Tratar sobre mulher nas ciências sociais e não se utilizar da palavra feminista é um indicativo. Ter mais resultados pela palavra neoliberal do que por decolonial é um indicativo. Aqueles resquícios positivistas de se pensar as ciências sociais, principalmente no Brasil, que se concentra nas instituições de ensino superior, ainda são presentes e se perpetuam nas universidades, uma vez que as universidades do Brasil são as instituições de ensino superior que mais matriculam alunos. Isso corrobora para o que Solnit (2017, p. 21) revela: os homens presumem que as mulheres são “[...] um recipiente vazio pronto para ser preenchido com a sabedoria e o conhecimento deles.”

O resultado dessa liderança masculina junto aos resquícios do positivismo na produção científica acarreta no reforço de algumas situações: considerar estudos de gênero menos científicos do que os outros (FARGANIS, 1997); negar a carga sentimental da pesquisa, da pesquisadora e do próprio conhecimento (JAGGAR, 1997); invisibilizar a maternidade das pesquisadoras: mantendo locais de pesquisa sem ambiente para amamentação, a inexistência de creches nas universidades, falta de licença maternidade para pesquisadoras, não compreensão dos compromissos maternos (BOUERI; ASSIS, 2018); entre outras consequências que se pode imaginar.

Isso acontece dentro das universidades brasileiras, que promovem o conhecimento chamado de científico e validam o que é e o que não é.

Os dados estatísticos do INEP de 2019 são de que apenas 7,6% das IE's do Brasil são universidades; desse total, 54% são públicas. Mas, apesar de serem 7,6%, correspondem a 52,2% das matrículas no ensino superior do país. Ou seja, mesmo sendo menos em quantidade as universidades, a capacidade de matrículas ainda é muito maior que as demais IE's (INEP, 2019).

Como já foi apontado, as pessoas que estão na universidade não são uma amostra fiel da população brasileira. A universidade brasileira ainda é elitizada, branca e masculina, assim como o conhecimento produzido por ela. O primeiro desafio para romper com isso é a democratização do acesso à universidade. Essa questão não é apenas uma questão histórica ou política, é também uma questão de direitos humanos, como afirma Silva (2013).

Trazendo a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) como baliza para dentro do campo do estudo aplicado, as afirmações acima se repetem numericamente. Em 2020, a UEPG continha um universo de 7652 estudantes na graduação e 419 estudantes na pós-graduação. Durante a pandemia da Covid-19, foi realizado um levantamento do perfil desses estudantes, para compreender a dinâmica durante a implementação do ensino remoto. 59% das respondentes da pesquisa afirmaram corresponder ao gênero feminino. Contudo, destaca-se a seletividade dos cursos em que essas mulheres estão. “Na graduação, apenas 13 cursos, dos 40 participantes, possuem maior participação do gênero masculino frente ao feminino, com destaque para Engenharia da Computação que teve 156 do gênero masculino frente a 13 do gênero feminino e Engenharia de Software que teve 70 frente a 9.” (UEPG, 2020, p. 14). Quanto ao pertencimento étnico-racial, quase 81% das pessoas que estão na graduação da UEPG se consideram brancas. Quanto à composição foram estratificados: “[...] 1,15% Amarelos, 80,55% brancos (as), 0,4% Indígenas, 13,30% Pardos (as), 3,1% Pretos (as) e 1,57% preferiram não declarar.” (UEPG, 2020, p. 16). Na pós-graduação da UEPG esses dados praticamente se repetem sem alterações consideráveis.

O acesso à educação, e nessa dissertação, o acesso à educação superior, é um bem. O conhecimento que a universidade produz é um bem imaterial. Não se pode negar o papel da universidade como promotora da dignidade humana.

Aqueles com ensino superior no país tendem a ser mais bem-sucedidos e possuir mais acesso aos outros bens para dignidade, como renda, saúde, alimentação, moradia, lazer (DIAS SOBRINHO, 2010). A renda, por exemplo, da pessoa com ensino superior, no Brasil, segundo o IBGE (2020), no primeiro trimestre de 2020 é de 4.938 reais mensais e para aquele quem tem apenas o ensino médio é 1.774 reais mensais.

Porém, considerando que as pessoas com ensino superior no Brasil, devido a uma construção histórica, já acumulam outros bens para a vida digna, não é uma equação tão simples. O ensino superior não é garantia de dignidade. Isso porque a dignidade humana compreende um conjunto de direitos humanos, que são dependentes um do outro. Apenas a garantia da educação pode não ser o suficiente para garantir o acesso a outros bens. Assim, mesmo graduadas, não obrigatoriamente as mulheres atingem o mesmo ponto de partida que os homens.

No Brasil, a maior parte dos discentes do ensino superior estão em universidades, mas, o conhecimento produzido pela universidade, como foi apontado nos parágrafos anteriores, é epistemologicamente masculino e branco. Assim também como o perfil dos que historicamente tiveram acesso à educação superior no Brasil. Mesmo, atualmente, tendo mais mulheres e negros no ensino superior, isso não reflete diretamente em pesquisas com uma epistemologia feminista ou do Sul Global, ou que somem as duas perspectivas. Por isso, pensar o direito humano à educação superior e ao acesso ao conhecimento é uma demanda da universidade brasileira. Essa mudança epistemológica pode acontecer se o corpo da universidade for mais democrático e se as pessoas que produzem o conhecimento nas universidades mudarem suas perspectivas sobre o conhecimento e seus sujeitos.

### 1.3 A UNIVERSIDADE E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A universidade no Brasil, historicamente, foi para poucos, e, em geral, esses poucos faziam parte de uma elite. E, mesmo com a atual expansão na quantidade de matrículas, pode-se observar que ainda é necessário pautar o amplo acesso ao ensino superior no país.

Para se entender como o acesso ao ensino superior é tardio no Brasil, primeiro não se pode esquecer que o Brasil foi um país colonizado por Portugal. Não era do



interesse de Portugal promover a educação superior no Brasil colônia, uma vez que o objetivo da colonização não convergia com a criação de instituições de ensino superior. Aqueles que aqui viviam e tinham condições, procuravam a Europa para formar-se no ensino superior (FÁVERO, 2006). Mas, como coloca Fávero (2006), isso não impediu que houvesse tentativas - com os jesuítas e depois na inconfidência mineira - de que se criasse uma universidade no Brasil, contudo, sempre fracassaram diante da resposta negativa por Portugal.

Apenas com a vinda da realeza portuguesa, em 1808, é que se criaram cursos profissionalizantes de interesse do Estado. Inicia-se esse processo com o curso de medicina. Entretanto, apenas em 1920 é oficialmente criada a primeira universidade brasileira, no Rio de Janeiro, pelo governo federal (FÁVERO, 2006).

O que se observa desse processo de criação é a resistência de Portugal em criar universidades na colônia, o que diante de uma leitura epistemológica feminista do sul global reflete na colonização dos saberes e no depender da Europa para formar no ensino superior. Portanto, a elite que atingia o conhecimento bebia das fontes europeias e trazia para o Brasil esses moldes de como se produzir conhecimento. Além disso, a formação tardia da primeira universidade reflete numa população, até 1920, sem referência nacional quanto ao assunto universidade.

A partir de 1930 o país inicia um processo unificação de faculdades e escolas superiores, transformando-as em universidades. Mas isso não acontece em todos os Estados-membros do país, ainda se concentravam no sudeste brasileiro. Isso também pode ser pontuado quando se pensa em acesso ao ensino superior, uma vez que para estudar na universidade, além de pertencer a uma elite, muitas vezes era preciso “mandar o filho para Capital” (FÁVERO, 2006), o que demonstra a exclusão do resto do país, apesar da característica nacional da universidade. Paralelamente, não havia também movimentos organizados politicamente e suficientemente fortes a favor de direitos no Brasil, como aponta Carvalho (2010). Isso só vai começar a mudar a partir de 1930, o que afetou, como coloca o autor, diretamente a formação de uma cidadania no país.

A função da universidade no Brasil iniciou-se muito voltada para a formação profissional. “Multiplicam-se as universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento.” (FÁVERO, 2006, p. 28). Essa característica profissionalizante, já

presente desde o início da implementação do ensino superior no Brasil, implica em importações do conhecimento e das metodologias, deixando os brasileiros reféns da produção científica estrangeira, perpetuando a colonização do conhecimento.

O rompimento inicial com esse modelo de universidade é demarcado, segundo Fávero (2006), com a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961. Parte dessa ruptura acontece através do movimento estudantil, que propunha combater o elitismo da universidade brasileira. A partir das discussões amplas sobre o tema, começam reformas nas universidades do país. Contudo, em menos de uma década, inicia-se o regime militar e, com a ditadura, há um processo de repressão do movimento estudantil e conseqüentemente da universidade (CARVALHO, 2010).

Com a ditadura brasileira, iniciou-se uma forte atuação repressiva do Estado. Essa repressão intensificou-se com atos institucionais: “Os instrumentos legais de repressão foram os ‘atos institucionais’ editados pelos presidentes militares.” (CARVALHO, 2010, p. 160). O AI-5 (ato institucional nº 5) é considerado o mais antidemocrático, uma vez que fechou o Congresso Nacional. Além das formas de repressão legal, havia repressões por violência direta dos agentes do Estado, como tortura, censura, sequestros, prisões arbitrárias, mortes. “Sob o general Médici, as medidas repressivas atingiram seu ponto culminante. Nova lei de segurança foi introduzida, incluindo a pena de morte por fuzilamento.” (CARVALHO, 2010, p. 162).

Diante dos horrores vividos no país, inicia-se, segundo Viola (2013), pela primeira vez, manifestações populares em defesa dos direitos humanos no Brasil. Sobretudo, essas manifestações continham a participação dos e das estudantes universitárias. Até então, para Viola (2013), as reivindicações populares brasileiras não possuíam o discurso sobre os direitos humanos em si, eram manifestações por pautas específicas, alguns direitos civis ou sociais. No mesmo sentido está Baptista (2012), segunda ela, a luta pelos direitos humanos no Brasil inicia-se na ditadura militar através das comissões católicas, do movimento estudantil, da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A luta pela retomada da democracia no país marca a introdução da defesa dos direitos humanos pela população brasileira, em especial, pelos e pelas universitárias. Assim, a história dos direitos humanos no Brasil se confunde com a história da universidade brasileira

### 1.3.1 Apontamentos teóricos sobre os Direitos humanos

Para trabalhar com a história dos direitos humanos no Brasil, a abordagem epistemológica adotada leva em consideração a formação histórica e social, considerando-o um país do Sul Global (SANTOS, 2013), que é colonizado, patriarcal e capitalista.

Ao cruzar a história dos direitos humanos e a história do Brasil, percebe-se que, diferente dos países europeus, berços das discussões sobre direitos dos homens e depois direitos humanos, o Brasil tardiamente adota reivindicações com o nome direitos humanos (VIOLA, 2013), mas quando o faz, incorpora muitas formas de pensar os direitos humanos que são do Norte Global.

Ao retomar a clássica história dos direitos humanos, Casado Filho (2014) passa pelos marcos do Código de Hamurabi, pela história de Antígona da Grécia, pela Lei das Doze Tábuas na Roma antiga, pela história da tradição judaico-cristã até chegar às Revoluções Burguesas, considerado um marco para os direitos humanos.

Isso, porque, as revoluções burguesas são eventos históricos, em que houveram reivindicações - com participação popular mais intensa do que os outros eventos citados no parágrafo anterior -, de direitos perante a autoridade estatal, impondo limites ao agir do Estado. Essas reivindicações, como expõe Casado Filho (2014), correspondem ao que se chama hoje de direitos civis, ou de primeira dimensão - os direitos às liberdades individuais. Com a revolução industrial e principalmente com as ideias comunistas propagadas por Marx e Engels (2001), outras reivindicações surgem nas manifestações populares, solicitando principalmente, igualdade - chamados hoje de direitos de segunda dimensão ou direitos sociais (CASADO FILHO, 2014). Após as grandes guerras mundiais, diante das atrocidades cometidas pela humanidade contra a própria humanidade, surge reivindicações por direitos de terceira dimensão - solidariedade e fraternidade. Todos esses direitos, frutos de uma construção histórica, são direitos humanos. Estão dispostos, atualmente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Quanto a universalidade da Declaração, Comparato (2003) faz algumas pontuações importantes: nem todos os países do mundo partilhavam do mesmo espírito pró direitos humanos quando a Declaração Universal foi escrita – se é que hoje partilham - e a força jurídica da Declaração é de recomendação, não possuindo

força vinculante aos países adeptos da Declaração, apesar da maior parte das constituições introduzirem aos seus textos os direitos humanos. Santos (2006) também coloca que após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos foram utilizados muitas vezes como um discurso para preencher o vazio das demandas levantadas pelo socialismo. É preciso ter cautela quanto a isso: repetir um discurso universalizante dos direitos humanos pode ser o reforço de uma colonização.

Muitas vezes a característica universalidade é elencada junto às demais: indisponibilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, indivisibilidade, interdependência, complementaridade, historicidade, proibição de retrocesso, aplicabilidade imediata e caráter declaratório (CASADO FILHO, 2014).

O objetivo desta pesquisa não é de discorrer exaustivamente sobre a história e cada uma das características dos direitos humanos. Todavia, esses acontecimentos históricos tiveram como palco os países do Norte Global e os sujeitos foram seus nacionais (SANTOS, 2013). Logo, quem definiu as características dos direitos humanos foram eles.

Além do mais, basta uma pequena reflexão sobre o mundo após a Declaração para perceber que violações aos direitos humanos continuaram e continuam a acontecer. “Duplos critérios na avaliação das violações dos direitos humanos, complacência para com ditadores amigos, defesa do sacrifício dos direitos humanos em nome dos objetivos do desenvolvimento - tudo isto tornou os direitos humanos suspeitos enquanto guião emancipatório.” (SANTOS, 2006, p. 433). Como destaca também Trindade (2011): genocídio indígena, trabalho escravo, armas de extermínio, estupros em massa, bombardeios, ditaduras, torturas, discriminação, xenofobia, fome. Essas violações ainda acontecem porque apenas formalizar os direitos humanos numa declaração não é consolidar os mesmos.

Os direitos não funcionarão por si próprios, nem serão implementados unicamente a partir do trabalho jurídico. É necessário fazê-lo atuar criando as condições econômicas e culturais que nos permitam efetivar a liberdade positiva e a fraternidade emancipadora. (HERRERA FLORES, 2009, p. 109).

O que Herrera Flores (2009) explica é que, tão importante quanto formalizar em uma declaração os direitos humanos é criar as condições materiais para sua implementação. Por isso, para Herrera Flores (2009), os direitos humanos são os bens materiais e imateriais para a vida com dignidade: educação, moradia, vestimenta,

alimentação, lazer, cultura, etc. E, por assim serem, são interdependentes e indivisíveis. Não basta apenas a alimentação para ter dignidade, quando não se tem moradia, por exemplo. E, assim, a dignidade humana é entendida como o acesso igualitário a esses bens. Sendo a dignidade, para Herrera Flores (2009), o único componente universal na luta dos direitos humanos.

Aqui, se abre uma discussão quanto aos direitos humanos: a universalidade. Alguns autores defendem a universalidade dos direitos humanos e outros a relatividade. Os relativistas pontuam que os direitos humanos são fruto de um processo de construção ocidental, principalmente centrado na Europa. Além disso, alguns autores, como Douzinas (2011) veem os direitos humanos como um instrumento de colonização europeia. Os relativistas defendem que os direitos humanos devem ser interpretados conforme cada nacionalidade e dentro de cada nacionalidade ainda deve se relativizar dentro dos grupos étnicos diferentes.

Por outro lado, os universalistas, entre eles está Piovesan (2002), afirmam que uma defesa real dos direitos humanos só se dá através da proteção universal, portanto, os princípios não podem ser relativizados, pois são compartilhados por todos como valores universais: como a vida, por exemplo. “É preciso permitir, em grau limitado, variações culturais no modo e na interpretação de direitos humanos, mas é necessário insistir na sua universalidade moral e fundamental.” (PIOVESAN, 2002, p. 160-161). A discussão não é simples. “Compreender o mundo em sua complexidade simbólica e moral não é, portanto, apenas um desafio intelectual. Antes de tudo, é um desafio emocional, pois rompe com certezas tranquilizadoras, baseadas na repetição de chavões e clichês.” (SOUZA, 2018, p. 40).

Contudo, na discussão feita por Herrera Flores (2009) e Santos (2013) não se trata de um relativismo ou de um universalismo. Trata-se de entender o processo histórico dos direitos humanos:

A vitória histórica dos direitos humanos traduziu-se muitas vezes num ato de violenta reconfiguração histórica: as mesmas ações que, vistas da perspectiva de outras concepções de dignidade humana, eram ações de opressão ou dominação, foram reconfiguradas como ações emancipatórias e libertadoras, se levadas a cabo em nome dos direitos humanos. (SANTOS, 2014, p. 40).

É necessário considerar os desafios para consolidação dos mesmos. “Nunca devemos esquecer que o direito é um produto cultural que persegue determinados

objetivos no marco dos processos 'hegemônicos' de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano." (HERRERA FLORES, 2009, p. 58). Não esquecer que os direitos humanos são um produto cultural é defendê-los com o objetivo de empoderar grupos minoritários para a luta por seus direitos, em defesa do acesso aos bens para a vida com dignidade (HERRERA FLORES, 2009).

Esses grupos minoritários são a grande maioria das pessoas. "A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos." (SANTOS, 2014, p. 37). São as mulheres, os povos indígenas, os vitimados pelo racismo, os gays, as lésbicas, as bissexuais, as transexuais e travestis, os imigrantes, os refugiados, os deficientes físicos e intelectuais. Ou seja, aqueles que são objeto de discurso de direitos humanos muitas vezes não são sujeitos de direitos humanos. Não bastam discursos ou papéis de direitos humanos, são necessárias condições materiais, pressupõe uma escolha política pelos direitos humanos. Essa escolha política também pode ser uma escolha epistemológica.

Nesse mesmo sentido está Spivak (2010). Muitas vezes falam pelos sujeitos subalternos, mas não permitem que eles falem. As mulheres, para ela, são subalternos que não podem falar, porque não as deixam falar, ou porque apagam suas falas ou porque não as escutam.

Quando colocada essas discussões perante a pandemia da COVID-19, percebe-se que, em momentos de crise – sanitária, econômica e política -, esses sujeitos, listados anteriormente, são os que mais sofrem (SANTOS, 2020). É para esses sujeitos que os acessos aos bens da vida com dignidade ficam mais escassos e difíceis.

Para resolver os problemas é preciso transcender as contradições e binariedades. "Para entender o que acontece e o que vai acontecer no mundo, é preciso ser sensível à ambiguidade." (MORIN, 2013, p. 54). Isso significa estar aberto às novas formas de pensar o mundo, não excludentes, mas abertas à diversidade. É nesse sentido que as epistemologias do Sul se apresentam. Por isso, o que se propõe é essa leitura crítica dos direitos humanos, através das epistemologias do Sul e feminista.

## 1.4 DIREITOS HUMANOS E FEMINISMOS

Os direitos humanos são fruto do ocidente e principalmente do cenário europeu. Mas, através da colonização, adentrou aos países do Sul Global e tornou-se parte das reivindicações deles. Estão contemplados, dentro dessas reivindicações, muitos sujeitos nessa perspectiva de direitos humanos. Por isso é possível falar em direitos humanos como um todo, e não nomear as bandeiras dos negros, dos indígenas, das LGBTQIA+ e das mulheres? A escritora Adiche (2012) explica que não é esse o raciocínio.

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?” Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral - mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. (ADICHIE, 2012, p. 15).

Nessa perspectiva, os direitos humanos podem ser entendidos como um guarda-chuva transparente – que se vê o que está sob -, mas não como uma bolsa que guarda essas identidades e suas lutas e ninguém mais vê suas especificidades. No mesmo sentido está Santos (2014), para quem a luta pelos direitos humanos contra hegemônicos é assumir a diversidade de representações políticas. Dentre elas, a que aqui se aprofunda é o feminismo.

O feminismo nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero - e de sexualidade - e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é humanismo, pois o humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homens também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista - que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual - nunca pretendeu realmente levar à realização. (TIBURI, 2018, p. 11-12).

A luta que Tiburi (2018) explica sobre o feminismo é uma luta histórica. Em certos momentos, convergente com a luta pelos direitos humanos, em outros momentos divergente. Um exemplo disso é a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, em 1791. Durante a Revolução Francesa, as

reivindicações por direitos foram aglutinadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, porém não contemplavam todos os cidadãos, na realidade, mulheres e negros foram excluídos. Gouges, insatisfeita, escreveu sua versão da Declaração, abordando direitos para as mulheres.

A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: "Sou a mãe de um filho seu", sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei. (GOUGES, 1791).

Apesar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ser um marco para a história dos direitos humanos (CASADO FILHO, 2012), ela não convergia com as pautas das mulheres. "Poderíamos imaginar que a Revolução transformasse o destino feminino. Não foi o que aconteceu. A revolução burguesa mostrou-se respeitosa as instituições e dos valores burgueses; foi feita quase exclusivamente pelos homens." (BEAUVOIR, 2016, p. 158). E assim, se deu muitas vezes, pois, em geral, sempre foram os homens que legislaram e legislam sobre os direitos das mulheres (TIBURI, 2018). Isso aconteceu também com a produção dos textos em direitos humanos (SAFFIOTI, 2004). Um exemplo disso é a Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, de 1948, promulgada no Brasil em 1952. A Convenção afirmava "[...] Que a mulher da América, muito antes de reclamar os seus direitos, tinha sabido cumprir nobremente todas as suas responsabilidades como companheira do homem." (BRASIL, 1952), e por isso, as mulheres tiveram a concessão de ter os mesmos direitos civis que os homens.

Percebe-se que é uma visão de "dar direitos" às mulheres por elas terem sido boas companheiras dos homens, prevalecendo uma visão patriarcal sobre os direitos humanos das mulheres. Nesse sentido, Badinter (1985, p. 171) explica que historicamente, essa visão patriarcal significa que "A mulher não passa da criatura do homem, no duplo sentido de criada pelo homem e para o homem." Assim, é ele quem lhe dá e lhe tira os direitos. Isso porque, a sociedade é masculina e assim o poder sempre esteve nas mãos dos homens (BEAUVOIR, 2016). Tanto a linguagem (SAFFIOTI, 2004), quanto o direito (TIBURI, 2018), são masculinos, pensados por homens e para homens.



Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso e nem uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. (BEAUVOIR, 2016, p. 112).

Através do triunfo do patriarcado, perpetuou-se nos direitos humanos o poder dos homens sobre as mulheres, porque “[...] são os homens que compõem os códigos. É natural que deem à mulher uma situação subordinada.” (BEAUVOIR, 2016, p. 116). Recentemente, alguns textos de direitos humanos foram escritos sobre os direitos das mulheres (SAFFIOTI, 2004), mas, ao usar a expressão direitos humanos das mulheres já é perceptível que nem sempre os direitos humanos são sobre os dois gêneros, uma vez que não se usa paralelamente a expressão direitos humanos dos homens. Isso porque os homens sempre foram os sujeitos dos direitos.

O feminismo, como a luta pelos direitos das mulheres, fez-se oposição e conquistou alguns direitos às mulheres, no âmbito dos direitos humanos. Algumas autoras vão diferenciar movimento de mulheres do movimento feminista. As autoras Prá e Epping (2012) irão alocar os dois movimentos como movimentos pela cidadania feminina.

Ao avaliar retrospectivamente o caminho percorrido pelas mulheres nas três últimas décadas, não podemos deixar de perceber o seu esforço para mudar as normas vigentes sobre as concepções de gênero e estabelecer as bases para buscar a igualdade de direitos. Sem dúvida, a experiência participativa das brasileiras e seu empenho junto às Nações Unidas e a instâncias sociais e governamentais forneceram os recursos necessários para empreender essa caminhada. Porém, ao pensar nos próximos decênios, podemos perceber que essas práticas continuam a demandar atenção, apesar de evidenciarem muitos resultados exitosos. O aparente reconhecimento da cidadania feminina e a sua inclusão em programas de governos e em agendas nacionais, a partir dos anos 1990, não têm se mostrado capaz de garantir todos os direitos humanos a todas as mulheres. Portanto, essa tarefa continua imperativa para quem defende a expansão da cidadania feminina e a equidade de gênero. (PRÁ; EPPING, 2012, p. 41-42).

Não se trata, apenas, de reivindicar espaço diante dos tratados internacionais e nas leis internacionais, abordando as questões de gênero. É preciso reformular o modo de se pensar os direitos, nessa dissertação especificamente, os direitos humanos. Assim como é preciso uma nova epistemologia para as ciências sociais,

que seja uma guinada feminista e do Sul Global, o mesmo deve se pautar dentro dos direitos humanos.

A teoria do feminismo constitucional, defendido por Barboza e Demetrio (2019), apresenta essa mesma perspectiva. Para que o direito interno rompa com a produção jurídica de homens, sobre homens e para homens, faz-se necessário uma constituinte feminista, que aborde as questões de gênero e a equidade entre homens e mulheres. Ou seja, para as autoras, é possível reestruturar o direito constitucional, focando principalmente nos direitos das minorias.

Assim, o constitucionalismo feminista defende uma reconfiguração do constitucionalismo, para que se possa atingir a igualdade de gênero entre homens e mulheres. Basicamente, essa teoria se relaciona com a organização e estrutura dos poderes e dos direitos fundamentais, ambas previstas nas constituições. (BARBOZA; DEMETRIO, 2019, p. 12).

Se o direito constitucional, como colocado pelas autoras, deve ser reformulado numa perspectiva feminista e para minorias sociais, o mesmo pensamento pode ser aplicado aos direitos humanos. Afinal, se em 1948 é realizada a primeira convenção internacional para tratar especificamente dos direitos das mulheres; as pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersex, assexuais (LGBTQIA+) e demais não heterossexuais ou heteronormativos, não possuem, até o momento, um texto internacional sobre seus direitos. Mesmo assim, são pessoas que têm os direitos humanos violados em muitos países.

A Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (IGLA), divulgou em 2020, a atualização do panorama global de legislação sobre pessoas LGBTQIA+:

Nossos resultados indicam, com total segurança jurídica, que, a partir de novembro 2020, a pena de morte é a punição prescrita por lei para os atos de sexo consensual entre pessoas do mesmo sexo em seis Estados Membros das Nações Unidas: Brunei, Irã, Mauritânia, Nigéria, Arábia Saudita e Iêmen. Também existem cinco outros Estados Membros das Nações Unidas em que há indícios de que poderia se impor a pena de morte para atos sexuais consensual entre pessoas do mesmo sexo, mas há menos segurança jurídica a este respeito. São Afeganistão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Paquistão e Somália (incluindo Somalilândia). (IGLA, 2020, p. 33). (*tradução da autora*).

Apesar da pena de morte, nos tratados de direitos humanos, só ser aceita em casos dos delitos mais graves, a sexualidade continua a ser motivo para tal nesses

países (IGLA, 2020). E mesmo nos países em que não há pena de morte na legislação, a LGBTfobia (que é a discriminação contra pessoas não heterossexuais ou não heteronormativas) mata muitas pessoas (SANTOS; GARCIA, 2019). Devido a vulnerabilidade das pessoas LGBTQIA+ e a demora legislativa para abordar a temática, o Supremo Tribunal Brasileiro criminalizou a LGBTfobia em 2019 (SANTOS; GARCIA, 2019). A argumentação da decisão considerou a discussão sobre os direitos humanos e a igualdade material entre as pessoas.

O Grupo Gay da Bahia é uma organização não estatal do Brasil que realiza relatórios anuais de mortes de pessoas LGBTQIA+ do país, considerado o grupo em defesa dos direitos humanos da população LGBTQIA+ mais antigo do Brasil (OLIVEIRA, 2020). Entre os anos de 2000 a 2019, 4.809 pessoas foram mortas de maneira violenta no Brasil por serem LGBTQIA+ (OLIVEIRA, 2020). Isso significa uma média de 253 mortes por ano. No ano de 2017, foi registrado o maior número de mortes: 445 pessoas - mais de uma morte por dia por LGBTfobia no país. Esses dados refletem a morte, mas não contabilizam os espancamentos, os assédios, os estupros e demais violências que os LGBTQIA+ sofrem diariamente.

Por isso, quando Tiburi (2018) coloca que o feminismo é uma luta pelos direitos de todas, de todes e de todos, ela abrange o direito das pessoas não serem apenas homens e mulheres, divididos nessa binariedade, e também o direito de não ser apenas heterossexual. A libertação do gênero feminino pode corresponder a libertação do binarismo, da heteronormatividade e do patriarcado.

No mesmo sentido está hooks (2020), para ela, a libertação feminista também é uma maneira de libertar-se do modo como o patriarcado nos ensinou a se relacionar com os demais. As mulheres são ensinadas a se relacionarem sexualmente de maneira a corresponder os desejos e vontades dos homens. Também é ensinado a agir nas relações familiares através da leitura de mundo do patriarcado. Por isso, mesmo em relacionamentos lésbicos, pode haver violência, porque foi ensinado os padrões de convivência familiar e afetiva nos moldes patriarcais. O mesmo raciocínio pode ser utilizado para entender sobre a mãe que agride seus filhos. A violência como instrumento da manutenção do poder é uma técnica praticada pelo patriarcado e internalizada por todos e todas.

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. (hooks, 2020, p. 96).

E, principalmente, porque o poder patriarcal, segundo Beauvoir (2016) e Saffioti (2004), se manifesta mais fortemente sobre o controle da sexualidade das mulheres, tudo que foge da normalidade heterossexual permitida pelos homens é sujeita à violência.

Por isso, pautar feminismos dentro da discussão dos direitos humanos não pode ser dissociada das outras minorias. Além das pessoas LGBTQIA+, a intersecção para com a classe e raça se faz necessária. Para Beauvoir (2016, p. 163), “A mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe.” Da mesma forma que a mulher burguesa aproveita os seus privilégios, a mulher branca recebe os dividendos do racismo. Por isso, essas críticas podem ser entendidas diante do processo histórico do movimento feminista.

#### 1.4.1 Breve consideração histórica dos movimentos feministas

O feminismo pode ser definido em seu surgimento como um movimento de mulheres burguesas europeias pelos direitos civis, principalmente pelo direito ao voto. Essa preposição, se lida rapidamente, pode não trazer a reflexão: a história do movimento feminista foi resumida por mulheres brancas e europeias ou norte-americanas. Logo, quando foram incorporados estudos feministas pelas mulheres latino-americanas, se incorporou também essa narrativa.

Os efeitos da colonização discursiva dos feminismos ocidentais implicaria uma colonialidade intrínseca aos discursos produzidos pelos feminismos latino-americanos, de tal maneira que esta deixa de ser atributo apenas dos feminismos de Primeiro Mundo, e, em nossas terras, tem pelo menos outras duas consequências: a definição, em conluio e dependência dos feminismos hegemônicos do Norte imperial, das orientações e eixos de preocupação e atuação do feminismo local; a fagocitação das habitantes subalternas destas terras, através de sua (boa) representação por parte das mulheres das elites nacionais e dos grupos hegemônicos feministas. (MOGROVEJO, 2020, n. p.).

No Brasil, classicamente se diz que o movimento feminista se inicia pelas classes médias, em 1910, com movimentos de sufragistas, ou seja, pelo direito ao

sufrágio (votar e ser votada), mas apenas em 1934 é reconhecido esse direito às brasileiras. Esse primeiro movimento é chamado de primeira onda do movimento feminista (RODRIGUES, 2020).

Nos anos 1960 e 1970, principalmente, surgem pautas dos movimentos feministas voltadas para a liberdade sexual e liberdade reprodutiva das mulheres. Nessa segunda onda, o grupo de mulheres que participava já era mais heterogêneo, participando mulheres diversas, de países diversos (RODRIGUES, 2020). No Brasil, segundo Teles (2003), essas pautas foram muitas vezes deixadas em segundo plano, pela necessidade das mulheres lutarem contra a ditadura militar em que o país se encontrava.

Nos anos 80, o movimento feminista coloca em cheque ser um movimento predominantemente branco e de classe média ou universitário. Voltam-se as pautas para as questões de raça e classe dentro do feminismo durante a terceira onda do feminismo (RODRIGUES, 2020). Nesse sentido, Gonzales (2020) denuncia que o movimento feminista brasileiro permaneceu muito atrasado na questão racial, e que, as mulheres negras que tentavam introduzir esse debate muitas vezes foram hostilizadas por outras feministas, que afirmavam a fuga da pauta principal.

Ainda existem discursos defendendo uma visão de pauta unitária, como se levantar discussões interseccionais ou demonstrar singularidades dentro do movimento feminista fosse enfraquecer o mesmo ou desviar o foco (LARA, *et. al*, 2018). Contudo, dentro do entendimento de que desde o início o feminismo foi composto por mulheres múltiplas e de que o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo são cabeças de uma mesma criatura, é possível entender que há a necessidade de se especificar demandas e compreender a multiplicidade de mulheres, a fim de combater o que é que se coloca diante de cada grupo.

A diversidade existente nos movimentos feministas pode ser facilmente diagnosticada com a *internet*. Por isso, fala-se em uma quarta onda do movimento, o ciberfeminismo ou ativismo digital. As organizações de mulheres em plataformas digitais, os grupos online de discussões e as *hashtags* denunciando assédios e demais violências são as principais características dessa onda (RODRIGUES, 2020). Cabe destacar aqui alguns movimentos que contaram com a propagação *online*: o *#meuamigosecreto*, que denunciou diversas violências que as mulheres brasileiras estavam passando em seus cotidianos, por homens próximos (LARA, *et. al*, 2018); o

#niunamenos que unificou mulheres na América Latina pela pauta do feminicídio e do aborto legal (AZEVEDO, *et al*, 2020).

A luz que a quarta onda irradia é de que dentro do ciberfeminismo é possível traçar uma conexão entre pautas diferentes e agrupar mulheres em torno dessas pautas. A rede de mulheres se incorpora à rede (*net*) *online*. É possível pensar como a rede pode potencializar o indivíduo. As autoras Silva e Palhano (2020) discorrem sobre a relação entre a luta pelos direitos humanos e essa nova onda do movimento feminista. Atualmente, diante da globalização e da intensidade dos usos das tecnologias da informação no cotidiano, há uma possibilidade de acesso e divulgação de informações e conteúdos tão diversos e plurais que não podem ser ignorados.

Muitos desses conteúdos são produções, manifestações, literaturas e ações dos movimentos feministas. Além disso, esses conteúdos podem estar encharcados de questões inerentes aos direitos humanos. O instrumento conector desses dois temas pode ser a educação, como explicam Silva e Palhano (2020, p. 135-136):

Frente a isso, é necessário abrir-se espaço nas escolas para que essas ideias sejam discutidas de modo a estender o universo apreendido pelos/as jovens na rede ao universo escolar, e, mais ainda, para apresentar esses diferentes olhares àqueles que ainda não visitam e não remetem acerca dessas questões sob a perspectiva de gênero, promovendo a transformação da escola propagadora de sexismos para a escola calcada na educação em direitos Humanos que forma sujeitos autônomos capazes de ver na diversidade a efetivação do respeito e da distribuição igualitária de direitos.

O ciberfeminismo também contempla a pluralidade de feminismos que pode existir *online* ou presencial. Por isso, cada vez se faz mais importante pensar a pluralidade, como os feminismos plurais. Nesse sentido, Ribeiro (2019) explica que é diferente ser uma mulher, ser uma mulher negra e ser uma mulher negra e pobre. Cada pessoa, a partir de suas vivências, possui seu lugar de fala, cabe aos demais, diante dessa pessoa, o lugar de escuta.

As mulheres são diversas, heterossexuais, mães, trans, bissexuais, negras, latinas, muçulmanas, ricas, pobres, católicas, lésbicas, empregadas, desempregadas, doentes, saudáveis. Há uma imensidão de possibilidades de como é ser mulher, às vezes as identidades se somam, como explica Sen (2010) e às vezes é preciso entender a singularidade dessas sobreposições de identidades que dão origem a pautas e movimentos específicos. Por isso, os feminismos são plurais, porque assim são as mulheres.

Ao realizar uma leitura do processo histórico do movimento feminista, ou melhor, dos movimentos feministas, percebe-se a necessidade de entender o que se coloca diante da mulher do Sul Global. A segunda onda foi diferente no Brasil devido à ditadura militar, um contexto de forte repressão por parte do Estado, o que também era a realidade em boa parte da América Latina (TELES, 2003). Logo, as discussões sobre liberdade sexual e reprodutiva se deram diante de contextos que não podem ser generalizados por uma onda. Nesse mesmo sentido está Maya (2019), que afirma não haver uma história universal do feminismo. Para ela, as pautas das mulheres da América Latina são outras, pois a formação histórica dessas mulheres é peculiar. São indígenas, negras, pobres, mães e periféricas.

Um exemplo disso é compreender que o movimento sufragista foi um movimento de mulheres burguesas pela igualdade perante os homens burgueses. Ou seja, não era um movimento pela igualdade de todas as mulheres ou contra a dominação masculina, muito menos contra a dominação patriarcal capitalista (GÚZMAN, *et al* 2019).

Da mesma forma, a discussão sobre a sexualidade não pode ser imposta pelos países do Norte Global, mas deve partir das próprias mulheres da América Latina. Ribeiro (2016) denuncia o movimento internacional pela esterilização das mulheres brasileiras, principalmente negras, sob o pretexto de controle familiar. Para muitas mulheres brancas, principalmente europeias, a maternidade e o casamento devem ser combatidos como sendo os únicos destinos das mulheres. Porém, como destaca Castro (2020), para muitas mulheres negras e indígenas é através da maternidade que há a expressão de suas identidades e lideranças nos seus meios de convívio.

A discussão sobre a utilização do termo *queer* pelas pessoas da academia também passa por essa discussão. O termo *queer* surge nos anos 80, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e designa os dissidentes - os esquisitos -, quanto à sexualidade e ao gênero (GARGALLO, 2020). Porém, ao chegar na América Latina, o termo *queer* vem carregado de colonialismo. A autora Gargallo (2020) destaca a utilização do termo como algo *fashion* e importado, mas que muitas vezes ignora os termos já existentes no cotidiano dos latino-americanos, reforçando uma colonialidade. “Isto é, na América Latina se usa *queer* para falar de sexos esquisitos,

em um clima de termos bonitos, onde não existem putas, nem bichas, nem sapatonas, ainda que haja de tudo um pouco [...]” (GARGALLO, 2020, n. p.).

Outra sensibilidade que se deve ter é para a violência doméstica ou familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha, lei nº 11.340/06, considera a violência doméstica ou familiar contra a mulher uma violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006). Segundo o relatório O progresso das mulheres no mundo 2019-2020, realizado pela ONU Mulheres, a porcentagem de mulheres e meninas entre 15 e 49 anos que sofreram, nos últimos 12 meses, violência sexual ou física por um parceiro ou ex-parceiro, quando se trata da Europa e da América do Norte é de 6,1%. Porém, a porcentagem na América Latina e no Caribe é de 11,8% (ONU, 2020). Ou seja, as mulheres da América Latina e do Caribe são mais violentadas por seus parceiros e ex-parceiros do que as mulheres europeias e do Norte da América.

E, dentro do Brasil, é preciso fazer o recorte étnico e de classe. O Senado Federal, através do DataSenado (2019), realiza a Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Segundo a pesquisa, das mulheres que afirmam já ter sofrido alguma violência doméstica ou familiar provocada por um homem: 25% são brancas, 33% são pretas e 28% são pardas. Quanto ao trabalho, das mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por um homem: 30% afirmaram estar ocupadas, 36% desocupadas e 22% fora da força de trabalho. Quanto à renda: 32% correspondiam a renda até 2 salários mínimos por família; 24% das mulheres correspondiam à renda de 2 a 5 salários mínimos e 19% correspondiam a mais de 5 salários mínimos (DATASENADO, 2019). Percebe-se que a maior parte das mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar no Brasil são negras, que não estão trabalhando e de baixa renda.

Outra parcela da população brasileira que sofre com violações dos seus direitos humanos são os povos indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Civilizatório (CIMI), no ano de 2019 foram registrados 1120 casos de violações aos direitos patrimoniais indígenas no Brasil. Os casos incluem omissão e morosidade na regularização de terras, conflitos relativos a direitos territoriais, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. Em relação a violência contra a pessoa, foram registrados 277 casos em 2019. Incluem nesses dados abuso de poder, ameaça de morte, ameaças várias, assassinatos, homicídio culposo, lesões corporais dolosas, racismo e discriminação étnico culturais, tentativa



de assassinato e violência sexual. O total de assassinatos é de 133 casos no mesmo ano (RELATÓRIO, 2019).

Esses dados demonstram que, quando se trata em direitos humanos, existem muitos Sul's dentro do Sul Global (SANTOS, 2013). Por isso, há a possibilidade de pensar epistemologicamente os direitos humanos, numa perspectiva feminista e do Sul. Não se pode universalizar o gênero, nem mesmo universalizar os direitos humanos. Quando se viola os direitos humanos de mulheres, pobres e negras, da população LGBTQIA+, dos povos indígenas, se está violando os direitos humanos em si, está se violentando a pluralidade que compõe a própria humanidade (SANTOS, 2013).

As violações de direitos humanos fazem parte do próprio histórico dos direitos humanos. Segundo Santos (2006), atitudes complacentes com as violações de direitos humanos vivenciadas fomentaram uma visão de suspeitas quanto ao seu caráter emancipatório. A construção histórica dos direitos humanos passou de uma fase de barrar a atuação do Estado - principalmente a autoridade de intervenção violenta do Estado, perante os direitos civis dos sujeitos -, para uma segunda fase de prestação positiva por parte do Estado, com o objetivo de assegurar direitos sociais, trabalhistas, previdenciários aos sujeitos e depois, numa terceira fase, para uma atuação do Estado e dos sujeitos em preservar a solidariedade entre os sujeitos, para que se assegure a paz, a autodeterminação dos povos, a preservação do meio ambiente (COMPARATO, 2003).

Os direitos humanos foram historicamente construídos para tentar impedir violações, por parte do Estado para com os sujeitos, por parte dos sujeitos com os demais sujeitos e por parte dos Estados para com os Estados. A palavra violação vem de violar, no latim tratar com violência, ultrajar, desonrar (FERREIRA, 2010). Dessa forma, é possível entender que falar em direitos humanos é falar também de violência. Isso faz parte da ambiguidade, da complexidade, defendida por Morin (2011). Os direitos humanos não são o oposto da violência, não são antônimos que se repelem. Por outro lado, são conceitos complexos que permeiam, em suas construções sociais e histórias, um ao outro.

## CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AOS DIREITOS HUMANOS

Fotografia 2 – Géneses e Sofrimento.



FONTE: Portfólio. BARTMEYER, C. M. **Géneses e Sofrimento**, 2018, Brasil. Bordado sobre papel impresso, 35 x 70 cm.

A obra *Géneses e Sofrimento* (BARTMEYER, 2018) foi desenvolvida em bordado sobre páginas de papel, especificamente páginas de alguma edição da Bíblia. Dentre os questionamentos presentes na obra, está a violência e o impacto dos valores religiosos sobre o corpo da mulher e são um alerta à violência que as mulheres sofrem muitas vezes tendo como pano de fundo os discursos religiosos. A Bíblia é o livro de base da religião e da educação cristã que utiliza de passagens para fundamentar as práticas e costumes. Algumas dessas passagens são parábolas que falam de amor e paz, porém o livro também possui conteúdos sobre ódio, intolerância,

perseguições. Há uma ambiguidade nas passagens bíblicas, assim como muitas vezes há nos discursos de direitos humanos e nos processos de educação. Os direitos humanos têm sua conexão com as diversas violências praticadas e a educação também pode ser violenta.

Quando se traz a palavra violência para dentro de um texto, ainda mais acadêmico, podem existir muitas abordagens que se desenrolam. A violência é estudada em diversos campos e pensar num conceito amplo para essa palavra pode ser desafiador. Para Arendt (2010), a violência traz esse desafio porque as pessoas não tendem a questionar o que é, quando do que se trata é óbvio para todos.

Apesar da violência ser óbvia, Arendt (2010) aponta para diferenciações teóricas necessárias. A primeira, que violência não é necessariamente poder. “Se nos voltamos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder.” (ARENDR, 2010, p. 51). A diferença trazida por Arendt é de que o poder é fim e a violência é meio. O poder, ao ser exercido, nem sempre se utiliza de violência, contudo, quando está para se perder o poder, recorre-se ao uso da violência. Por isso, o termo “utiliza-se” da violência, porque ela é um instrumento de uso. Ou seja, o domínio através da violência ocorre quando o domínio pelo poder está sendo perdido. Arendt (2010), apresenta, em seu texto, conceitos para a política. Assim, relações entre indivíduos e Estados e Estados e Estados. Mas uma observação importante sobre o poder e a violência, também para as relações individuais, é de que poder e violência não são naturais, mas construídos pelo ser humano e, assim, são frutos das faculdades humanas.

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo. (ARENDR, 2010, p. 103).

Isso é importante porque tudo que não é natural, é construído, e se constrói, também se desconstrói. Aquilo que resulta de ações humanas pode ser entendido e passar a ser diferente. A violência existe, mas não é imutável e inerente. Se facultamos pela violência podemos facultar pela não violência, ou pela *ahimsa*.

Foi Gandhi quem deu ao Ocidente o termo não-violência, como tradução para o termo sânscrito ahimsa, que aparece com frequência na literatura hindu, jainista e budista. [...] Ahimsa é, portanto, o reconhecer, domar, dominar e transmutar o desejo por violência encontrado nos seres humanos, que os leva a querer eliminar, excluir, livrar-se de ou machucar seus semelhantes. (MULLER, 2006, p. 40).

É por existir essa possibilidade de mudança sobre a violência que o autor Han (2017) descreve a topologia da violência. A sociedade, coloca Han (2017), passou de uma violência de palco, com sangue, público e espetacularização, para uma violência retirada da encenação pública, escondida, internalizada.

O palco da violência de sangue, que marca a sociedade da soberania, dá lugar à câmara de gás exangue, sem despertar a atenção do público em geral. Em vez de uma encenação ostentatória a violência se esconde envergonhada. É bem verdade que continua a ser exercida, mas é retirada da encenação pública. (HAN, 2017, n.p.).

Por isso, apesar da violência não ser natural, ela é naturalizada. Ela é internalizada psicologicamente, as pessoas muitas vezes não se dão conta que estão sendo violentadas e isso é a máxima eficiência da violência, segundo o autor. lamamoto (2010) descreve que o processo de internalização está ligado ao novo padrão imposto pelo sistema capitalista, que reforça desigualdades e alimenta a violência ao mesmo tempo que conduz para a indiferença com a maioria das vidas humanas. Em Butler (2021), a indiferença que o capitalismo produz torna vidas não enlutáveis.

Para Han (2017), a violência e o poder são diferentes também. Enquanto o poder é capacidade de submeter pessoas à sua vontade, a violência é a capacidade de “quebrar” o outro. Ou seja, com o poder se usa da liberdade do outro a seu favor, com a violência se extingue a liberdade do outro. A relação, para ele, também é de meio e fim. Mas diferente de Arendt (2010), Han (2017) está mais envolvido com as relações de poder entre pessoas. Para ele, a sociedade atual é uma sociedade de desempenho, em que os indivíduos exploram a si mesmos e se auto esgotam. Os sujeitos tornaram-se soberanos de si mesmos. A violência passa a ser cada vez mais a auto violência, como o suicídio, a depressão e a ansiedade.

Já para o autor Sen (2015), a violência é trabalhada junto com o conceito de identidade, isso se traduz em uma abordagem voltada para violência pensada nas relações individuais. Para ele, a violência é fomentada pela crença em identidades

únicas e que excluem outras identidades, por exemplo: se um indivíduo é mulçumano ele não pode ser estadunidense; ou se é gay ou se é católico. Como os demais autores, Sen (2015) também expressa que a violência é cultural, mas a cultura, para ele, é influenciada e influenciadora da educação, trata-se de uma relação bidirecional.

Outro autor que estuda a violência, a partir da educação, é Jares (2002). Segundo o autor “Por violência entendemos tudo aquilo que impede as pessoas de se auto realizar como seres humanos, seja por qualquer tipo de violência direta ou pelas chamadas violências estruturais.” (JARES, 2002, p. 131). A auto realização não é individual, mas coletiva, tudo que impede a auto realização é formado pelas diversas formas de violências estruturais ou diretas, como: violência direta (quando é pessoal, tem um autor definido) e estrutural (por exemplo: distribuição desigual de recursos) e cultural (masculinização da violência).

O que os autores, apesar de discordarem e divergirem em algumas explicações e conceitos, apontam é para a violência como produto da cultura humana. Podem ter muitas origens serem exploradas e estudadas, mas se a violência é fruto das ações humanas, pode-se agir de maneira não violenta.

Butler (2021) também se dedicou ao estudo da não violência quando traz a discussão da não violência como um compromisso ético pela igualdade social. Para ela, é preciso pensar politicamente sobre as vidas que são dignas de luto e as que não são. Se todas as vidas são dignas de luto, por que a violência contra elas é aceita? É preciso então um compromisso permanente, constante vigia, às vezes até agressivo, pela igualdade material entre as vidas.

Percebe-se que há inúmeras formas de violência: em que a violência pode ser do poder estatal para com indivíduos, pode ser da sociedade para com o indivíduo, de grupos para grupos, do indivíduo para com ele mesmo. Por isso, introduzindo uma divisão mais didática do estudo da violência, pode-se dividir a violência em categorias.

O Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (2002), realiza esta distinção. Assim, há a violência direta quando há ação voltada diretamente ao indivíduo que se pretende vitimar. Já a violência indireta é a que acontece dentro de uma estrutura e se manifesta através de um poder desigual, por isso, essa violência também é chamada de violência estrutural. O que motiva a violência são as desigualdades.

Por essa razão, a violência estrutural, tal como foi assinalado, implica oportunidades de vida distintas que supõem principalmente um acesso diferenciado aos benefícios do desenvolvimento, uma distribuição desigual de recursos e ativos mobilizáveis por parte de seus membros e um poder variável de influência nas instâncias que decidem a distribuição de recursos. (CENTRO, 2002, p. 103).

Ainda, o Centro (2002) classifica as violências em: coletiva (quando grupos praticam violência direta); institucional ou estatal (quando as instituições, que possuem o uso legítimo da força, violam as liberdades individuais); cultural (quando um indivíduo ou grupo utiliza-se da diferença para inferiorizar os outros); individual (violência entre indivíduos ou interpessoal).

Essa divisão não traça uma demarcação rígida. Ao pensar num caso exemplificativo: um homem agride fisicamente sua esposa dentro de sua casa. Ao chamar a polícia, a telefonista diz que não irá mandar uma viatura, pois já é a terceira vez nessa semana que a mulher reclama da mesma coisa. A agressão física é uma violência individual, a violência doméstica contra a mulher é considerada uma violência cultural e quando a telefonista nega o atendimento policial é o caso de uma violência institucional. Ainda, pode se considerar que a desigualdade entre homens e mulheres, que origina a violência doméstica contra as mulheres, é uma violência estrutural, a violência de gênero.

Percebe-se, por esse exemplo, que uma situação de violência pode não estar limitada a um tipo de violência. Por isso, não se optou por restringir esse estudo a um tipo de violência, mas sim à vivência e aos conhecimentos das mulheres sobre a violência, de maneira específica, na universidade. As vivências das estudantes da graduação corroboram para uma abordagem feminista quanto ao fenômeno da violência.

## 2.1 VIOLÊNCIA, FEMINISMO E EDUCAÇÃO

Tratar de violência através das ciências sociais feministas não é falar apenas da violência de gênero contra as mulheres. É pensar como as mulheres concebem, pensam e constroem conhecimentos sobre os mais diversos assuntos. É sobre inverter a lógica de produção e reprodução epistemológica apontada no primeiro capítulo.

A violência faz parte das construções das performances de gênero. Enquanto à mulher é ensinada a ser frágil, dócil, obediente, ao homem é ensinado o inverso. Dentro desses papéis, a violência cabe ao gênero masculino (SAFFIOTI, 2004). “A violência não tem raça, nem classe, nem religião, nem nacionalidade, mas tem gênero” (SOLNIT, 2017, p. 33). Nesse mesmo sentido está o estudo de Rolim (2016). Para ele, não se pode negar os estudos sobre gênero quando se pesquisa violência.

Quando examinamos o envolvimento com práticas violentas, as diferenças entre os sexos são, ainda hoje, pouco valorizadas na tradição sociológica, a despeito de oferecerem a mais evidente e avassaladora evidência sobre propensões genéticas muito diversas entre os seres humanos. [...] Pesquisas têm identificado, por exemplo, propensões muito diferentes com relação a comportamentos agressivos entre crianças de ambos os sexos, desde os dois anos de idade. Aparentemente meninas possuem - na média - uma capacidade maior para interpretar corretamente as intenções dos demais e, também, uma maior capacidade empática. Os meninos, desde muito cedo, são mais competitivos e impulsivos e costumam reagir com hostilidade mediante a presença de estranhos. (ROLIM, 2016, p. 55-56).

Não se trata de tornar a violência natural para os homens, ou afirmar que os homens são biologicamente violentos. Trata-se de entender que, diante da atual construção dos papéis de gênero, em que se ensina aos homens a serem agressivos, somada a tendência biológica para menor empatia dos nascidos no sexo masculino, tem-se uma sociedade que motiva homens a serem violentos. É necessário pensar o social junto com o biológico, como Rolim (2016) aponta.

Por isso, uma outra forma de pensar sobre os gêneros, baseada no feminismo, pode ajudar. É o que Tiburi (2018) defende: o feminismo faz bem aos homens, libertando eles do comprometimento ancestral de violência e poder de destruição. “O feminismo é um espaço-tempo, no qual habitam a multiplicidade dos corpos em relação não violenta.” (TIBURI, 2018, p. 45). Nesse mesmo sentido está Adiche (2012):

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estrita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são - porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, homens duros. (ADICHE, 2012, p. 11).

Esses meninos se tornam homens. Por isso, quando Adiche (2012) afirma que devemos todos ser feministas, ela está propondo outro modo de se pensar como são

construídos os papéis masculinos: mais humanos, mais sensíveis, mais empáticos. “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.” (ADICHE, 2012, p. 17). Por isso, entendendo a cultura e a educação como uma via bivalente (SEN, 2015), essa mudança cultural pode acontecer através de uma outra educação.

A autora hooks (2020) escreve no mesmo sentido. Para ela, diversas práticas feministas foram incorporadas no cotidiano das pessoas e trouxeram muitas melhorias, tanto para homens como para mulheres. Nem sempre as pessoas reconhecem essas práticas como conquistas feministas, mas fato é que o feminismo procura construir um mundo de paz, mas deve estar alinhado com outras práticas. “Imagine viver em um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo.” (hooks, 2020, p. 15).

A proposta levantada nesta dissertação é a educação em direitos humanos através de uma perspectiva crítica dos direitos humanos. Não basta educar em direitos humanos, mantendo a lógica patriarcal, capitalista e colonialista, criticada por Santos (2013). É necessário pensar os direitos humanos, conforme Herrera Flores (2009) explica, como processos dinâmicos para a dignidade humana, abrindo espaços de luta e reivindicação.

Ponderar na escola, na aula universitária ou na sede de movimentos e associações de defesa e promoção de direitos quais foram os processos históricos e normativos que deram lugar a uma determinada configuração de direitos; analisar detidamente que tipo de relação social é que se estabelece e finalmente valorar a proximidade ou distância de dita normativa em relação à luta pela dignidade humana (vida, liberdade e igualdade) pode nos oferecer um marco pedagógico e prático que facilite entender os direitos em toda sua complexidade e na profundidade de sua natureza. (HERRERA FLORES, 2009, p. 107).

Assim, considera-se abrir o diálogo para os direitos humanos dentro da educação, mas entendendo-os como processos históricos e normativos, percebendo o que está normatizado e a distância disso com a realidade material.

Não basta, assim, ensinar os marcos legais sobre direitos humanos e falar sobre seus objetos e sem perceber quem são os sujeitos de direitos humanos e sua realidade. Por isso, quando Herrera Flores (2009) fala sobre essa lacuna entre o texto



legal e a vida material das pessoas, o instrumento para diminuir essa lacuna são as políticas públicas.

Através delas, são criadas condições econômicas e culturais para a transformação da realidade, proporcionando uma emancipação e empoderamento. “Os direitos não funcionarão por si próprios, nem serão implementados unicamente a partir do trabalho jurídico. É necessário fazê-lo atuar criando as condições econômicas e culturais que nos permitam efetivar a liberdade positiva e a fraternidade emancipadora.” (HERRERA FLORES, 2009, p. 109).

Lessa (2006) explica brevemente essa relação, entre direitos humanos e políticas públicas.

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (LESSA, 2006, p. 26).

O que se apresenta é aquilo que Herrera Flores (2009) se preocupou em colocar sobre os direitos humanos: resultados e mudanças no mundo real. Convergindo com essa explicação está Kerstenetzky (2012). Para ela, as políticas públicas são, geralmente, pensadas para atingir aspectos sociais, mas elas também podem ter um aspecto econômico.

Em primeiro lugar, espera-se que as políticas sociais tenham impactos principalmente sociais – proteção social, prevenção contra riscos sociais, redução de desigualdades e pobreza, promoção de justiça social, aumento de capacitações em geral. Contudo, ao exercer essas funções, as políticas sociais acabam afetando variáveis econômicas: ao proteger e prevenir contra riscos, elas promovem estabilidade econômica (com a suavização do consumo e a redução da incerteza); economizam capacidade produtiva que, na sua ausência, seria perdida; liberam as empresas dos custos envolvidos em proteção e prevenção; elas também contribuem para a valorização de capacidades, que podem ser mobilizadas para o aumento de produtividade e da eficiência econômica e para o crescimento, e o fazem liberando o setor privado dos custos e investimentos envolvidos. (KERSTENETZKY, 2012, p. 44).

Assim, os direitos humanos são conectados diretamente com as políticas públicas e com o Estado democrático de direito. A partir daí, introduz-se mais uma vez a necessidade da educação para os direitos humanos. O autor Jares (2002) trabalha

a relação existente entre democracia, direitos humanos e uma cultura para a paz ou não violência e a educação.

A partir dos pressupostos de uma cidadania democrática, respeitosa e solidária, devemos reforçar nossas propostas inequívocas em favor de uma cultura de paz e não-violência, que tem como princípio fundamental o respeito à vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática das estratégias não-violentas de resolução de conflitos. (JARES, 2008, p. 35).

Para ele, a paz é o contrário da violência, mas a paz não pode ser entendida como a manutenção do *status quo* pelos grupos dominantes. Por isso, a educação deve ser voltada para uma perspectiva crítica e libertadora. A educação deve ser voltada para a resolução de conflitos de forma não violenta e não para a ausência dos conflitos.

Os conflitos fazem parte da vida em sociedade. Permeiam assim todos os ambientes de convivência. Para tratar dos conflitos que surgem de maneira não violenta é necessário o diálogo. “Não há possibilidade de convivência sem diálogo. As pessoas crescem e se humanizam graças à linguagem e ao diálogo.” (JARES, 2008, p. 32).

Esse diálogo deve ser conduzido através do conteúdo dos direitos humanos. Para Jares (2008), a construção de uma educação que valorize os diálogos, consiga resolver conflitos e atue de maneira a valorizar a democracia é possível através da educação em direitos humanos.

Em 2007, foi divulgado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) no Brasil. Esse Plano afirma o compromisso com os direitos humanos e reforça as questões que foram anteriormente abordadas nessa dissertação.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz. (BRASIL, 2007, p. 11).

Esse Plano possui os seguintes eixos: educação básica; educação superior; educação não-formal; educação dos profissionais de justiça e segurança pública.

Aqui, cabe abordar os aspectos gerais do PNEBH junto com o eixo da educação superior.

O primeiro ponto a ser levantado, portanto, é a autonomia universitária. Através dessa autonomia é possível pensar a educação em direitos humanos no ensino superior. Dispõe a Constituição Federal: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988). Isso é importante porque, como visto anteriormente nessa dissertação, as universidades, em especial as públicas, acumulam a maior parte das matrículas universitárias do país. Essas universidades se caracterizam dessa maneira porque agregam diferentes faculdades e áreas do conhecimento e podem gerir-se autonomamente.

Além disso, uma universidade deve não apenas focar no ensino, mas também na pesquisa e na extensão. O ensino é a formação teórica realizada pelas e pelos docentes, a pesquisa é a atividade científica que envolve desde as iniciações científicas até pesquisas de doutorado, por exemplo, e a extensão são as atividades de conexão da universidade com a comunidade externa (BRASIL, 1996).

Ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. A EDH também é, todos os campos da universidade devem estar permeados pela EDH. Para tal, é necessário conceituar a educação em direitos humanos.

A abordagem de Salles Filho (2016), define a educação em direitos humanos como um instrumento da educação para a paz que está dentro do estudo da cultura de paz: “[...] a Educação para a Paz surge como a vertente educacional na Cultura de Paz, um campo construído e pensado com ações pedagógicas voltadas ao esclarecimento sobre a cultura das violências em seu processo de mudanças para uma Cultura de Paz.” (SALLES FILHO, 2016, p. 140).

Seguindo esse processo dedutivo, a educação em direitos humanos é uma ferramenta da educação para a paz. Isso porque a cultura de paz só é possível quando compreendido os direitos humanos através de uma reorientação para pensar de maneira transdisciplinar, e não mais fragmentada (SALLES FILHO, 2016). Isso quer dizer que, trabalhar os direitos humanos na educação superior, por uma perspectiva complexa do conhecimento, é promover uma educação para a diversidade que compõe a humanidade, e assim, proporcionar uma educação para a paz.

Quando não se compreende essa diversidade que forma a humanidade, promove-se um identitarismo excludente, conforme é explicado por Sen (2015). As pessoas não são apenas um segmento: não se é apenas feminista, ou apenas católico. O que Sen (2015) apresenta é que somos múltiplas identidades. O ser humano pode ser feminista, católico, mulher, mãe, israelense, torcedor do Flamengo e professora universitária ao mesmo tempo. Nenhuma dessas identidades precisa necessariamente sobrepor a outra. É por meio da compreensão dessa diversidade que um único ser humano pode compreender a diversidade que toda a humanidade corresponde.

A educação para os direitos humanos é isso: é compreender a diversidade; a existência de outros; e que esses outros possuem direitos, combatendo os privilégios de apenas alguns. Silva (2013) afirma que a educação em direitos humanos no ensino superior é um instrumento para formar sujeitos atuantes, que saibam dialogar, para enfrentar as mais diversas formas de violência.

Trata-se, por isso, de uma questão pedagógica. “Os direitos humanos, com sua história, suas formulações teóricas, seus fundamentos éticos e jurídicos e seus embates teórico-culturais, constituem campos do conhecimento que podem ser pedagogicamente ensinados e didaticamente aprendíveis.” (VIOLA, 2013, p. 47). O que o PNEDH propõe é uma mudança na forma como a pesquisa, o ensino e a extensão estão dadas na universidade brasileira. Conforme coloca Viola (2013):

O texto apresentado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, PHEDH, 2006) traz em suas propostas a superação do modelo universitário baseado nos princípios utilitários submetidos aos interesses de economia do mercado e sua passividade em relação à simples reprodução do conhecimento, a submissão da pesquisa aos interesses do grande capital e as práticas assistencialistas realizadas como práticas extensionistas. (VIOLA, 2013, p. 45).

Essa superação do pensamento utilitarista é uma superação defendida também por Herrera Flores (2009) sobre a própria forma de atuar na defesa dos direitos humanos. Mas, infelizmente, o sistema de valores atual é o neoliberal, em que se coloca as liberdades funcionais do mercado acima das políticas públicas de igualdade social, econômica e cultural. Isso afeta diretamente a educação, principalmente a educação superior, que é pensada, muitas vezes, como um degrau de formação para empregabilidade.

Educar em direitos humanos na universidade é mudar essa forma de pensar a própria universidade. Porque, como é defendido por Carbonari (2013), a escolha de uma forma de universidade é a escolha de uma forma de sociedade. A educação em direitos humanos está diretamente ligada às crises e transformações da sociedade. E o sentido da educação em direitos humanos deve ser o sentido que fortaleça e defenda a democracia. “A questão de fundo, portanto, que está posta no debate sobre o sentido da educação superior, é que tipo de pessoas formar e para que tipo de sociedade.” (CARBONARI, 2013, p. 66).

A relação existente entre a formação no ensino superior e a formação em direitos humanos está diretamente conectada com o movimento histórico pela retomada da democracia na sociedade brasileira, diante da atuação dos estudantes universitários contra a Ditadura Militar do país.

Essas preocupações com uma formação crítica, com a responsabilidade da universidade com a sociedade, com a democracia e até mesmo com a mudança estão presentes no texto do PNEDH. Como levantado pela bibliografia utilizada, a universidade e os direitos humanos possuem uma ligação histórica no país, a partir da ditadura militar. Mas isso não significa necessariamente que a educação em direitos humanos adentrou as universidades.

### 2.1.1 Educar sobre os direitos humanos pela crítica

Para educação em direitos humanos se faz necessário superar a visão divisória do conhecimento. Não se pode compreender os conteúdos apenas como pertencentes às ciências naturais ou ciências sociais: como se ao pertencer a uma área do conhecimento, o conteúdo se exclui automaticamente das outras áreas. É nesse sentido que leciona Morin (2013): dividir disciplinas dificulta o entendimento do complexo e a resolução dos problemas. A crise que se vive é planetária, não compartimentada, como as matérias atualmente tendem a ser trabalhadas na graduação. Da mesma forma, não basta trabalhar o conteúdo dentro de grades acadêmicas, presos em áreas do conhecimento, em que um conteúdo pode ser mais válido por ser quantitativo ou qualitativo, ou mais válido porque saiu de dentro da universidade ou porque veio da prática popular. É preciso reconhecer as diferenças e se propor em direção à uma ecologia dos saberes.

O reconhecimento de diferentes tipos de racionalidade não necessariamente advoga a sucumbência ao relativismo. Pelo contrário, é exigência para lidar com a pluralidade de forma construtiva o que repõe a universalidade, não de partida, mas como horizonte a ser buscado. A ecologia dos saberes constitui em desafio que exige muito mais do que o tratamento de cada área ou cada especialidade por si mesma; exige o desenvolvimento de perspectivas interdisciplinares e até transdisciplinares. (CARBONARI, 2013, p. 83).

Apresentando a ecologia dos saberes, Santos (2013), reforça a necessidade de se superar a linha abissal que define o que é válido e o que não é. Como o conhecimento científico, é em sua maioria masculino e validado pelos homens, superar essa linha abissal deve considerar a discussão feminista e a discussão sobre o Sul Global.

Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2013, p. 47).

É importante destacar que uma ecologia dos saberes também é uma ruptura com o antropocentrismo egoísta que permeia a humanidade. Nesse sentido, leciona Krenak (2020, n. p.):

É terrível o que está acontecendo, mas a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a Covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. (KRENAK, 2020, n. p.).

Enquanto seres humanos desconectados da Terra, somos desconectados daqueles que não são eu. Só o eu importa, os outros são os outros. A minha ciência é ciência, a dos outros não. Os direitos humanos devem assinalar pelo confronto da monocultura da ciência. Isso não significa relativizar os direitos humanos, mas alimentar os direitos humanos de pluralidade, de diversidade, de identidades múltiplas. Os direitos humanos podem ser trabalhados por uma epistemologia feminista do Sul, para que não seja um instrumento de neocolonização, como é criticado por Douzinas (2011), nem seja algo distante das realidades materiais como

é colocado por Herrera Flores (2009), muito menos seja um discurso sobre pessoas que não são sujeitos de direitos, conforme critica Santos (2013).

Assim, é possível discorrer sobre a educação em direitos humanos e enfrentamento das violências. Pois, muitas vezes, os direitos humanos foram impostos ou justificaram violências (SANTOS, 2014). Logo, é preciso reinventar (HERRERA FLORES, 2009) os direitos humanos, para que se enfrente a violência.

A promoção de uma educação em direitos humanos, geralmente fundamentada na educação para a paz, já aponta para esse enfrentamento. É o caso de alguns estudos apresentados: Matos (2015) obteve resultados através da educação para a paz na capoeira e na utilização da mediação de conflitos; Barroz, Vale e Lima Filho (2015) obtiveram resultados em unidades prisionais com a educação para a paz; Leão e Souza (2015) construíram essas discussões em escolas estaduais de Fortaleza, no Ceará.

Quanto ao ensino superior, as produções sobre práticas de educação em direitos humanos ou mesmo educação para a paz não são tão amplas. Ao pesquisar no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) os termos associados “violência universitária direitos humanos” com o filtro Brasil, obteve-se 93 resultados. Entretanto, nenhum resultado tratava da educação em direitos humanos na universidade. Mudando a pesquisa para “violência educação direitos humanos ensino superior”, aparecem como resultados 535 publicações em português. Fazendo um recorte temporal, dos últimos 5 anos, restaram 172 publicações de 2017 até 2021. Desses resultados, nenhuma publicação tratava de práticas de educação em direitos humanos, apenas teorias, apontamentos sobre currículos, necessidades de se discutir. Mas isso não significa que não existem ações práticas sobre educação em direitos humanos acontecendo em algumas universidades do país.

Em 2017, o Programa Educação em Direitos Humanos e Diversidade, do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), contemplou 5 programas de universidades brasileiras que promoviam a discussão de educação em direitos humanos. O programa possui modalidades de apoio como Bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Pós-doutorado; Recurso de custeio; Recurso de capital, durante 24 meses. Os programas contemplados foram: Direitos humanos, antropologia, educação: experiências de formação em gênero e diversidades (UFSC); Educação

bilíngue para surdos, escola e inclusão: entre o dito, o pretendido e o (re) feito (UNB); Deliberação em escolas públicas: criando capacidades deliberativas (UFMG); Direitos humanos e diversidade na educação superior (UERJ); Diversidade sexual e direitos humanos: processos formativos e ações de professores no interior de SP (UNESP). (CAPES, 2017).

A existência desses programas demonstra que mesmo dentro da universidade é produzido conhecimento junto a prática sobre direitos humanos e violências. Conhecimentos e práticas da educação em direitos humanos não são obrigatoriamente convalidados em padrões de cientificidade positivos, masculinos brancos. Isso não significa que eles não existem, mas demonstra a necessidade de se escrever, através da pesquisa, sobre a educação em direitos humanos no ensino superior.

Muitos autores e autoras afirmam que a universidade não é um espaço dissociado da sociedade, uma vez que todo espaço educacional não o é (SILVA, 2013; LIRA, GOMES, 2012; MIRANDA, 2012, MULLER, 2006). As violências que acontecem fora, também acontecem dentro do espaço físico da universidade. Algumas vezes, a universidade é palco de violências, outras vezes seus membros são atores da violência e, outras vezes, vítimas. Por isso, há uma diferença conceitual que pode ser adotada. Quando se fala em violência e escola se diferencia violência na escola (quando acontece no espaço físico da escola); violência à escola (quando ataques violentos são direcionados à instituição escolar); e violência da escola (quando a escola é violenta com os demais) (MATTOS; GENTILINI; LOPES, 2011). Essa divisão pode também ser adotada para estudos sobre a universidade, como parte da trajetória escolar de uma pessoa, trabalhando-se nessa dissertação com a violência na universidade.

Diversos estudos apontam para a existência da violência na universidade das formas mais diversas possíveis. Godinho *et al* (2018) relataram a violência nos cursos de saúde de uma instituição de ensino superior; Zuin (2002) descreve a cultura de trote no curso de pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, em que conclui que o trote é um rito de passagem que possui violência física e psicológica. Maito *et al* (2019) também se debruçaram sobre a violência na universidade no aspecto da violência de gênero.



Os estudos acima poderiam ser realizados também na UEPG, uma vez que a mesma enfrentou alguns episódios que ilustram a violência na universidade. Foram destacados pela mídia, nos últimos 5 anos, alguns deles:

1. Tentativa de assalto no Campus Uvaranas, que deixou um estudante peruano intercambista baleado, em maio de 2017. A reportagem afirma que desde o começo do ano de 2017 já haviam acontecido 6 assaltos na Universidade (RCP, 2017).

2. Em agosto de 2017, também ocorreu a denúncia por parte de algumas estudantes, que afirmaram estar sofrendo importunações sexuais nos banheiros do Campus Central por um homem que não foi reconhecido (AREDE, 2017).

3. Em 2018, a universidade foi palco da divulgação de um vídeo de violência doméstica, em que um professor da graduação de educação física da instituição (POLÍCIA, 2018) agride sua esposa e filma sua agressão. As estudantes do curso pediram o afastamento do mesmo de suas atividades, pois ficaram com medo de ter aula com o professor. Contudo, como a agressão não ocorreu no ambiente universitário, a universidade informou a imprensa local que não poderia atuar até receber uma reclamação formal por parte das estudantes.

4. Em abril do mesmo ano, a aluna da UEPG, Nathalia Deen, foi vítima de feminicídio. O autor também era um acadêmico da universidade. Ao fim da execução contra a ex-namorada, o acadêmico se dirigiu ao campus de Uvaranas e tentou se suicidar (POLÍCIA, 2018).

5. Em 2019, foi encontrado dentro da universidade uma carta anônima com ameaças à Universidade, prometendo o assassinato em série dos estudantes (APÓS, 2019);

6. Em 2020, o Centro Acadêmico de Agronomia da UEPG se posicionou contrário às provocações homofóbicas entre os cursos de agronomia e odontologia, envolvendo principalmente os calouros dos cursos (CENTRO, 2020).

Percebe-se que esses exemplos de violências poderiam ser estudados e trabalhados em discussões referentes à educação em direitos humanos. O assalto relatado pode ser considerado uma violência direta decorrente de desigualdades estruturais, que são consideradas violências indiretas. A carta ameaçando os demais estudantes é também uma violência direta, que pode ter sido motivada por inúmeros fatores. A violência decorrente da desigualdade estrutural de gênero pode ser o que

levou a assédios por um estranho, a violência doméstica, a feminicídios e trotes homofóbicos.

Esses casos são ilustrativos, mas já apontam para uma realidade a ser mais aprofundada. Sendo o ambiente universitário um centro de conhecimento amplo, cabe aos indivíduos que a formam estudar e compreender esses fenômenos e não ser apenas telespectadores diante da violência.

A universidade, como demais instituições de ensino, é palco de violências. Essas violências são vividas e, algumas vezes, denunciadas. Louro (2014) aponta que os grupos, principalmente voltados para a pesquisa de gênero, são os que mais recebem essas denúncias e promovem estudos referentes a elas. Como a autora coloca, as mulheres, os LGBT's, as discussões sobre sexualidade e a revolução dos meios de comunicação atravessaram as instituições de ensino. E, quando formam seus núcleos, grupos e projetos de pesquisa, enfrentam a violência e se deparam com a rejeição de se falar sobre gênero, raça e sexualidade na universidade pelos seus pares e superiores.

Por isso, discutir violência na universidade está associado diretamente a discutir gênero. Pode se utilizar a epistemologia feminista como embasamento para discussão da educação em direitos humanos e violência na universidade. Para tal, é importante definir os sujeitos a serem pesquisados. Nos estudos feministas, dá-se a preferência aos sujeitos femininos (LOURO, 2014). Depois, é preciso relacionar que esses sujeitos estão num mundo e num tempo, não estão deslocados da realidade (FREIRE, 2020). Entendendo que essas sujeitas, mulheres, que estão na universidade, estão numa estrutura patriarcal, colonial e capitalista, ou seja, estão inseridas em “[...] padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas.” (BIROLI, 2018, p. 10). E estão no ano de 2021, vivenciando uma pandemia que demarcou significativamente as diferenças entre homens e mulheres (SANTOS, 2020). Além disso, considera-se pensar, como Freire (2020), que sempre que alguns homens proibem outros de buscar pelo seu ser, há uma situação de violência. Quando mulheres não podem ser porque homens podem lhes assediar, lhes bater ou até mesmo tirar sua vida, há uma violência.

Dentro dessa ótica, a educação não pode ser favorável aos homens que proibem os outros de serem e existirem. A educação deve enfrentar essa violência e

não a perpetuar. E, ainda em Freire (2020), compreender que os oprimidos (mulheres, pobres, indígenas, LGBTQIA+, negros, imigrantes e todas as demais minorias sociais) não são os iniciantes da violência, mas resultados dela: “Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro.” (FREIRE, 2020, p. 58).

Assim, ao falar de direitos humanos, é importante destacar quem são seus sujeitos, os que historicamente foram sujeitos e os que ainda não chegaram a sentir o cheiro dos direitos humanos. Logo, quem serão educados para os direitos humanos? Como será essa educação? Será opressora? Será bancária?

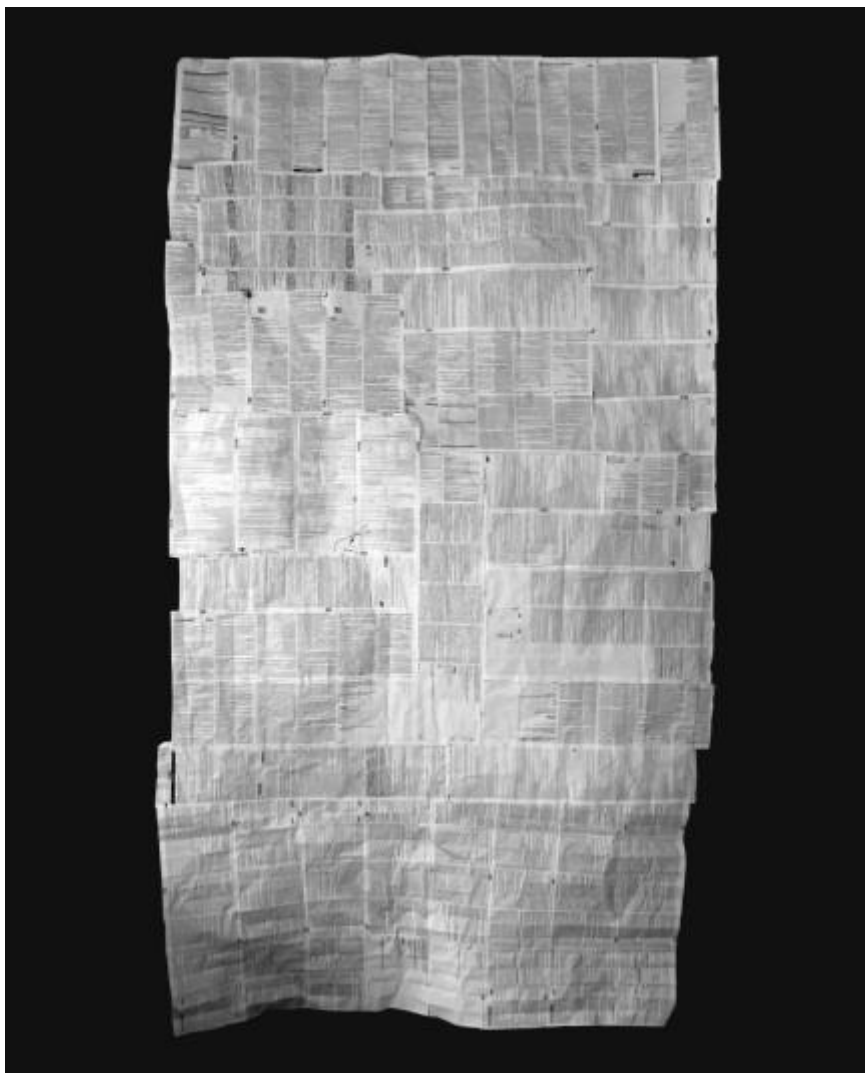
Se a educação é opressora e bancária é incompatível com o entendimento dos direitos humanos trazidos por Herrera Flores (2009) e Santos (2014). A educação bancária pressupõe a transferência do conhecimento e não a construção crítica, pois não há diálogo, só monólogo (FREIRE, 2020). Ao contrário, numa educação humanizada a base é o diálogo, em que: “A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes.” (LOURO, 2014, p. 117).

A multiplicidade de saberes é o reconhecimento da diversidade, essencial para o conceito de humanidade. Sem a multiplicidade de saberes, ocorre a universalização violenta de um saber sobre os outros, é um processo de morte, já descrito aqui, como epistemicídio.

Como pensar uma educação para os direitos humanos que não seja violenta? “A educação consiste não apenas em ensinar os fatos, mas também, e acima de tudo, em mostrar a importância de se eliminar a violência.” (MULLER, 2006, p. 13). Ou seja, a educação em direitos humanos trabalhada de maneira crítica, através das epistemologias do Sul, tentando compreender o processo histórico desses direitos, e as diferenças existentes, como a formação cultural dos papéis de gênero, com uma perspectiva feminista, pode ser uma alternativa viável à cultura de violência na universidade.

### CAPÍTULO 3 – PERCURSO METODOLÓGICO

Fotografia 3 - Bulas



FONTE: Portfólio. **Bulas**. 2016. Brasil. Costura e cola. 1,45 x 2,36 m. Coleção da autora. Premiado no 2º Salão Mãos de Castro na categoria Obra Contemporânea de 2017.

A obra *Bulas*, da artista Bartmeyer (2016), é capaz de ilustrar alguns pontos importantes sobre a metodologia adotada na presente pesquisa. Primeiro, a pesquisa bibliográfica muitas vezes é um processo de costura, assim como a técnica utilizada na obra. Através da junção de diversos textos que preenchem a base bibliográfica a pesquisa vai se formando. Em segundo lugar, assim como bulas de remédios, há uma série de informações técnicas que devem estar inseridas na pesquisa: dosagem, reações adversas, para que serve, como utilizar, limites. Outro aspecto a ser

considerado é a crítica à medicação feminina, principalmente através de remédios psicotrópicos, que afetam as percepções, as emoções e os comportamentos daquelas que são medicadas. E, conjuntamente, pode-se questionar os problemas causadores de danos à saúde mental das mulheres. Todos esses temas são pincelados pela dissertação.

Diante da bibliografia levantada na dissertação, referente aos direitos humanos, às epistemologias do Sul e aos estudos feministas, se propôs entender quais os diálogos existentes entre as estudantes da graduação da UEPG sobre direitos humanos e violência na universidade. Essa proposta seguiu um caminho que necessitou de ampla investigação metodológica, através do processo de corte e costura.

A palavra metodologia vem de método, que pode ser entendido como o caminho a se seguir (GOLDENBERG, 2011). Dentro das ciências, há uma divergência entre qual caminho seguir dependendo do tipo de pesquisa que se pretende realizar. Por isso, existem diversas metodologias e a primeira divergência se encontra na dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais.

Por muito tempo, as ciências sociais se preocuparam em atingir uma pesquisa neutra, imparcial e o mais parecida o possível com as ciências naturais, influenciadas pelo positivismo. Isso afetou diretamente na construção das metodologias adotadas, levando muitos pesquisadores a adotarem a pesquisa quantitativa, preocupados com expressões numéricas de fenômenos. Houve uma ruptura com essa forma de se pensar as ciências sociais. Atualmente, grande parte das pesquisas em ciências sociais são qualitativas, partindo de uma sociologia compreensiva (GOLDENBERG, 2011).

Isso significa que as pesquisas passaram a se preocupar mais com individualidades do que com generalizações, estudando, assim, grupos sociais, organizações, instituições, sujeitos e suas trajetórias. Diante dessa mudança de perspectiva, houve uma mudança de metodologias (GOLDENBERG, 2011), incluindo pesquisação, história oral, etnografia, estudo de caso e o grupo focal. Nesse estudo, pretende-se trabalhar com o grupo focal.

### 3.1 GRUPO FOCAL: UMA METODOLOGIA VOLTADA AO DIÁLOGO

Quanto à origem dos grupos focais, autores diversos irão indicar marcos temporais diferentes. Alguns apontam para o surgimento dos grupos focais na área de *marketing*. Kind (2004) relata a utilização dos grupos focais em programas de rádio. Porém, Servo e Araújo (2012) apontam que em 1956 foi utilizado pela primeira vez os grupos focais nas ciências sociais, como uma entrevista em grupo e depois foi muito utilizado os grupos operacionais baseados na psicologia. O grupo focal, como será abordado nesse estudo, foi amplamente utilizado nas ciências da saúde e sociais a partir de 1980 (BORGES; SANTOS, 2005).

Os grupos focais podem ser entendidos como encontros facilitados por um moderador que determina uma temática e pontos a serem discutidos e abordados por um número limitado de pessoas (MENDES, 2020). Os grupos focais são indicados quando se pretende ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo sobre uma determinada temática. Isso possibilita investigar motivações, desejos, linguagens, perspectivas, contextos específicos e realizar pequenas amostragens para futuras investigações (KIND, 2004). Ainda, dentro da esfera das políticas públicas, os grupos focais podem ser usados como meio para desenvolvimento, aplicação e avaliação de programas (BORGES; SANTOS, 2005).

Alguns aspectos importantes devem ser seguidos, uma vez que a pesquisadora deve estar ciente do rigor metodológico para a validade da pesquisa e também para a obtenção adequada dos dados, principalmente se a figura da pesquisadora for a mesma da moderadora, o que é o caso nesta pesquisa.

Nesse quesito, Gatti (2005) traz algumas observações: A moderadora pode ser alguém convidado pela pesquisadora ou a própria. Pode ser participativa ou apenas condutora. Em ambos os casos, essa pessoa deve ser experiente e hábil e deve ter um conhecimento prévio do que vai ser tratado na pesquisa, ter facilidade em expressar-se, ser empática e tranquila na condução do grupo. Isso porque, o grupo precisa confiar para dar suas opiniões e relatos. Além disso, a moderadora não deve expressar suas opiniões ou criticar as opiniões alheias, o que afeta diretamente a imparcialidade da moderadora e, por consequência, pode prejudicar a coleta e a observação dos dados. Dentro do tempo disponível, a moderadora deve estar atenta para a participação de todos, tanto para as falas e agitações, quanto para àqueles que

se mantém em silêncio. Todo o papel da figura moderadora destacado até aqui depende da operacionalização do grupo.

A quantidade de participantes pode variar, mas os autores abordados trazem, em média, de 5 a 15 pessoas. O mais importante é que os participantes sejam homogêneos em relação à temática a ser abordada, mas heterogêneos entre si. (BORGES; SANTOS, 2005). Pode-se ter um grupo de estudantes da mesma escola (fator homogeneizante), mas de gênero, etnia e classe social diferentes. Da mesma forma, o tempo de duração de cada encontro não é pacífico entre autores que estudam sobre grupos focais. Mas, o que se observa, é que deve estar entre 30 minutos e 1 hora e meia de duração. O número de vezes que o grupo irá se encontrar também difere. O objetivo é que haja a saturação das questões pretendidas pela pesquisadora, conforme aponta Bourguignon (2019). Para isso, a moderadora deve ter um roteiro para cada encontro, a fim de guiar o andamento do grupo conforme cada tema-chave (BORGES; SANTOS, 2005). O ambiente para realização dos encontros deve ser neutro, confortável e permitir privacidade aos participantes (KIND, 2004).

Se os participantes do grupo e a moderadora não se conhecem previamente, a moderadora deve realizar a apresentação da mesma e pedir a rápida apresentação de cada um. Também deve explicar o motivo da pesquisa e do grupo e a importância da participação de todos, agradecendo a presença. Depois, deve-se dar ciência se os encontros serão gravados, de que maneira e se todos consentem em participar da pesquisa. Kind (2004) também indica começar os encontros pelas questões mais gerais, fazendo perguntas mais abrangentes e depois mais específicas. No encerramento de cada encontro é aconselhado fazer uma exposição sintética da discussão, perguntar se ficaram questões pendentes ou dúvidas, agradecer a participação e lembrar do próximo encontro, se houver (KIND, 2004).

Diante dessas etapas algumas cautelas devem sempre estar presentes na condução do grupo. Não se deve gerar atritos entre os participantes ou hostilidades (BORGES; SANTOS, 2005). Os participantes devem ser bem escolhidos, para dar suporte a pesquisa e para a própria condução do grupo (MENDES, 2020). A moderadora deve manter o foco do grupo, mas ser paciente e respeitar as intimidades dos participantes (GATTI, 2005).

É necessário destacar que as entrevistas coletivas através da metodologia dos grupos focais são muito propícias ao diálogo entre os sujeitos participantes. Por

isso, quando se propõe uma pesquisa voltada para a vivência das sujeitas estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é importante considerar suas experiências e seus relatos. Mas, ainda, é preciso perceber o diálogo e também promover o diálogo sobre direitos humanos e violências. É através do diálogo que os saberes aparecem e compõem a trama de conhecimentos e verdades através da perspectiva da ecologia dos saberes de Santos (2013). É através do diálogo que se pode compreender e refletir. “Colocar algo em palavras - verbalizar nosso sofrimento, medos, frustrações e desejos - é ganhar a distância que nos permite domar a situação por intermédio da reflexão.” (MULLER, 2006, p. 69).

Por isso, nesse estudo, os diálogos das estudantes serão apreciados. É através do diálogo que se constrói a convivência com os outros e se desconstrói a violência. O que se busca não é a ausência de conflitos, mas a construção de soluções para os conflitos de forma democrática e não-violenta (MULLER, 2006). E nesse sentido, os grupos focais podem ser entendidos como uma metodologia voltada para o diálogo.

Entretanto, apesar do grupo focal ser uma metodologia dinâmica e de baixo custo, que permite entrevistar diversos sujeitos ao mesmo tempo, em um curto período, e captar várias perspectivas e interações sociais, há alguns limites e desvantagens (BORGES: SANTOS, 2005). Como exposto anteriormente, o grupo focal é uma pesquisa qualitativa e não tem como objetivo generalizações. As opiniões dadas durante os encontros se limitam àquele ambiente e espaço. Além disso, pode ocorrer confusões diante de expressões culturais distintas, conforme destaca Kind (2004). Ainda, o grupo focal exige muito da habilidade da moderadora, que deve estar consciente se sua função será apenas de observadora e condutora ou se será participativa (GATTI, 2005). Por isso, ao adotar essa metodologia, a moderadora deve estar ciente de todos esses elementos apontados.

### 3.1.1 A realização de grupos focais virtuais

Diante do contexto de frequente utilização dos meios remotos de comunicação como reuniões *on-line*, webconferências, videochamadas, etc., muitas metodologias de pesquisa estão se apropriando desses meios. Seria possível realizar



o grupo focal através de uma reunião *on-line*, por plataformas como *Google Meet*, *Zoom* ou videochamada de grupo pelo *WhatsApp*?

Rupturas nas ciências sociais, e por consequência, nas suas metodologias estão presentes em toda a sua história. Da mesma forma, o processo de pesquisa é um processo de ruptura (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992). Mais que de ruptura, a pesquisa e suas metodologias exigem criatividade e reinvenção a todo momento, assim como é a dinâmica do que se pesquisa (CARVALHO, 2014). Os aspectos destacados até aqui, essenciais ao grupo focal, não destacam que haja a necessidade de encontros presenciais pessoais.

Diante do ambiente virtual remoto, as cautelas apresentadas devem ser redobradas, para que se assegure a participação dos membros do grupo de forma confortável, a fim de que estes se sintam confiantes em expor suas opiniões e perspectivas. Inclusive, a proposta de grupos focais via remota pode gerar resultados interessantes que contribuam para futuras pesquisas, tanto no sentido de consolidar quanto rejeitar a realização de grupos focais dessa maneira. Por isso, há um campo de hipóteses a serem pesquisadas.

A autora Althaus (2016) utilizou dessa metodologia para pesquisar a docência universitária na UEPG. Para pensar o formato e condução dos encontros dos seus grupos focais, a autora utilizou o referencial de Gatti (2005). Ela sistematizou os cuidados metodológicos em um quadro. A partir desse quadro, a autora elencou 7 cuidados essenciais e colocou como isso se realizou no seu trabalho. Com essa base, é que se promoveu a construção do quadro a seguir, comparando como a autora Althaus (2016) construiu seu grupo focal e como a pesquisadora desta dissertação realizou os seus encontros de maneira virtual.

QUADRO 1 – Cuidados metodológicos elencados pela bibliografia x a realização desses cuidados pelo meio virtual

(continua)

Cuidados metodológicos para execução dos grupos focais indicados por Gatti (2005)	Como se procedeu os grupos focais virtuais na presente pesquisa
1. Composição do grupo: os participantes devem ter pelo menos uma característica homogênea e outras características heterogêneas. Os grupos devem ter entre 6 e 12 participantes.	Os elementos homogeneizadores escolhidos foram o gênero feminino das participantes e serem estudantes do último ano de graduação em 2021. Os elementos heterogêneos elencados foram os cursos de graduação diferentes, sexualidade, idade, religião, pertencimento étnico racial. Participaram do grupo a pesquisadora e entre 8 a 10 estudantes por encontro, de um universo de 15 participantes selecionadas.
2. Convite dos participantes: o convite deve ser motivador, mas preservando a liberdade de adesão do participante	Os convites foram enviados por e-mail primeiramente aos colegiados de cursos, para que esses órgãos repassassem às estudantes. Não recebendo muitas respostas, a pesquisadora utilizou seu e-mail pessoal e enviou a todos os e-mails cadastrados das estudantes nos últimos anos de graduação da UEPG. No convite havia a explicação resumida da pesquisa, o parecer da Plataforma Brasil autorizando a pesquisa e a importância da participação. Também foi enviado um formulário, em que a estudante assinalava se tinha interesse em participar e colocava seu número de telefone celular para que a pesquisadora entrasse em contato.
3. Número de encontros do grupo focal: aconselha-se usar de três a quatro encontros.	Foram realizados três encontros, nos dias 21, 22 e 28 de junho de 2021. Sendo que no último encontro foi possível concluir os temas debatidos que eram objetos da pesquisa.
4. Duração de cada encontro: a duração sugerida é entre uma hora e meia e não mais que três horas.	Como foi perguntado previamente qual horário ficava mais adequado às participantes para elas participarem, o horário de participação ficou definido entre 18 horas e 19 horas, todos os dias, sendo que em alguns encontros ultrapassou uma hora de duração, mas nunca atingindo 1 hora e meia. Isso se deu devido aos afazeres que cada participante possuía, não podendo demorar mais para que elas pudessem assistir suas aulas, chegar do trabalho, etc.
5. Local: deve ser um ambiente que favoreça a participação e confortável.	Foi realizado em ambiente virtual, através da plataforma <i>google meet</i> . As estudantes estavam familiarizadas com esse ambiente devido a um ano de graduação em que já utilizavam a plataforma. O <i>link</i> para entrar em cada reunião do grupo focal era disponibilizado pela pesquisadora em um grupo de <i>WhatsApp</i> , que continha todas as participantes da pesquisa.

QUADRO 1 – Cuidados metodológicos elencados pela bibliografia x a realização desses cuidados pelo meio virtual

(conclusão)

Cuidados metodológicos para execução dos grupos focais indicados por Gatti (2005)	Como se procedeu os grupos focais virtuais na presente pesquisa
6. Registro: pode se utilizar de relatores durante os grupos, que farão as anotações cabíveis. Também é possível utilizar a gravação de áudio. Sempre é aconselhado fazer anotações escritas, para auxiliar nas análises.	O registro foi realizado pela gravação dos encontros em áudio e vídeo através da própria plataforma <i>google meet</i> e também em vídeo pelo aplicativo <i>Cam Studio</i> , que permitiu a gravação da tela do computador da pesquisadora em todo o período da execução do grupo focal. Ao final de cada encontro, foi realizado um resumo do que foi conversado durante o grupo pela pesquisadora.
7. Moderador: a figura do moderador deve permitir a fluidez da conversa, a participação de todos, abrindo perspectivas sobre o que está sendo conversado coletivamente.	A moderação foi realizada pela própria pesquisadora, que seguiu um roteiro de perguntas para cada encontro, a fim de manter o foco das discussões nas temáticas sugeridas. Ao final de cada encontro, era disponibilizado um formulário online para colocar como a participante se sentiu, sugestões e avaliações pertinentes.

Fonte: A autora.

Uma das principais diferenças entre realizar um grupo focal presencial e virtual, além do local, é que através da plataforma *google meet* era opcional ligar a câmera, não permitindo que a pesquisadora pudesse visualizar todas as estudantes ao mesmo tempo.

Além disso, a plataforma possibilita esse modelo de pesquisa mesmo quando não se tem um grande orçamento disponível. Nesse caso, como a pesquisadora não possui financiamentos, além dos próprios, e não recebe bolsas de pesquisas, a plataforma tornou a pesquisa possível, sem gerar custos extras. A pesquisadora, também pela falta de recursos, optou pela própria condução do grupo focal e sem contratar terceiros para mediação ou observação.

Essa escolha levou em conta a experiência individual da pesquisadora, que já havia participado como condutora de rodas de conversas e de assembleia de estudantes quando atuou como membro, por 2 anos, do Diretório Central de Estudantes da UEPG. Além disso, a pesquisadora estagiou por 2 anos no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que permitiu trabalhar com palestras, oficinas e rodas de conversas com mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. Durante a promoção da pesquisa, a pesquisadora, paralelamente, realizou o trabalho de residente técnica na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), em que atua com

assuntos estudantis, realizando rodas de conversas: com estudantes indígena, sobre saúde mental, assistência estudantil; cotas; etc. Essas atividades como residente técnica foram realizadas através da plataforma *Google meet*, o que colaborou para a familiaridade da pesquisadora com o meio empregado.

Ainda, antes de iniciar a execução dos grupos focais, a pesquisadora realizou um teste piloto com 9 pessoas, com amigos e familiares que estão ou passaram pela graduação, para testar o tempo, a plataforma e as perguntas condutoras do grupo focal. Através desse teste, pode-se perceber que a plataforma seria adequada, que o tempo permitiria a discussão e que algumas perguntas deveriam ser melhoradas, para se tornar de melhor entendimento às participantes.

Considerando a experiência pessoal da pesquisadora, o resultado positivo do teste piloto e a falta de recursos para contratação de outras pessoas para colaborarem com a pesquisa, optou-se por esse sistema para a execução dos encontros com o grupo focal.

### 3.1.2 Operacionalização dos encontros

A escolha das sujeitas participantes esteve atrelada a questões objetivas e subjetivas. Primeiro se optou por sujeitas que se identifiquem como do gênero feminino, uma vez que a pesquisa se realiza através da abordagem de uma epistemologia feminista, em que se privilegia, como aponta Louro (2014) o lugar de fala de sujeitas mulheres.

Em segundo lugar, a pesquisa restringiu esse público para estudantes da graduação da UEPG, para associar as participantes ao local em que realiza a pesquisa, permitindo discussões sobre o ambiente e vivências compartilhadas por elas. E, também, se restringiu o grupo através do filtro de estarem as participantes no último ano de graduação durante 2021, a fim de captar participantes com maior tempo de vivência na universidade e que pudessem argumentar sobre a grade curricular como um todo. Como os convites para participarem da pesquisa foram enviados durante todo o mês de maio de 2021, algumas participantes já haviam se formado quando da execução dos encontros, que ocorreram em 21, 22 e 28 de junho de 2021.

Os convites foram enviados através do e-mail pessoal da pesquisadora aos e-mails dos colegiados de cursos. Como houve um baixo retorno através, a

pesquisadora enviou os convites através do seu e-mail pessoal para o e-mail pessoal de todas as estudantes da graduação da UEPG que estavam no último ano de graduação, através da listagem oficial da UEPG.

No convite havia um texto de apresentação da pesquisadora e da pesquisa. Também acompanhava o parecer da Plataforma Brasil sobre a pesquisa e um formulário *google* em que a interessada colocava seu nome, curso e número de telefone para contato. Através das respostas desse formulário, a pesquisadora enviou mensagens via *WhatsApp* para as interessadas em participar da pesquisa.

Foram obtidas 35 respostas. Dessas respostas apenas 30 foram válidas, preenchendo todos os campos de respostas e tornando possível o contato. A partir daí, a pesquisadora entrou em contato, solicitando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e, solicitando que as interessadas preenchessem mais um formulário para traçar o perfil das interessadas.

O segundo formulário recebeu 22 respostas. Apenas 17 estudantes mandaram o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. As respostas dessas estudantes incluíam que dia e horário elas teriam disponibilidade de participar dos encontros, considerando para a resposta o mês de junho de 2021. Os dias mais votados foram segunda-feira à noite e terça-feira pela tarde. Assim, a pesquisadora entrou em contato com as estudantes, criando um grupo de *WhatsApp* com elas e perguntado se, considerando os dias e horários mais votados, entre as 18 horas e 19 horas, seria possível. Apenas duas estudantes disseram que não seria possível.

A partir daí foram definidos no grupo de *WhatsApp* os dias 21, 22 e 28 de junho de 2021 como os dias para execução dos encontros, entre as 18 horas e 19 horas da noite. A cada encontro a pesquisadora lembrava pela manhã, no grupo de *WhatsApp*, para que as mesmas não esquecessem de participar. Quinze minutos antes de começar o encontro, era enviado o *link* da reunião pela plataforma *google meet* no grupo de *WhatsApp*.

Enquanto as estudantes entravam no *link*, a pesquisadora dava boa noite a cada uma e conversava assuntos aleatórios com elas. Com a chegada de todas as estudantes que confirmavam a participação, a pesquisadora iniciava a gravação e abria oficialmente o encontro.

### 3.1.3 O perfil das estudantes selecionadas dentro do universo da UEPG

Atualmente, pelo Catálogo de cursos de 2019, a UEPG possui 49 cursos de graduação. Através de um quadro feita pela autora com a busca da palavra “direitos humanos” e “cidadania” sobre a matriz curricular disponibilizada de cada curso, observa-se que muitos cursos não possuem a discussão de direitos humanos ou cidadania prevista em seus currículos.

QUADRO 2 – Número de vezes que o currículo do curso utiliza os termos direitos humanos e/ou cidadania

(continua)

<b>CURSO DE GRADUAÇÃO</b>	<b>Direitos humanos</b>	<b>Cidadania</b>
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	0	0
BACHARELADO EM MATEMÁTICA APLICADA	0	0
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	0	0
BACHARELADO EM GEOGRAFIA	0	0
LICENCIATURA EM FÍSICA	0	0
BACHARELADO EM FÍSICA	0	0
LICENCIATURA EM QUÍMICA	1	1
BACHARELADO EM QUÍMICA TECNOLÓGICA	0	0
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - EaD	0	2
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - EaD	1	8
ENGENHARIA CIVIL	0	1
AGRONOMIA	0	0
ENGENHARIA DE SOFTWARE	0	0
ENGENHARIA DE MATERIAIS	0	1
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	0	0
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	0	2
ZOOTECNIA	1	0
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO - EaD	2	6
MEDICINA	0	7
FARMÁCIA	0	2
ODONTOLOGIA	6	1
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2	6
BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	2
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	0	0
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	1	0
BACHARELADO EM ENFERMAGEM	0	7

QUADRO 2 – Número de vezes que o currículo do curso utiliza os termos direitos humanos e/ou cidadania

(conclusão)

<b>CURSO DE GRADUAÇÃO</b>	<b>Direitos humanos</b>	<b>Cidadania</b>
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – EaD	4	0
ADMINISTRAÇÃO	3	9
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1	7
SERVIÇO SOCIAL	2	2
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1	0
BACHARELADO EM JORNALISMO	1	5
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	3	7
BACHARELADO EM TURISMO	0	1
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - EaD	1	2
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - EaD	1	1
PEDAGOGIA	1	6
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/FRANCÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS	2	0
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS	1	0
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS	1	0
LICENCIATURA EM MÚSICA	1	4
LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS	1	1
LICENCIATURA EM HISTÓRIA	1	2
BACHARELADO EM HISTÓRIA	2	0
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - EaD	0	8
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGÊS/ESPAÑHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS EaD	1	8
LICENCIATURA EM HISTÓRIA – EaD	1	6
DIREITO	14	0

Fonte: A autora.

O que se destaca é que 27 dos 49 cursos possuem direitos humanos nos seus currículos, e 27 possuem a palavra cidadania em seus currículos. Mas não são os mesmos que possuem direitos humanos que possuem cidadania. 11 cursos não possuem nem direitos humanos e nem cidadania previstos nos seus currículos. Outra observação que se pode levantar é o destaque para os cursos à distância (EaD): todos possuem pelo menos uma vez os termos direitos humanos e/ou cidadania nos seus currículos.

Segundo o PNEDH, todos os cursos do ensino superior devem conter discussões sobre direitos humanos, o que pode abordar também conceitos e discussões sobre cidadania, uma vez que a cidadania pode ser entendida a partir de Arendt (2010) como o direito a ter direitos, ou, pelo autor espanhol Herrera Flores (2009), como o acesso aos bens da dignidade humana.

Quanto ao estado do Paraná, em 2015, foi lançado o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Da mesma forma que o Plano Nacional, prevê que todos os cursos de graduação devem discutir direitos humanos.

A educação em direitos humanos deve permear todos os espaços educacionais e a EDH no Ensino Superior se efetiva na dialogicidade da teoria e da prática no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, e em transversalidade com todas as áreas de conhecimento, nos cursos de bacharelado e de licenciatura, porque todas têm poder de influenciar as políticas públicas para a proteção e a garantia dos direitos humanos, pois a própria educação em direitos humanos abrange a medicina, a pedagogia, o direito, a história, a engenharia, a estatística, a matemática, a biologia, a geografia, a psicologia, a tecnologia, a comunicação, as artes, a educação física, a nutrição e todas as demais. (PARANÁ, 2015).

Nesse Plano retoma-se a importância das políticas públicas para os direitos humanos, reconhecendo que todas as áreas do conhecimento, e assim, tanto licenciaturas quanto bacharelados, deveriam estar permeadas pela educação em direitos humanos.

Dentre as licenciaturas da UEPG, 5 não apresentam em seu currículo direitos humanos. Já entre os bacharelados, 15 não apresentam. Isso pode indicar a crítica feita ao positivismo que ainda predomina nos cursos, principalmente nos considerados ciências naturais. Mas em que discussões sobre direitos humanos podem importar na formação desses acadêmicos? Para Silva (2013), a educação em direitos humanos rompe com os conhecimentos apenas cognitivos, é uma educação que promove o respeito ao ser humano na sua integralidade, passando por discussões de gênero, raça, desigualdade, orientação sexual e outras.

Ainda, para Jares (2008), a educação em direitos humanos deve promover reflexões para a convivência (respeito, participação, não-violência, aceitação da diversidade, rejeição da discriminação); abordar as causas das diferentes formas de violência (gênero, pobreza, terrorismo, etc); trabalhar o significado do Estado laico; realizar uma análise histórica, filosófica, jurídica, política e ética dos direitos humanos;



promover estratégias educacionais antirracista. Esses conteúdos exigem uma estrutura do conhecimento que levem em conta o patriarcado, a colonização e o capitalismo, portanto, é necessária uma epistemologia do Sul para abordá-los.

E a partir desse panorama geral sobre o currículo dos cursos e suas possíveis implicações, pode-se observar o perfil das estudantes que participaram dos encontros. Efetivamente, participaram dos encontros 15 estudantes. O perfil delas foi traçado considerando gênero, idade, graduação, pertencimento étnico-racial, religião, sexualidade e renda familiar.

Todas as participantes se consideram pertencentes ao gênero feminino, mesmo havendo a possibilidade de resposta não-binário. Quanto a sexualidade, 9 estudantes assinalaram serem heterossexuais, 5 assinalaram ser bissexuais e 1 assinalou ser homossexual. Quanto ao pertencimento étnico-racial, 12 estudantes se autodeclararam brancas, 2 estudantes se autodeclararam pardas e 1 se autodeclarou preta.

Em relação a faixa etária das participantes: 3 delas possuíam 21 anos no tempo da pesquisa, 5 delas possuíam 22 anos, 1 possuía 23 anos, 2 possuíam 24 anos, 2 possuíam 26 anos, 1 possuía 33 anos e outra 40 anos.

Quanto a religião de cada participante, 1 se definiu como agnóstica, 4 como católicas, 1 como cristã, 1 como luterana e 8 delas disseram não possuir nenhuma religião. Em relação a renda familiar, 8 estudantes afirmaram ter a renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos; 4 afirmaram ter entre 2 e 3 salários mínimos; e 3 afirmaram ter mais de 3 salários-mínimos.

Duas participantes eram mãe ao tempo da pesquisa.

Quanto aos cursos de graduação, havia 1 estudante dos cursos de Agronomia, Bacharel em Física, Farmácia, Bacharel em Geografia, Licenciatura em Geografia, Jornalismo, Zootecnia, Bacharel em Química, Pedagogia, Serviço Social, Direito, Ciências Contábeis e Bacharel em História e 2 estudantes de Licenciatura em Química.

No decorrer da pesquisa, as estudantes foram naturalmente limitadas em 15 participantes, mas caso isso não acontecesse, a pesquisadora deixou avisado às interessadas em participar da pesquisa que poderia haver a seleção das mesmas através de sorteio, para que se atingisse o número desejado de participantes. O que não foi necessário.

Também foi perguntado às participantes se elas tiveram o conteúdo de Direitos Humanos durante a graduação: 8 delas afirmaram não ter tido o conteúdo em momento algum durante a graduação; 5 delas afirmaram ter algum conteúdo sobre Direitos Humanos dentro de uma disciplina da graduação; 2 afirmaram que tiveram o conteúdo como uma disciplina específica; 4 delas tiveram o conteúdo em atividades extracurriculares durante a graduação.

Os cursos que responderam não ter nenhum contato com o conteúdo foram Agronomia, Bacharel em Física, Licenciatura em Química, Farmácia, Licenciatura em Geografia, Zootecnia, Bacharel em Química e Ciência Contábeis. Destaca-se que dentro do currículo publicado no *site* da UEPG, os cursos de Licenciatura em Química, Farmácia, Zootecnia e Ciências Contábeis possuem na grade Direitos Humanos e/ou cidadania.<sup>1</sup>

### 3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para interpretação dos dados expostos acima, a pesquisa adotou a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), uma vez que esta se debruça em captar as mensagens apresentadas nos discursos. Em seus passos, Bardin define 3 etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados.

O primeiro passo, após a realização do grupo focal, foi organizar os áudios dos encontros, transcrevendo-os. Através da pré-análise foi possível aproveitar o áudio e vídeo dos três encontros. Sendo que se considerou todos os encontros pertinentes para a pesquisa.

Em seguida, realizou-se a codificação, a segunda etapa considerada exploração do material. Trabalhou-se com as unidades de registro codificadas em: “direitos humanos”, “direito”, “escola”, “educação”, “universidade”, “UEPG”, “faculdade”, “curso”, “violência”, “assédio”, “professor”, “professora”, “medo”, “mulher”, “menina”, “aluna”, “LGBTQIA+”, “negro/negra”, “feminismo”. As unidades de contexto

---

<sup>1</sup> O aceite para participar da pesquisa se deu através do convite feito pelo *e-mail* da pesquisadora. Apenas 2 estudantes ficaram sabendo da pesquisa através do *e-mail* do colegiado do curso.

levaram em conta em qual encontro foi realizada a unidade de registro e qual contexto a unidade de registro está. Foi possível a seguinte quantificação:

QUADRO 3 – Unidades de registro por encontro

<b>Palavra/encontro</b>	<b>Primeiro Encontro</b>	<b>Segundo Encontro</b>	<b>Terceiro Encontro</b>	<b>Total</b>
Direitos Humanos	61	8	39	108
Direito	29	8	20	57
Escola	8	5	5	18
Educação	10	4	2	16
Universidade	8	33	40	81
UEPG	5	39	6	50
Curso	32	39	32	103
Ensino médio	9	0	0	9
Violência	2	19	46	67
Assédio	4	18	9	31
Professor	9	50	14	73
Professora	0	14	3	17
Medo	0	9	2	11
Mulher	34	18	51	103
Menina	15	40	16	71
Aluna	3	9	2	14
LGBTQIA+	2	6	8	16
Negro/negra	3	4	5	12
Feminismo	3	3	0	6

FONTE: A autora.

A categorização se voltou para o problema de pesquisa, visualizando o objetivo geral: analisar os diálogos das estudantes da graduação universitária sobre direitos humanos e violência. O primeiro objetivo específico - desenvolver a pesquisa através da construção epistemológica do conhecimento científico feminista e do Sul Global - passou por toda a pesquisa, desde a escolha do mirante epistemológico, como também da escolha metodológica de valorização das sujeitas participantes. O segundo objetivo específico - relacionar os conceitos de educação em direitos humanos no ensino superior e enfrentamento à violência nesse espaço - foi trabalhado durante os capítulos e também se voltou para a categorização dos diálogos obtidos pelos encontros, agrupando as respostas nas categorias: 1. educação em direitos humanos, em que se abordou: a. direitos humanos; b. educação em direitos humanos na universidade; c. direitos humanos no ensino básico; 2. violência na universidade, em que se abordou em: a. violência de gênero; b. violência moral; c. violência

institucional. O terceiro objetivo específico - analisar a partir de uma proposta de epistemologia feminista do Sul Global os diálogos das estudantes sobre direitos humanos e violência na universidade - foi definitivo para orientar a terceira etapa da análise de conteúdo, através da reflexão sobre os resultados obtidos com as participantes, tanto analisando as falas individualmente como também diante do contexto dos encontros.

No primeiro encontro participaram 10 estudantes: MA, JU, YA, JE, EM, GA, TH, GI, DR, DA. No segundo encontro, 9 participantes compareceram: LI, NA, MA, JU, DY, JE, EM, TH, AL. No terceiro encontro, foram 10 participantes: EM, NA, GA, JU, DY, MA, JE, AL, LI, ER. Assim, foram contempladas 15 participantes diferentes, sendo que 4 participantes foram todos os dias; 6 foram em pelo menos 2 encontros; e 5 foram em apenas 1 encontro.

QUADRO 4 – Número de participantes por encontro.

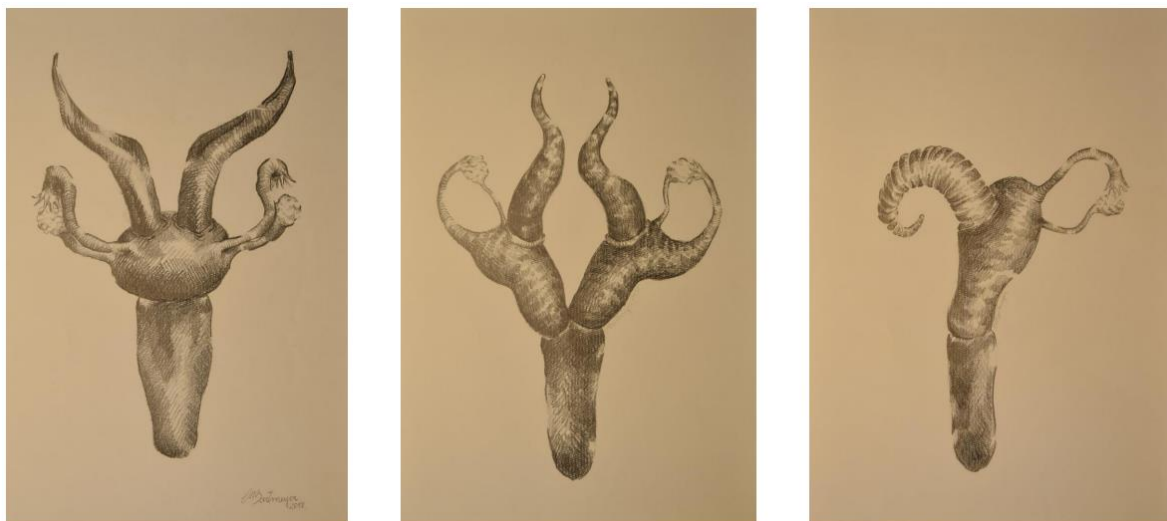
<b>Primeiro encontro (10)</b>	<b>Segundo encontro (9)</b>	<b>Terceiro encontro (10)</b>
MA	MA	MA
JU	JU	JU
JE	JE	JE
EM	EM	EM
GA	Não compareceu	GA
TH	TH	Não compareceu
YA	Não compareceu	Não compareceu
GI	Não compareceu	Não compareceu
DR	Não compareceu	Não compareceu
DA	Não compareceu	Não compareceu
Não compareceu	LI	LI
Não compareceu	AN	AN
Não compareceu	DY	DY
Não compareceu	AL	AL
Não compareceu	Não compareceu	ER

FONTE: A autora.

A terceira etapa da análise de conteúdo se apresenta nesta dissertação no capítulo seguinte, realizando a análise reflexiva a partir do que foi pesquisado.

## CAPÍTULO 4 – DISCUSSÕES E RESULTADOS

Fotografia 4 – Anomalias Uterinas



FONTE: Portfólio. BARTMEYER, C. M. **Anomalias Uterinas**. 2017. Brasil. Grafiti sobre Cà grain. 297x 420 m.

O útero é o órgão responsável pela gestação, pelo desenvolvimento do feto. É um órgão associado diretamente à saúde da mulher e socialmente carrega significados potentes. Nem todos os úteros são iguais, dentro dos parâmetros médicos existem classificações de diversas anomalias uterina. A pesquisadora desta dissertação possui a anomalia chamada útero bicorno: um útero dividido em duas cavidades. A obra que inicia este capítulo é a representação pela artista Bartmeyer (2017) sobre a anomalia uterina da sua irmã, a pesquisadora.

As pesquisas muitas vezes são comparadas com gestações, em momentos de descontração, analogias humoradas sobre o processo da pesquisa. Aqui, a pesquisadora acrescenta a personalidade da pesquisa. Enquanto o positivismo procura a neutralidade e a objetividade, esta pesquisa demarca sua personalidade e individualidade e sinaliza isso com sua condição uterina. A pesquisadora também procura trazer, através da obra, como cada útero pode ser único, assim como cada pesquisa. Não há generalizações, mas gestações únicas por meio de cada processo de pesquisa.

A organização do material para a preparação dos encontros, os convites, os aceites, o agendamento dos encontros, a realização dos encontros, a leitura das

devolutivas dos encontros, escutar as gravações repetidamente, a transcrição para o computador dos áudios e gravações, a produção do conteúdo, tudo foi gerido de maneira única, através de uma leitura feminista e do Sul Global.

Seguindo as instruções recolhidas pela bibliografia sobre grupos focais, a pesquisadora, no primeiro encontro solicitou as apresentações pessoais de cada participante e depois realizou a sua apresentação, como pesquisadora. Em seguida, foi explicado sobre o formato da pesquisa, sobre o termo de consentimento livre esclarecido e sobre a importância da participação de cada uma.

No primeiro encontro, o foco da pesquisa foi direitos humanos. O objetivo do encontro era dialogar sobre o que são os direitos humanos, quando e se as participantes tiveram contato com a temática. O grupo destacou que os direitos humanos são conhecidos de maneira rasa pela população, ou como algo negativo muitas vezes. Hoje, para elas, estão dentro de uma disputa política, às vezes vistos como coisa das pessoas de esquerda. Além disso, os direitos humanos podem estar atrelados às condições sociais das pessoas, como classe social, nível escolar, criminalidade, maternidade, vulnerabilidade, orientação sexual e outras condições que foram citadas pelas participantes. O grupo apontou para os direitos humanos como direitos/aceso/bens para dignidade das pessoas.

Também conversaram sobre ter essas discussões sobre direitos humanos durante a vida escolar. Percebeu-se que a maioria das participantes não se recorda de ter essas discussões no ensino fundamental, algumas tiveram na disciplina de sociologia e outras durante a graduação. Algumas participantes falaram que tiveram contato dentro de uma disciplina ou outra, ou a partir de suas vivências particulares na universidade, envolvendo temas como Sistema Único de Saúde (SUS), direitos LGBTQIA+, feminismos, drogas, ética, segurança alimentar, pessoas com necessidades especiais.

Por fim, foi questionado se os direitos humanos delas estão garantidos e, infelizmente, o grupo percebeu que, apesar de serem, muitas vezes, privilegiadas, não têm todos os direitos humanos garantidos. Isso se intensifica por ser mulher, uma vez que não podem falar livremente, ir e vir com segurança, ser mãe e estar no mercado de trabalho ou simplesmente exercer a profissão com o mesmo prestígio que os homens.

No segundo dia, foi realizada a leitura do resumo do primeiro dia e feita as apresentações das participantes que não estavam no primeiro dia. O foco desse encontro foi violência na universidade. Foi perguntado se as participantes percebiam situações violentas dentro da universidade, incluindo relações professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno, servidores-alunos, comunidade interna e comunidade externa. As principais percepções de violências sofridas foram entre relações professor-aluno, como assédios morais, sexuais e violências sexuais. Além disso, violências diretas sofridas pela comunidade interna por pessoas da comunidade externa, como assaltos e estupros.

A reclamação sobre a Universidade não dar respostas aos casos de violências, tanto entre professor-aluno, quanto comunidade interna-externa, foi apontada por todas as participantes: proteções aos professores assediadores; demora em respostas institucionais; falta de apoio para denunciar.

Além disso, o grupo apresentou como tem medo, principalmente quando mais novas, ou nos primeiros anos de graduação, de enfrentar situações de assédio moral ou sexual por parte dos professores.

Também foi possível perceber com os relatos, como essas violências, de ordem moral ou sexual, promovem a exclusão das pessoas da universidade, desanimando a continuar na universidade, ou até mesmo fazendo as pessoas desistirem do curso.

Os relatos foram de que ser mulher, estudar a noite, ser negro ou LGBTQIA+ é um intensificador para sofrer alguma violência na universidade. Além disso, o grupo, em sua maioria estuda do campus Uvaranas, em que há uma falta de estrutura para segurança das estudantes.

Quanto ao que a Universidade poderia fazer para lidar com essas situações, as percepções foram de que não há muito o que fazer, a UEPG é negligente com as vítimas, sempre “passam pano” para situações de violência e que poderia melhorar a iluminação e a segurança dos dois campi.

No último dia, foi realizada a leitura do resumo do encontro anterior e se prosseguiu para o fechamento do grupo focal. O foco deste encontro foi direitos humanos e universidade. As estudantes apresentaram que os temas de direitos humanos e violência deveriam ser mais falados no espaço universitário, porém apontaram algumas ressalvas. Primeiro, para a condição política atual, que muitas

vezes não permite que se fale nesses temas nem mesmo na universidade, que, segundo elas, deveria ser um ambiente para isso. Também falaram que muitas vezes se fala muito em direitos humanos, mas não se age de acordo ou se fala sobre pessoas que são minorias, mas não deixam que elas falem.

As participantes falaram sobre projetos de pesquisa e extensão que conheciam que tratavam de questões como direitos humanos e violência na UEPG. As estudantes perceberam mais semelhanças entre seus relatos do que diferenças. A maior parte das participantes fez uma relação direta entre o fato de ser mulher e sofrer violências. Foi debatido o fato de ter mais mulheres na universidade atualmente, mas não serem elas quem tomam as decisões, que continuam sendo tomadas por homens. Foi feito o encerramento do grupo, agradecendo a participação de todas. Foi reforçado sobre os canais de denúncias em caso de violações de direitos humanos dentro e fora da universidade.

#### 4.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: categoria um.

A primeira categoria demarcada foi (1) educação em direitos humanos, que se subdividiu em: a. direitos humanos; b. educação em direitos humanos na universidade; c. direitos humanos no ensino básico. Quando perguntadas sobre o que são os direitos humanos (1.a) e o que as pessoas, em geral, acham sobre os direitos humanos, algumas participantes falaram sobre como não tem domínio sobre o que são os direitos humanos e que, assim também, as pessoas em geral também não têm. Mas que, muitas vezes, as pessoas associam direitos humanos ao aspecto político.

Em realidade, os direitos humanos estão dentro do campo de disputa política, diretamente conectados com os sistemas de valores dominantes na sociedade atual. “Os direitos humanos não podem ser entendidos separados do político.” (HERRERA FLORES, 2009, p. 73). Para Herrera Flores (2009), o sistema de valores dominantes, atualmente, é o neoliberalismo, que reduz as discussões sobre direitos humanos ao fato de que todos nascem iguais e são seres dignos de direitos. A crítica aos direitos humanos formulada por Herrera Flores (2009) atrela a discussão dos direitos humanos às normas jurídicas, às políticas públicas e à abertura da economia voltada para as necessidades do ser humano. Cabe àqueles que têm a mesma compreensão que o autor, a luta contra os valores neoliberais. Esta associação dos direitos humanos



dentro do campo político pode ser ilustrada pela fala da participante JU e da participante TH:

Creio na minha visão que, não tem a menor noção do que, o que são os direitos humanos, para que serve tal. Não sou, né, uma entendedora do assunto, mas geralmente o que acontece são essas, são as indagações, coisas de comunista, coisa de né gente da esquerda, essas coisas. (PARTICIPANTE JU, primeiro encontro).

Assim como a Participante TH, no primeiro encontro, colocou: “Eu acho que antes da gente definir o que pode ser um direito humano ou não, ele é hoje em dia muito puxado para política.”

A fala das estudantes demonstra que, para elas, a discussão dos direitos humanos está vinculada à discussão política, algumas vezes atreladas às discussões mais centradas pelas pessoas de posicionamento político à esquerda.

Outro tema que foi apresentado pelas participantes quanto aos direitos humanos foi a condição das pessoas apenadas com a perda da liberdade, denominado por elas como presos, durante seus diálogos. As participantes compartilharam a percepção de que os presos não têm seus direitos humanos garantidos, sendo vistos como pessoas menos humanas que outras, e, segundo elas, a população em geral acredita que eles podem sofrer inúmeras violações aos seus direitos uma vez que fizeram algo errado. Essa percepção se demonstra nas falas das participantes TH, GI, DR:

[...] a primeira coisa que eu pensei antes de entender, talvez elaborar uma resposta, do que eu acho que seja direito humano ou para que o que que é dito como direito humano, eu lembrei da condição dos, dos, das, das cadeias dos presos, que se tem, se comenta muito. (PARTICIPANTE TH, primeiro encontro).

Colocar uma coisa, vou falar, quando você fez a pergunta e assim na minha visão é uma coisa também associada a condição da pessoa que a pessoa é um pouquinho mais rica, que a pessoa um pouquinho mais. Pegando a ideia da cadeia, porque às vezes a gente vê as pessoas de pessoas defendendo os direitos humanos do preso mas aí a pessoa para a gente e fala que “mas ele fez, então ele merece tá lá.” E a gente realmente não sabe que a pessoa tá passando hoje. Esse é um assunto que ela colocou da cadeia interessante porque eu já assisti vários programas e eu acho desumano, independente do que a pessoa fez e eu acho que é muito associado aí “só que a pessoa fez para merecer passar por aquilo” e a condição social da pessoa, condição de educação. Então acho que é uma coisa meio que atrelada ao social, condição no direito humano. (PARTICIPANTE GI, primeiro encontro).

Que são Direitos Humanos? É, as meninas falando ali questão de presidiário né, hoje em dia a gente ouve muito que direitos humanos só serve para proteger bandido. Isso é muito errado. [...] os direitos humanos para garantir, as crianças que têm vulnerabilidade, né. Então, a gente conhece Direitos Humanos uma forma muito rasa, mesmo assim e devido a politicagem, hoje em dia, ele é visto de uma maneira muito errada, aí é preciso ser aprofundado muito ainda né, para gente tomar uma dimensão né, do que são os direitos humanos mesmo. (PARTICIPANTE DR, primeiro encontro).

O que essas falas remetem é para o entendimento do grupo de que todos são sujeitos de direitos humanos, e isso independe de pré-requisitos. Pela própria fala das participantes, é possível notar que nem todos os seres humanos têm seus direitos garantidos e que, apesar do autor Herrera Flores (2009) defender que a dignidade humana é o componente universal dos direitos humanos, esse não é o entendimento de direitos humanos compartilhado entre os indivíduos da sociedade quando se fala a respeito de pessoas apenas, através do que as participantes relataram.

Diante dos diálogos promovidos pelas participantes, outra característica trazida pelo Herrera Flores (2009) é perceptível: os direitos humanos como bens para uma vida com dignidade. Nesse sentido, a fala da estudante DA colabora para esse apontamento.

Então eu acho que a discussão dos Direitos Humanos hoje em dia ela caminha muito para quais são as condições materiais de as pessoas terem acesso aos direitos humanos, né. Eu acho que é isso que a gente tem buscado atualmente, criar condições para que as pessoas tenham acesso e que esses direitos sejam efetivados realmente. (PARTICIPANTE DA, primeiro encontro).

Essa percepção de bens para uma vida digna também esteve presente na fala de outras participantes, como na fala das participantes EM e GA:

Ali na área das agrárias a gente fala bastante sobre produtor familiar e que ele tem que ter um bom, ele tem que ter conseguir se manter e ter um, como é que eu posso dizer, uma, levar uma vida, não é boa, uma vida digna, digamos assim, porque muita gente vem, tipo, ah tem aquele estereótipo de Agricultura Familiar e não compra carro, tem aquele carro Bem antigo, não consegue adquirir as coisas, tipo a gente vem tentando mudar esse pensamento. (PARTICIPANTE EM, primeiro encontro).

Participante GA, no primeiro encontro: “[...] um cidadão comum assim, externo da academia, ele pensa muito que os seus direitos é ter um emprego digno, salário, eles pensam muito em uma aposentadoria futura, uma boa alimentação, direito à educação e que nem as meninas já falaram.”

Apesar de terem uma fala sobre direitos humanos como acesso a bens para a vida com dignidade, quando analisada a categoria 1.c. (direitos humanos no ensino básico) a maior parte das estudantes relatou que não teve o conteúdo de direitos humanos no ensino fundamental ou não lembra se teve. Já em relação ao ensino médio, mais participantes falaram ter esse conteúdo, entretanto em disciplinas específicas, como Sociologia ou Filosofia. Isso aponta para que, apesar dos direitos humanos ser um conteúdo que deve ser trabalhado na educação básica, as participantes não conseguem se recordar disso com clareza ou do que foi trabalhado em específico. Isso se destaca nas falas abaixo.

Como destaca a Participante EM, no primeiro encontro: “Então, assim, questão de Conteúdo Direitos Humanos ou ... eu não tenho muita lembrança assim de conteúdo na escola.”

Eu lembro vagamente, no médio que o professor de Sociologia trouxe aquele livro “presas que menstruam” daí a gente discutiu, mas tipo a gente não pesquisou muito, nem, a gente só discutiu, assim, as coisas que a gente sabia na época, é então e é bem forte essa questão do discurso né aí Direitos Humanos para Humanos Direitos. (PARTICIPANTE JE, primeiro encontro).

Eu particularmente não me lembro de nenhuma coisa específica assim desde o início do ensino infantil, ensino fundamental, mas eu tenho quase certeza que foi comentado em algum momento também na Sociologia no ensino médio. [...] eu acredito que em algum momento foi trabalhado, mas eu não tenho lembrança muito nítida de como foi, o que foi abordagem, qual a temática específica, mas eu quase tenho certeza que foi assim uma abordagem mais sobre o trabalho né. A questão mais de cidadão ter a condição de trabalho, para tentar talvez adquirir essa vantagem maior sobre direitos humanos ou alguma coisa relacionada a isso. (PARTICIPANTE TH, primeiro encontro).

Duas participantes associaram o contato com direitos humanos ao movimento estudantil. Isso remete diretamente ao que foi abordado por Viola (2013), em que os direitos humanos no Brasil estão conectados em sua história com o movimento estudantil. Como coloca a participante DA, no primeiro encontro: “Eu acho que direitos humanos também chegou para mim muito com o movimento estudantil do secundaristas no ensino médio, não tinha esse nome, mas já tinha essa natureza de direitos humanos.” E essa fala foi complementada pela estudante JU: “[...] na graduação acho que foi o contato maior também, um pouquinho também de contato como a DA falou, no movimento secundarista, partir dali também a gente começa a perceber um pouco mais, enxergar um pouco mais as realidades e creio que é isso.”

Quando se remete a graduação, abordando a categoria 1.b (educação em direitos humanos na universidade), as falas das participantes foram indicadoras de que pouco se trabalhou sobre a temática direitos humanos, ou se foi trabalhado, isso foi em uma matéria específica.

Como foi colocado pela participante MA, no primeiro encontro: “[...] em física com certeza não tem. Eu acho que na verdade a física é só focado no curso mesmo, nas matérias assim, não, não tem nada muito fora disso.” E também pela participante TH: “[...] mas não foi trabalhado também durante o curso, acredito que na ideia de que ‘ah, eles chegaram no curso de graduação, eles já tem que ter essa noção sobre direitos humanos’.”

Isso vai na contramão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) e do Plano Estadual (2015). Por esses Planos, a educação em direitos humanos deveria estar presente no ensino superior, independente da área que se concentra a graduação. Contudo, as participantes, por suas próprias vivências e interesses, relataram suas aproximações com a temática dos direitos humanos na graduação.

Eu fiz uma atividade de um projeto em 2019 sobre alimentação, então não era sobre na ideia né é inicial dos direitos humanos, mas ainda assim era associação à alguma coisa que a gente pode considerar como um direito humano né? Ter um acesso a uma alimentação, enfim. (PARTICIPANTE TH, primeiro encontro).

[...] eu sou portador de necessidade especial, então ao meu ver o meu direito de ir e vir é um pouco mais, eu preciso um pouco mais de ajuda, digamos assim, e ali na graduação, por exemplo, eu vejo que não eles não têm uma atenção muito grande com isso, tanto que tipo meu bloco não tem acessibilidade nenhuma para descer. (PARTICIPANTE EM, primeiro encontro).

Essas falas são apenas amostras dos diálogos das participantes sobre como elas acham importante trabalhar a temática dos direitos humanos em sua formação e, por isso, foram pesquisar sobre, muitas vezes sozinhas, diante da necessidade que percebiam em complementar sua formação no ensino superior. É nesse sentido que deveria ser entendida a educação em direitos humanos no ensino superior, como aponta Silva (2013):

É uma educação que vai além do conhecimento cognitivo. Incorpora o desenvolvimento de valores, atitudes, comportamentos no respeito ao ser

humano em sua integralidade, independentemente de qualquer característica de gênero, raça, etnia, condição física, social e econômica, opções políticas e religiosas, orientação sexual, entre outras. (SILVA, 2013, p. 17).

E nessa perspectiva, de incorporar valores e atitudes sobre os direitos humanos, é que algumas participantes relataram suas próprias buscas durante a graduação. Como coloca a participante JE, no primeiro encontro:

[...] o que eu tenho de experiência mesmo é de curso e de outras universidades que eles oferecem BNCC, produção de material didático e eu já usei uma produção de aula minha, eu queria falar sobre direitos humanos que é um tema transversal né, lá dos parâmetros curriculares, para discutir em aula [...].” (PARTICIPANTE JE, primeiro encontro).

Ou como foi apontado pela participante AL, no terceiro encontro:

Você lida durante os quatro anos o tempo inteiro né sobre direitos humanos, mas se você não for lá, não for pesquisar, não tiver curiosidade de ir atrás: mas o que são esses direitos humanos que a gente tanto fala? Você nunca vai entender muito bem o que é, você nunca vai entender qual contexto desses direitos humanos, então se está no código de ética isso ele não está na minha sala, já é uma coisa muito complicada né. (PARTICIPANTE AL, terceiro encontro).

Essas falas são de estudantes que entendem que, apesar da falha curricular sobre a educação em direitos humanos, elas buscaram por conta, a partir da sua concepção da importância desse tema, estudar e trabalhar mais sobre.

Apesar das estudantes entenderem a importância de se discutir direitos humanos na universidade e em outros espaços de socialização, elas apresentaram respostas negativas quanto a ter seus direitos humanos garantidos.

Eu acho que é exatamente isso que você falou, Direitos Humanos, eu acho que antes de tudo, ok o reconhecimento deles é algo muito importante hoje em dia, importante que eles sejam reconhecidos, que as pessoas pensem os direitos humanos como algo para todos, mas eu acho que eu no momento agora eu não tenho com todas as condições que possibilitem que todos os direitos humanos sejam efetivados e eu reconheço, assim, que apesar de várias coisas, eu sou uma pessoa muito privilegiada, eu tô no curso superior, mas mesmo assim eu sei que eu não tenho condição de efetivar todos os meus direitos, então eu acho que é isso, gente, eu sei que eu tenho, eu sei todas essas coisas, mas mesmo assim eu não consigo me perceber como sujeita de direitos plenos, eu acho que ainda falta bastante. (PARTICIPANTE DA, primeiro encontro).

Então esse é um privilégio assim que eu, eu, entendo, que maioria, a imensa maioria das pessoas não tem e nem todos os meus, apesar de ter vários direitos assegurados, eu acho que não tem todos também ,daí provavelmente

entre também a questão de direitos como mulher, direitos como né como ser humano também, assim, mas principalmente com uma mulher, a gente é muito cortada assim sabe das coisas. (PARTICIPANTE JU, primeiro encontro).

E, no mesmo sentido, esteve a fala da participante TH: “Sim, sou muito privilegiada em vários termos não mas também não considero que tenho todos os direitos humanos assim na minha mão para eu utilizar deles, né.”

O que se pode observar é: as estudantes reconhecem que estar no ensino superior é um privilégio, não disponível para todas as pessoas. Assim, é possível relacionar essas falas com o que é colocado por Carbonari (2013, p. 62): “A rigor, a primeira grande tarefa da educação superior em matéria de direitos humanos está exatamente em garantir acesso, o que inclui política para manter as condições de acesso e ampliá-lo, para que brasileiros (as) tenham este direito efetivamente realizado.”

Em segundo lugar, as falas também demonstram que elas, principalmente por serem mulheres, não se sentem sujeitas de direitos humanos. É no mesmo sentido que as críticas levantadas por Saffioti (2004) e Tiburi (2018) estão. Para as autoras, os homens são os sujeitos de direitos e as mulheres são objetos. Os textos de direitos humanos são pensados por homens, para os homens e nos moldes estabelecidos por homens. “Os homens produziram discurso, apagaram os textos das mulheres e se tornaram os donos do saber e das leis, inclusive sobre elas.” (TIBURI, 2018, p. 48).

A educação em direitos humanos deve perpassar todas as esferas da instituição de ensino superior, por isso foi perguntado para as estudantes se elas conheciam projetos de pesquisa ou extensão que trabalhavam com a temática de direitos humanos e violências na UEPG. Ao passo que algumas estudantes sabiam de diversos projetos, algumas não conheciam nenhum. Como a estudante ER, que só lembrou de um projeto. A Participante ER: “Então, eu agora assim de cabeça só consigo lembrar do ELOS, que é do curso de jornalismo, que é um projeto de extensão, que é voltado para os direitos humanos.” E as participantes DY e EM, que não conheciam nenhum projeto. Participante DY: “Não, pior que não sei, não é muito da área. Eu não, não, cheguei a pesquisar ou ver sobre isso.” Participante EM: “Mas eu não, não, conheço nenhuma, a primeira pesquisa que eu fiquei sabendo foi a sua.” E a participante que soube elencar mais projetos foi a AL:

Conheço o NUMAPE, Núcleo Maria da Penha, que ele lida com o enfrentamento a violência contra mulher né, tem o NEPIA também, que eu acredito que entre também, de estudo, pesquisa e extensão sobre infância e adolescência né, onde a gente trabalha meio fazendo estudos e participando de conselhos municipais de direitos das crianças e adolescentes, faz várias campanhas né. E também tem, não sei se entra, mas eu acredito que, eu não sei o nome certo, mas acho que é o INTERMIG.”

Como foi discutido ao decorrer da dissertação, existem projetos no ensino superior que estudam ou trabalham com a temática dos direitos humanos e da violência, porém, a curricularização de uma educação em direitos humanos, transversal, para todos os cursos superiores, ainda não é uma realidade na UEPG. Por isso, enquanto algumas alunas tiveram contato com os projetos, outras nunca ouviram falar. E, como afirma a estudante DY, acreditam que projetos de direitos humanos e violências não se referem a sua área de conhecimento. A crítica de Morin (2013) é pertinente, uma vez que os conteúdos ainda podem estar compartimentados, divididos em exatas e humanas, naturais e sociais. A violência perpassa a vida de todas as estudantes participantes, sem distinção de sua área do conhecimento.

#### 4. 2 VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE: categoria dois

Mesmo o foco do primeiro encontro não sendo violência ou gênero, esses assuntos foram levantados pelas próprias participantes, ainda antes da pesquisadora trazer perguntas nesse sentido. Inclusive, a pesquisadora lembrou que o tema de violência na universidade seria tratado especificamente no segundo encontro. No entanto, as participantes conversaram sobre o assunto e apontaram algumas situações vivenciadas, compartilhando sentimentos parecidos. A necessidade em se falar sobre violência pode estar relacionada à necessidade de escutar as estudantes e suas demandas. A percepção da pesquisadora é de que elas estavam ansiosas por falarem e serem escutadas. Na perspectiva de Spivak (2010), o subalterno muitas vezes está ansioso por falar, e muitas vezes materializa sua mensagem, mas não encontra receptores disponíveis a ouvi-los.

Por exemplo, a maternidade na adolescência ou na graduação foi trazida pelas participantes durante os encontros. A Participante DR, no primeiro encontro, relatou sobre a conexão de pensar os direitos humanos e a maternidade na adolescência: “Isso é muito errado, que você tem que pensar que isso na educação

da menina que foi mãe adolescente, os direitos humanos para garantir, as crianças que têm vulnerabilidade né.”

A Participante GA destacou sua fala para a relação do mercado de trabalho e da maternidade: “Visão de mãe o que bate muito para uma mulher é o mercado de trabalho, porque para uma mulher já é difícil você arranjar emprego né, qualificação, agora você sendo mamãe aquelas famosas perguntas: e com quem você vai deixar o bebê? Com quem o bebê vai ficar?”

Eu só queria comentar que essa questão da maternidade, eu acho que assim é sem sombra de dúvida, o pior, a pior esfera quando você fala de mulheres, principalmente na universidade, porque eu tenho colegas que engravidaram agora, principalmente na pandemia, pessoalmente eu vi que elas ficaram assim muito sem com quem contar nesse momento sabe, acho essa questão da maternidade muito importante. (PARTICIPANTE JE, primeiro encontro).

Os diálogos podem estar relacionados com o que Marçal (2017) coloca sobre gênero e economia. Segunda a autora, a forma como a economia se dá é de ignorar e/ou punir a maternidade, excluindo do mundo do trabalho as problemáticas da maternidade, que é uma demanda feminina. Isso porque os espaços de trabalhos, externos às demandas domésticas, são pensados para corpos masculinos. E, da mesma forma, o ambiente de ensino, nesse caso, ensino superior, é pensado para corpos masculinos, o que contribui para o que já foi discutido: um conhecimento predominantemente científico masculino, que ignora mulheres mães.

Esse ambiente masculino se relaciona teoricamente com o mito do homem no estado de natureza: o homem independente, adulto. Como o gênero masculino detém poder sobre o gênero feminino, ele estabelece os ambientes ao seu conforto e disposição, apagando a dependência com os outros humanos, no caso, humanas. Uma epistemologia feminista rompe com esse processo problematizando através do gênero.

Mas a experiência relatada pela participante MA é de que a discussão sobre feminismo não chegou em seu curso de maneira satisfatória. A participante MA fez o seguinte relato: “Só para dar um exemplo, por exemplo, a questão do feminismo a gente discutiu uma vez em sala, porque algumas alunas mulheres trouxeram à tona. E aí sabe, foi triste assim, foi uma conversa triste e é uma coisa assim, básica né. Não se é falado.”



No mesmo sentido, uma discussão sobre gênero e sexualidade poderia ser positiva, como foi na experiência da participante YA.

[...] não é da ementa do curso ter, mas foi mais o professor trazer e por nós mesmos falarmos, porque ele deixava livre os seminários. Teve muito sobre os direitos LGBT, que na época tinha um tabu bem gigantesco e agora é mais forte ainda e também dentro do nosso curso era um assunto bem delicado, a minha graduação em si eu acredito que teve bastante isso e foi até bastante marcante. (PARTICIPANTE YA, primeiro encontro).

Entretanto, a vivência das participantes apontou que o relato positivo da participante YA foi uma exceção. Na prática das outras participantes a vivência da graduação se mostrou um ambiente dominado por homens e por seus conhecimentos, reforçando seus privilégios e discriminando as estudantes mulheres, caracterizando a categoria 2 e todas as suas subdivisões: a. violência de gênero; b. violência moral; c. violência institucional.

Então, a gente como mulher nas ciências agrárias ali quando a gente vai a campo: Você pode falar uma coisa tipo “ah, e se você fizer assim vai ser melhor”, eles olham com uma cara para você tipo “você não vai dar ordem né, você é mulher, você não sabe” e tipo vai o outro, um homem, fala a mesma coisa e eles falam o homem que falou, não foi a gente como mulher. Isso é bem recorrente ali no nosso curso. (PARTICIPANTE EM, primeiro encontro).

Era sobre isso que eu ia falar porque o curso de direito é um curso de humanas e acho até que tem mais mulheres. Todo dia a gente tem que provar que a gente é melhor ou provar que uma mulher pode ser competente, que uma mulher negra pode ser competente, então é cinco anos que a gente passa ali falando, não só apenas isso, eu sou uma, uma, boa aluna, e algo que a gente precisa provar, assim nossa, eu fico pensando, no curso de exatas e biológicas e de outras ciências, se para gente é difícil imagine para vocês. (PARTICIPANTE DA, primeiro encontro).

[...] mas a gente sabe que a maior parte dos físicos são homens também, então eu acho que tem essa questão da pesquisa por exemplo, que você não tem que ser igual aos homens, você tem que ser muito melhor para conseguir a mesma coisa que eles atingiram, então eu acho que por mais que todas nós de alguma forma sejamos mais privilegiadas né que outras mulheres, a gente ainda tem um caminho bem, bem, complicado pra seguir. (PARTICIPANTE MA, primeiro encontro).

Esses relatos são demonstrativos do que a teoria trazida nessa pesquisa crítica: uma epistemologia do conhecimento de homens brancos, sendo reforçada no ambiente universitário, não considerando ou desprezando o conhecimento das mulheres. A participante DA, inclusive, traz a intersecção da vivência como mulher

negra na universidade: a dúvida sobre sua competência. Algumas vezes, esse modo assassino de conhecimentos de mulheres, negros, pobres, LGBTQIA+ na universidade se materializa na exclusão desses sujeitos do ambiente universitário.

Ele começou com uns papos de que machismo não existe, assim, uma coisa fora da realidade. Eu tinha uma colega, muito feminista e ela começou a debater com o professor, aí ela foi pro banheiro chorar e depois de um tempo ela acabou saindo do curso, ela não conseguia mais assistir a aula desse professor, ela era de longe a melhor aluna do curso e ela acabou desistindo por causa dessas questões. (PARTICIPANTE MA, segundo encontro).

No mesmo sentido, a participante LI fez seu relato sobre como a irmã dela desistiu do mestrado devido à estrutura patriarcal da universidade:

Tanto que aquele caso também, é, assim, que eles fazem as mesmas, os mesmos trabalhos, muitas vezes, o homem tira nota maior, o trabalho de vocês está igual, mas ele é homem, eles tem essa na cabeça deles uma supremacia, isso é desde o tempo de 1999, 1997, quando a gente tava lá. E que eu vi o que é minha irmã passava por causa disso, de 'não, vocês não deveriam estar aqui', isso era tanto que ela chegou no final, assim, ela desistiu, ela falou assim: "não, não quero mais" Porque a atenção era dado muito mais para os meninos do que para ela e ela daí também foi trilhar outros caminhos. (PARTICIPANTE LI, segundo encontro).

A participante JE também se lembrou de um colega que saiu da universidade devido à postura racista e classista de uma professora em sala de aula:

Outra situação também, não foi comigo, foi com um colega meu, uma professora do curso, ela fala, faz alguns comentários racistas, ele saiu do curso, ela fazia comentários do cabelo dele, ela também fazia muito comentário de classe, que a UEPG era boa quando aluno da escola pública não entrava, então esse tipo de comentário já ouvi. (PARTICIPANTE JE, segundo encontro).

Os relatos de desistências da universidade quando acontecem por motivos de gênero, classe e raça são dolorosos? Trazem o sentimento de perda? De luto? Ou são contabilizados como número de evasão? Butler (2021) coloca como existe um desprezo por vidas, por histórias de pessoas, que não são dignas de luto. A não violência deve pensar o compromisso com essas vidas, com os direitos dessas pessoas em ter acesso ao ensino superior sem sofrimento, sem violência.

Dentro das formas de violência direta, que perpassam a construção do papel masculino, às mulheres estudantes sofrem múltiplos assédios. Os relatos trazidos

pelas estudantes foram inúmeros, tanto com elas sendo vítimas, como vendo colegas sofrerem.

Participante MA, no segundo encontro: “[...] uma colega minha foi assediada por um professor e era um professor orientador da iniciação científica dela, então, tipo, uma posição assim que você é colocada que tem o de ser um lugar seguro, um ambiente seguro para você e não é.”

A participante JU trouxe uma experiência própria:

[...] quando eu fiz uma pergunta que eu queria saber a diferença entre um assunto e o outro, ele no ver dele, acho que entendeu que a gente estava desafiando ele, tirando a autoridade dele como professor e tal, e ele é o típico esquerdomacho né, que, que fala que que é todo, todo para frente, todo desajustado com preocupações e tal mas, quando, quando ele foi confrontado ele simplesmente botou nós duas de exame e eu tenho plena certeza que que gabaritei a prova, ele me deu a nota mínima só para passar, assim, tipo não, não, não deixou a gente ver a prova não deixou a gente ter acesso a nota. (PARTICIPANTE JU, primeiro encontro).

Os diálogos das estudantes não se limitaram às violências de gênero sofridas na universidade, mas também para violências vividas no cotidiano derivadas de uma educação bancária e hierarquizada. Nesse sentido, os professores, dotados de autoridade, agem de maneira violenta dentro de sala de aula. Muitas vezes, não se colocam como sujeitos ativos do processo de mudança de cultura violenta.

Muitos professores dirão que isto está além de seu campo de competência e não é parte de sua obrigação. Contudo, a violência se faz presente nas escolas, estes mesmos professores têm de conviver com ela diariamente. Ela impede que os professores ensinem e que os alunos aprendam. (MULLER, 2006, p. 20).

A violência dentro da sala de aula é objeto de enfrentamento pela educação em direitos humanos. Afinal, uma educação em direitos humanos está voltada para uma prática pedagógica que permite a construção de uma cultura de paz, instrumentalizada por uma educação para a paz. Isso significa uma educação balizada em valores como respeito, diálogo, dignidade, tolerância, diversidade, etc. (SALLES FILHO, 2016).

As práticas docentes não devem estar na contramão desses valores, pois ofendem a pluralidade humana e a própria democracia. “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (FREIRE, 2011, p. 37).

Os diálogos coletados com o grupo focal apontam para muitas situações divergentes de uma educação em direitos humanos, voltada para a paz. Como o relato da participante MA, que demonstra diversas situações humilhantes que sua turma passou, ferindo seus direitos e tornando a vivência na universidade uma experiência de sofrimento.

Teve outro caso, com um professor aí, não só comigo, mais com alguns alunos, que ele, sei lá, esculachava com os alunos mesmo, sabe. Acho que física já é um curso assim, bem complicado, a galera já desanima muito e parece que eles sentem muito orgulho dos alunos desistirem, parece que o sucesso é ter pouco aluno, sendo que não é bem assim. Então rolou, eu sofro muito com ansiedade, acho que foi em 2019, eu tava muito muito muito mal mesmo, chorando muito, mas eu fui pra aula porque tinha que apresentar trabalho, o professor sorteava alguém, e aí a pessoa fazia a apresentação, então não era todo mundo. E aí antes da aula eu cheguei e falei: “oh professor, eu não tô legal hoje” e ele fazia umas perguntas tipos para mostrar que você não sabia do assunto, para te esculachar mesmo, então eu sabia que só ia piorar minha situação, do jeito que eu tava, falei: “professor, eu estudei e tal, mas acho que não vou conseguir apresentar, então se eu for sorteada eu posso apresentar na outra aula?” Em nenhum momento eu falei que não queria apresentar, eu só falei “tenho ansiedade, não tô legal.” Aí ele me mandou sentar e aí ele foi lá na frente e fez um discurso dizendo que ele sabia quando os alunos tavam mentindo, isso e aquilo, e meio que era óbvio que ele disse para mim porque era eu que estava conversando com ele, então eu não consegui me segurar e chorei mais né. E aí ele fez o sorteio, felizmente eu não fui sorteada, só que aí o colega que foi sorteado ele esculachou lá na frente, começou a fazer umas perguntas do tipo: o que você quer fazer do teu futuro? Aí esse meu amigo percebeu o que o professor ia fazer e disse que não sabia ainda. Aí ele começou a perguntar se ele tinha outras matérias atrasadas, mas como se ter outras matérias fosse ser burro, como se fosse burro você ter outras matérias, eu nem sei o que isso quer dizer. Aí esse meu amigo depois da aula foi no banheiro, eu acredito que ele foi pra chorar sabe, porque era horrível. (PARTICIPANTE MA, segundo encontro).

A estudante AL relatou uma situação de violência dentro de sala de aula que presenciou:

Eu lembro do meu primeiro, primeiro ano de faculdade, teve uma professora que perseguia muito um, um homem, na minha sala porque ele já tinha uma graduação. [...] aquela professora não gostava daquilo e eu lembro que a turma até teve que se reunir e chamar departamento, chamar reunião, porque aquele aluno já não tava nem assistindo mais aquelas aulas, porque a professora toda vez que ele levantava a mão ela falava: “que você vai falar agora?” Ela ficava reclamando assim, foi bem, bem marcante, por eu estar no primeiro ano da minha graduação, no primeiro ano. (PARTICIPANTE AL, terceiro encontro).

No mesmo sentido, a estudante EM descreveu como vivenciou situações de violências diretas por parte dos professores, que utilizaram palavras desprezando os discentes e sua capacidade.

E eu tinha outro professor que ele, dava, eu acho que ele é da ciências biológicas, ele dava genética, ele, ele, ele esculachou bastante a gente porque, no segundo ano, matéria difícil, e ele falava assim “não adianta você reclamar de mim porque eu só perco meu concurso se eu matar alguém e deixar o corpo atrás da porta”. [...] é complicado essa situação, e tem no meu bloco, tem, tem bastante professores, que faz assédio moral, né, nossa! Que xinga a gente, fala “você são burros”; “como é que vocês chegaram aqui?”; “você não sabe fazer uma conta!”, e só esculachava a gente. (PARTICIPANTE EM, segundo encontro).

Essas falas demonstram a continuidade de uma educação no ensino superior ainda opressora, violenta e perpetuadora de valores não compatíveis com os direitos humanos e com a cultura de paz. Além disso, muitos relatos das estudantes apontaram para a violência estrutural derivada da desigualdade de gênero. São relatos que demonstram como as estudantes, por pertencerem ao gênero feminino, sofrem violências derivadas de professores e alunos, que perpetuam uma cultura patriarcal no ambiente universitário. Para as estudantes, os seus direitos humanos enquanto mulher não são respeitados. Como colocou a participante JU: “[...] a questão de direitos como mulher, direitos como né, como ser humano também, assim, mas principalmente com uma mulher, a gente é muito cortada assim sabe das coisas.” E esse relato também esteve presente na fala da participante GI, no primeiro encontro:

[...] mas como mulher, acho que principalmente que o fato de ir e vir não, não, é respeitado. [...] Então acho que principalmente esta questão de direitos das mulheres é uma coisa que parece que a sociedade não consegue entender, uma coisa muito complexa que o respeito é o básico né, então me sinto mais atingida pelo direito de ir e vir como mulher. (PARTICIPANTE GI, primeiro encontro).

Esses relatos foram também sobre serem silenciadas. Como foi discutido pela autora Spivak (2010), o subalterno, nesse estudo as estudantes da graduação, podem até falar, mas isso não basta se não há quem escute. Nesse sentido, a participante TH demonstrou sua indignação quanto ao fato de não poder falar, não ter sua fala respeitada e não ser escutada:

Acho que além do direito de ir e vir que acho que é um dos principais quando se fala em mulher no direito da mulher, é uma coisa que me incomoda muito

muito muito mesmo é de eu ter o meu lugar de fala assim [...]. Muito da minha família me consideram aquela mulher problemática, assim, aqui, vai dar trabalho para o namorado e para o marido, sabe? Então, porque algumas pessoas, em especial os tios, por exemplo, chegam com algum comentário e eu simplesmente não gosto e aí então eu falo o que eu penso né. Então, eu acho que eu não conseguir expor a minha ideia, independente se é dentro da minha família, ou se é de uma forma mais profissional, dentro do meu, meu trabalho, em algum outro ambiente, que eu, eu tenho uma posição ou simplesmente eu quero fazer um comentário e esse não é bem aceito ou é criticado por quê sei lá, porque eu sou mulher, eu não posso falar, eu não posso pensar daquela forma. Isso me incomoda muito, muito, mesmo e não poder falar, se você não concorda comigo, tudo bem, mas eu tenho direito de falar igual a você independente se você é mulher também ou se você é homem. Eu acho que é uma coisa que me incomoda muito mesmo, não poder falar o que eu acho, sabe? E eu, em vários momentos, isso já, já me aconteceu, então dentro da universidade, da família. Acho que muita gente já viveu algum alguma situação parecida, tá, infelizmente, isso fere os direitos humanos. (PARTICIPANTE TH, primeiro encontro).

Não só essa estudante falou sobre isso, mas também outras, durante todos os encontros. Como se observa pelo relato da participante AL, no terceiro encontro:

[...] o que eu consegui notar pelo que todo mundo falou né, que eu vejo que o maior problema mesmo assim independente de Campos, independente do seu curso, é isso, a UEPG ela vai passar pano e arquivar as coisas né. [...] Eu sei que tem muito isso né. “Que se eu falar alguma coisa, a tua situação pode piorar” ou a gente vai fazer alguma reclamação e fala que “você quer entrar um dia no mestrado? Então você vai ter que ficar quieta, porque a professora tá no mestrado”. Então, tipo, é muito, muito pano aqui, com muita coisa e quando a gente tenta ter voz a você é silenciada, assim de alguma forma.

O sentimento de silenciamento é reforçado uma vez que a instituição, a partir do que foi colocado pelas estudantes, não dá respostas satisfatórias aos casos de violência, como foi colocado pelas estudantes LI, EM, MA, AL, AN, GA, JE, TH. Por isso, quando se fala em uma educação em direitos humanos, que enfrente às violências no ensino superior, ela não está limitada à sala de aula, mas deve estar em todas as camadas da instituição, para que situações como as relatadas não vão para baixo dos panos como contou a participante MA:

Outra coisa que aconteceu assim que eu senti que escondem muito foi esse estupro do bloco L, que as meninas da geografia fizeram vários cartazes e espalharam, e aí depois acabaram tirando e foi uma coisa meio maquiada assim, então, eu sinto muito que a UEPG é isso, ela não dá muita voz para o que tá acontecendo, aconteceu com o professor eles tentam colocar embaixo dos panos. Então isso acaba não fazendo com que as pessoas denunciem, assim porque você não vê resultado das denúncias. Então essa foi a percepção que eu tive, sabe, eu conheço outras pessoas que vão fazer

mestrado em qualquer lugar, mas não vão continuar na UEPG. Essa é a percepção que eu tenho. (PARTICIPANTE MA, segundo encontro).

O caso de estupro no bloco L foi trazido nos diálogos das estudantes como um caso que não teve respostas institucionais. Mais uma vez cabe a discussão da autora Butler (2021) sobre vidas dignas de luto. A dor de sofrer uma violência sexual grave, com é o estupro, não movimenta respostas de instituições que não consideram a vida dessas mulheres importantes. Além disso, o ambiente universitário, sendo um ambiente masculino, perpetua violências contra as mulheres e essas situações violentas podem ser explicadas pelas autoras Beauvoir (2016), Solnit (2018), Saffioti (2004), dentre outras autoras feministas que estudam o patriarcado.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

O campo científico e universitário foi delimitado para homens, como foi já foi explanado nesta pesquisa. Quando as mulheres adentram, tardiamente ao ensino superior, enfrentam a resistência masculina. Essa resistência pode se configurar em violência. Os homens foram criados para acreditar que o corpo, o tempo e o trabalho feminino são seus, para seu usufruto, através do seu domínio (MARÇAL, 2017). Quando se está para perder o domínio, pode se lançar mão do uso da violência (ARENDRT, 2010).

Essa estrutura foi utilizada muitas vezes para violar ou inibir as estudantes participantes. Como o relato da estudante AL, no terceiro encontro: AL: “Eu lembro que tinha um corredor assim que eu sabia que em tal horário, no horário do intervalo, a gente não podia passar, porque eu sabia que ia ser ruim, que eu iam me olhar, que iam mexer, já chegaram a passar a mão uma vez.” Também é utilizado o privilégio masculino pelos professores, como no caso da estudante JU: “[...] assédio sexual mesmo que eu mesma, eu sofri com professor, professor chegar assim, pegar em mim sem meu consentimento, dentro de uma sala de aula lotado no 1º ano, no primeiro ano, da graduação.” Quando não aconteceu diretamente com as estudantes participantes, elas tinham relatos de situações que presenciaram, como a estudante LI: “[...] mas eu via também que os professores, assim, com as mais novas, as alunas

mais novas, eles assediavam, ficavam com aquelas brincadeirinhas, assim, de teor sexual, de assédio mesmo.”

Essas situações baseadas na violência de gênero, na ideia patriarcal de que a mulher é um objeto para os homens usufruírem, estão presentes no relato da estudante DY, que contou sobre uma rixa histórica entre os cursos de Agronomia e Odontologia da UEPG. Nesse relato é possível perceber que alguns acadêmicos de agronomia enxergam as acadêmicas de odontologia como suas possíveis namoradas, ou seja, objetos para eles disfrutarem e, por isso, pretendem inibir a sexualidade dos acadêmicos do gênero masculino de odontologia, vendo eles como outros machos que disputam suas fêmeas. E, a maneira para conseguir isso é através de nomear os acadêmicos de odontologia como gays, entendendo que a homossexualidade é uma ofensa.

A questão da rixa entre curso que você comentou, de agronomia e odontologia, como entrei faz bastante tempo, já tive contato com várias turmas, o que que acontece: como o curso de agronomia costumava ter bastante meninos e o curso de odontologia meninas, o que acontecia, desde o começo, os meninos de agronomia sempre se relacionavam com as meninas de odontologia, são muito bonitas, então tinha essa rixa que os meninos da agronomia falavam que quem entrava em odontologia era gay porque era como se fossem os concorrente deles né, no relacionamento e aí sempre teve essa rixa entre agronomia e odontologia. E aí nos últimos anos eles passaram a se ofender, isso já diminui bastante, mas eu nunca vi nenhuma violência entre os cursos, eles sempre acabam gritando, acabam presenciando essa rixa, mas isso daí acabou caindo bastante nos últimos anos, acho que era isso que eu queria falar. (PARTICIPANTE DY, segundo encontro).

A fala acima também demonstra como a estudante, apesar de relatar ofensas e provocações entre os cursos, não assume que sejam situações de violência. Pode ser um exemplo do que o autor Han (2017) coloca como estágio mais eficiente da violência: naturalização, Também pode acontecer pela identidade, sob a perspectiva de Sen (2010): ser estudante de agronomia implica em ser macho e namorar as estudantes de odontologia, logo, afirmar minha identidade é impor violentamente a característica homossexual ao curso considerado concorrente, excluindo da identidade deles a característica heterossexual. E também pode estar relacionado ao próprio estado de negação de entender parte da sua identidade – acadêmicos de Agronomia – estar atrelada a uma característica pejorativa: ser violento.



O que todos os relatos dos diálogos demonstram é que a violência esteve presente na vivência universitária das estudantes participantes. Em alguns momentos viveram situações violentas, em outros presenciaram. Além disso, as estudantes participantes dialogaram sobre a falta de confiança na instituição para denunciar situações de violência, devido ao silenciamento que elas viveram ou viram acontecer com outras mulheres.

Não foram relatadas apenas violências de gênero referente às mulheres, mas outras minorias sociais também foram citadas, assim como problemas de violências externos aos membros da comunidade universitária, como assaltos e estupros. É nesse sentido que as falas da estudante TH, no segundo encontro, e da estudante AN, no terceiro encontro, se encontram.

[...] questão dos assaltos que teve, logo depois desse assalto que a Susana comentou, que tem 2017, que foi com peruano, se eu não me engano, então, foi uns dias depois, a universidade toda tava, tava, nessa, nessa preocupação, todo mundo com medo, e aí eu lá no curso noturno né, à noite, voltava sozinha ou com mais algumas amigas para pegar o ônibus e voltar para casa, aconteceu um fato que até hoje a gente não entendeu direito, se a gente acabou, a gente percebeu, se não era nada, mas a gente ficou morrendo de medo. (PARTICIPANTE TH, segundo encontro).

O que aconteceu com uma aluna da licenciatura que fugiu de uma violência sexual e só conseguiu se salvar porque se prendeu no banheiro me fez pensar, foi o que me fez pensar o quanto o campus, a UEPG em si tem 50 anos, e nesses 50 anos aí 40, sei lá, 45 anos dela, foi um campus, não sei se já existia o campus Uvaranas, é um espaço que não era pensado para todas as pessoas e quanta coisa pode ter acontecido e não ter sido denunciado porque o campus, o espaço físico dele, que eu me refiro, é um lugar sem uma manutenção, sem iluminação, sem uma infraestrutura pros alunos do noturno. Então, demonstrava que eles não tinham essa preocupação com a segurança e com a segurança das alunas e precisou chegar ao extremo de violência, de desespero, para que eles colocassem alguns postes, que não são suficientes e hoje, pelo que acompanho das notícias, eles estão melhorando um pouco a estrutura, mas assim, visto o tempo que já existe a universidade, as outras reitorias nem se deram o tempo de pensar sobre isso. (PARTICIPANTE AN, terceiro encontro).

Como a estudante AN colocou em seu relato, a universidade parece que não foi pensada para todas as pessoas. A universidade brasileira, elitizada, foi frequentada e pensada por uma minoria (SILVA, 2013). Há uma crescente entrada de mulheres, negros e LGBTQIA+ na universidade. O ambiente universitário, passa a ter diversos conflitos, derivados de uma estrutura muitas vezes incompatível com os seus novos sujeitos, o que, se não for balizado por uma educação em direitos humanos,

respeitando o conflito e procurando solucioná-lo de maneira democrática, pode se transformar em violências múltiplas.

Compreendendo que o sexo masculino é biologicamente menos empáticos (ROLIM, 2016) e o gênero masculino é construído socialmente voltado para violências (SAFFIOTI, 1987), o resultado disso para as mulheres pode ser o indesejável, quando não é letal. É o que se percebe nas falas das estudantes participantes, quando colocam que seus cursos, principalmente quando formados por maioria de homens e professores homens, é mais hostil. E também foi afirmado, pela fala da estudante AL, que vem de um curso majoritariamente feminino.

A única diferença que eu percebo do meu curso para o resto, assim, essa questão de assédio por parte dos professores né, porque ele é 99% formado por professores mulheres, então acredito que só por isso mesmo, que essas questões assim não acontecem tanto no meu curso, mas acontece no corredor, então, tipo, por outras pessoas, então, eu vejo essas situações que foram colocadas que elas só vão mudando de endereço mas acontece em todos os lugares mesmo infelizmente. (PARTICIPANTE AL, terceiro encontro).

Os diálogos das estudantes sobre suas vivências demonstraram a preocupação de se pautar sobre as violências dentro da universidade através da perspectiva de uma educação no ensino superior.

#### 4.3 RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA E GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Principalmente no último encontro, as participantes apresentaram diversas situações que já haviam sido explanadas nos dois outros encontros. Quanto à concepção sobre os direitos humanos, as participantes demonstraram a importância de se trabalhar com esse tema na universidade e em outros espaços de convivência. As participantes demonstraram como a universidade também pode ser um ambiente hostil para essas discussões.

Assim, em todas, todas as instituições de ensino né, seja a universidade, seria assim, para discutir realmente, e a gente acredita sempre, sempre, teve em mente, desde que que a gente entra na escola, que a universidade, e, seria um ambiente, assim, que as pessoas seriam mais esclarecidas né. Então nesse ambiente a gente acreditava que não fosse existir, ou se existisse, assim, uma questão de violação dos direitos humanos, que fosse uma coisa bem menos, mas quantos casos, mas o que a gente vê? [...]

Infelizmente, agora nesses últimos 4 anos, com esse governo federal que a gente tem essa, essa, esse abismo entre as classes sociais e toda, assim certa forma, as minorias, a população em geral que ficou mais discriminado ainda, então os direitos foram mais violados, porque cada um acha que tem, que a sua verdade, ele, como o presidente é, uma pessoa assim, que que é truculenta, para mim essa palavra, ele, todo mundo, acha, quem tem nível de pensamento igual o dele, tem uma certa legitimação dos seus atos, então ele acha que ele pode tudo, quando ele se intitula cidadão de bem. (PARTICIPANTE LI, terceiro encontro).

Na percepção da estudante NA, a maioria das pessoas não compreende os direitos humanos como algo positivo, mas para ela os direitos humanos são um instrumento para proteger minorias sociais. Percebe-se que a fala da estudante está conectada com o que foi apresentado por Herrera Flores (2009) e Santos (2013), sobre uma discussão de direitos humanos voltada para sujeitos muitas vezes não considerados como sujeitos de direitos humanos. Ainda, a fala da estudante retorna à responsabilidade da universidade com a sociedade, em levar as discussões sobre direitos humanos para outras pessoas.

No nosso país, se você vai aí nos comentários da rede social, você vai ver como é esse discurso sobre direitos humanos é distorcido né. E, então, por pessoas que não têm a capacidade de compreender o que é direitos humanos, também nunca se deu ao trabalho de compreender a importância disso né. O quanto nós avançamos enquanto sociedade a partir dos direitos humanos e que deve ser resguardado para as crianças, para as mulheres, idosos e uma sociedade que vive em coletivo. E essa pergunta me fez pensar também na questão da população carcerária, o quanto ela é vítima, se permite um discurso de ódio muito forte no Brasil, e não assim, questões de se deve, porque certo errado ele estar preso, mas como essas pessoas não são tratadas como pessoas né. Você vai ver aí, qualquer comentário, as pessoas querem botar fogo numa prisão e acho que assim que o crime vai acabar né. As pessoas preferem armas do que entender porque que o nosso país é tão desigual e não assegura os direitos das pessoas, porque não ter acesso à moradia, não tem condição de alimentação né então o nosso país é muito, muito, carente de direitos humanos. (PARTICIPANTE AN, terceiro encontro).

A percepção da estudante LI é de que a universidade, nos últimos anos, permite uma fala contrária aos direitos humanos, baseada numa ideia, segundo ela, de que se permite um discurso preconceituoso como se fosse apenas uma opinião.

Então os direitos, assim na universidade, e no meu ver, a universidade, infelizmente, a gente vê que muitas dessas coisas, muito desse pensamento aflorou, assim, as pessoas acharam que elas podem, então agora elas perderam, assim, digamos, aquele discernimento, aquela: “ah, não, eu não vou falar, porque eu posso ser mal interpretado.” Agora parece que ficou meio escancarado, então se, eu se eu não gosto, por exemplo, de homossexuais, de relações homoafetivas, coisas assim, eu me acho no direito de ir lá e dizer

que eu não quero e não quero presenciar aquilo, por exemplo, e que não aceita. [...] Então, a universidade seria um espaço para que cada vez mais pessoas tivessem, assim, entendimento e pudessem debater sobre os Direitos Humanos. Mas infelizmente não é isso que a gente vê. E pode passar um tempo, parece que as coisas cada vez, não que eu aviso, assim essa é minha visão, eu que eu vi, tanto de quando eu fiz a primeira graduação quanto da segunda graduação, agora eu vejo muito.

Como foi discutido na dissertação, falas contrárias à população LGBTQIA+ não são opiniões compatíveis com a democracia e atualmente foram consideradas crime pelo STJ, configurando a LGBTfobia. Mas, pela fala da estudante, as pessoas que frequentam a universidade, na contramão do entendimento jurídico, sentem-se confiantes em expressar ofensas e preconceitos para esse grupo.

Por isso, a participante JU demonstrou em sua fala a necessidade de discutir mais sobre os direitos humanos e sobre as violências na universidade, abordando temas específicos:

Então eu acho que deveria sim tá na dentro né desses espaços, da Universidade, a discussão sobre direitos humanos, não só sobre direitos humanos especificamente, mas como os direitos mais centralizados assim tipo direito da mulher direito, do LGBT, direito dos negros, de todas essa tidas como minorias, mas que não são, acabam não sendo nem minorias. [...] Na verdade acredito que é isso, eu acho que tem que ser sim ser discutido dentro da Universidade, não só violência, a violência em si, violência física, mas os outros tipos de violência também: violência doméstica, violência verbal, violência física, violência moral, entre outros tipos né de violência, que a gente acaba se perdendo ou por desconhecer o assunto, eu sinto. Mas acredito que seja isso sim. (PARTICIPANTE JU, terceiro encontro).

A preocupação da participante GA foi de encontro com as críticas produzidas nessa dissertação. Não basta falar sobre as minorias sociais, é preciso que elas falem e que os demais as escutem. Depois, que seja ultrapassada a teoria sobre direitos humanos e se concretize em práticas voltadas para essas minorias.

Sobre esse debate eu acredito que em alguns cursos seja implementado, né a discussão sobre os Direitos Humanos. Mas eu acredito, assim, que o grande problema da Universidade como um todo é que muitas pautas ficam só no debate né, não há a prática disso, então vai ficar sempre sendo essa questão de muitos debaterem, mas uns poucos defenderem a prática. [...]. Como a gente vê muitos casos de transsexuais né, que agora tão tendo mais acesso à universidade, o que é muito bom, mas as pessoas, assim, que gostam da área da pesquisa, algumas pessoas, como eu tô falando aqui, enxerga somente como pesquisa, só querem pesquisar sobre essas pessoas, sobre sua entrada na academia, sua entrada, como é a vida delas, no mercado de trabalho, e não coloca em prática e inserir essas pessoas dentro da Universidade. Então aí, eu não sei, acho que as pautas elas deveriam ser mais colocadas em prática e não somente ficar em debate.

Por isso, foi perguntado para as estudantes participantes sobre como os direitos humanos estão relacionados com os direitos das mulheres. O entendimento da participante GA foi de que, apesar de existirem leis, ainda são os homens quem estão no centro das decisões.

Ah, então eu acho que as pautas estão aí, as leis estão aí, né, para ser, para sermos atendidas. Mas eu acredito que enquanto todas as estruturas ainda sejam pertencentes à homens eu acho que a gente vai tá perdendo muito. Porque já é difícil você provar alguma coisa para alguém o tempo todo, tendo um homem ali coordenando, isso qualquer âmbito que seja o trabalho, seja denúncias, enquanto a maioria dos cargos a serem pertencentes a homens, eu acho que as mulheres vão ficar ali todo dia toda hora né reafirmando, debatendo, né, seja lá o que for, para conseguir garantir, né, ser assegurados seus direitos, porque ainda é muito difícil. [...] eles tentam abordar, tentam assegurar alguma coisa, mas eles pensam muito neles né, o que é melhor para eles. É como se fosse um cala a boca: “a gente vai fazer essa lei para essas pessoas ficarem quieta e achar que seus direitos estão sendo atendido.” Eu ainda acredito que seja isso. (PARTICIPANTE GA, terceiro encontro).

A estudante ER destacou que os direitos humanos são necessários para as mulheres porque são elas quem mais sofrem violações: “E é isso aí, a gente precisa dos Direitos Humanos para poder ter direitos e tanto que a mulher sempre vai ser a que mais sofre né, seja ela negra, seja ela trans, seja indígena, ou qualquer outra característica que for vinculada a mulher sempre será maior que os homens.” (PARTICIPANTE ER, terceiro encontro).

Nesse sentido, a participante JE também demonstrou sua preocupação para com a concretização dos direitos humanos, que precisam sair dos papéis e adentrar a vida das pessoas que deles precisam. E, em sua fala, destacou a violência de gênero também na política, exemplificando o que acontece no município de Ponta Grossa, onde se situa a UEPG.

Eu concordo muito com a fala de todas as meninas mas principalmente com a GA, nesse sentido de que as leis estão aí, tem pessoas muito boas, como a Duda Salabert, que ela é uma mulher trans, mãe, e ela tem projetos maravilhosos, assim, tanto para o meio ambiente com como para os direitos humanos das pessoas trans e outras outras minorias. [...] Mas eu ainda acredito que tenha um grande abismo entre colocar em prática esse direitos, por exemplo, se for falar de política aqui em Ponta Grossa, sempre tem né na câmera, em alguma sessão algum vereador falando que a Josi ou a Joce Canto tá exaltada, porque ela não sabe do que tá falando, aí então esse, esse, questionamento né, de você falar sobre algo quando você é mulher tá presente, tá presente na universidade e tá presente na política. (PARTICIPANTE JE, terceiro encontro).

Essa violência não é enfrentada apenas na Câmara de Vereadores, mas também na Universidade, segundo as estudantes. Novamente esteve presente a questão do silenciamento que elas enfrentam diante da instituição quando foi perguntado qual caminho elas fariam para denunciar uma situação de violação de direitos humanos na universidade.

As mulheres elas estão sim ocupando um espaço enorme na faculdade né, só que eu acho que o maior problema é voz, que mesmo que a gente tenha dentro de uma sala, de uma reitoria, por exemplo tenha dois homens e 5 mulheres sentada na cadeira, assim por exemplo, quem vai ter voz vai ser os homens e quem geralmente da palavra final sobre as coisas são homens ainda, então fiquei em dúvida, não sei se eu tô certo ou errado, mas eu, fiquei em dúvida se se tem mais homens ou não ou enfim, mas eu acho que as mulheres vem ocupando espaço muito grande na ciência né nas universidades, mas ainda não tem voz, é um espaço que mesmo tendo mais mulheres quem acaba dando a palavra final é sempre o homem. (PARTICIPANTE AL, terceiro encontro).

O poder masculino de tomada de decisões pode se desdobrar em outras formas de silenciamento das mulheres. A única estudante participante que não confirmou a existência direta entre ser mulher e sofrer violência foi a estudante DY. As demais apresentaram falas de que ser mulher na universidade é um fator para sofrer violência e que isso é pior quando os cursos são majoritariamente masculinos ou homens ocupam cargos de chefia dentro de departamentos ou colegiados. Isso porque como sintetizou a estudante LI:

E daí, como como a gente comentou nos outros encontros, os professores, eles, eles sentem que eles são protegidos pela instituição, então eles ficam meio que blindados a qualquer tipo de retaliação que possa ter, de consequência que possa ter. [...] E, infelizmente, os cursos que tem a maior parte dos professores do sexo masculino é pior ainda, é muito pior, que, que eles conseguem, eles se protegem parece que entre eles ali. (PARTICIPANTE LI, terceiro encontro).

Essa fala da participante LI pode ser ilustrada pelo relato da participante MA:

[...] então, pareceu assim um negócio para fazer as meninas passarem vergonha mesmo, sabe. E depois desse episódio, uma moça parou de ir. Ficamos em três (meninas) e depois de um tempo só tava eu na turma, mas eu tive assim, uns momentos bem complicados nessa matéria, do professor parar a aula do nada e falar "vocês sabem porque as mulheres usam batom vermelho?" e eu usava batom vermelho na época, e aí ele explicar fisicamente porque vermelho chama a atenção, uns negócios assim, sabe? Então eu acho que tem muito essa questão, a gente tá num mundo muito machista. (PARTICIPANTE MA, terceiro encontro)

Já para estudante DY, apenas na violência direta, envolvendo a estrutura física, é perceptível a diferença entre homens e mulheres.

Eu não vejo isso, por ser mulher ou por ser homem, as pessoas sofrem violência igual, da mesma forma que as meninas são desrespeitadas, os meninos também são, também por ser negro ou branco isso também não é uma questão, na violência moral eu digo, mas na questão da violência física um assaltante com certeza vai querer assaltar duas meninas do que rapazes, nessa questão acho que sim. (PARTICIPANTE DY, terceiro encontro).

Como já colocado, a participante DY pode ter um discurso explicado tanto pelo autor Han (2017), quanto pelo autor Sen (2010). Há uma negação da sua identidade enquanto estudante de Agronomia de que seu curso está conectado com a característica violenta, mesmo em suas falas sendo encontrado situações violentas e machistas. Após a fala da estudante DY, a participante AL pediu para falar e destacou que tinha um posicionamento contrário ao da colega:

Eu acho que há uma relação, sim, não só no âmbito da Universidade, mas eu acredito que nós, que as mulheres, nós estamos, infelizmente, sujeitas a muitas violências, seja a violência institucional, uma violência na escola, seja na rua, seja na maternidade né, que nem foi comentado até por sinal. Então, é, eu na minha opinião, eu acredito que há uma relação direta sim entre ser mulher e sofrer violência. (PARTICIPANTE AL, terceiro encontro).

E essa fala foi complementado pela estudante JE, que mencionou as pesquisas estatísticas sobre violência de gênero:

Eu acho né, que com certeza, melhor os dados dizem isso para a gente, a nossas vivências, confirma que você ser mulher tá muito ligada a você sofrer violência né. Tem aquela frase lá: de 4 a 5 mulheres, sua irmã, sua filha, sua prima vão sofrer assédio, moral ou sexual, durante a vida, então é um abismo muito grande e com a situação do governo federal, estadual, só piorou muito com os anos. Claro, ela melhorou muito se for comparar com a época da nossa mãe, mas tem coisa muito absurda hoje em dia. (PARTICIPANTE JE, terceiro encontro).

Nesse sentido, a participação da maioria das estudantes foi reafirmando o que já se discutiu na dissertação, de que as mulheres sofrem violências múltiplas e isso se repete no ambiente universitário. Se destacou que a universidade ainda é um ambiente dominado por homens, tanto quanto numericamente, segundo os dados do CNPq, referentes às pesquisas, quanto aos dados do INEP, sobre o corpo discente das instituições de ensino superior, como também pela fala das estudantes.

As participantes, em sua maioria, reconhecem a violência dentro da universidade e entendem que se deve falar mais desse tema no ensino superior, atrelando as discussões aos direitos humanos. O que as participantes demonstram por seus diálogos foi o compartilhamento de vivências muito similares, como a violência não é específica de um curso, mas muitas vezes está atrelada ao gênero masculino.

#### 4.4 OS SENTIMENTOS E IMPRESSÕES DAS PARTICIPANTES APÓS CADA ENCONTRO

Ao final de cada encontro, a pesquisadora pediu para as participantes responderem um formulário pelo aplicativo *google forms*, que continha perguntas sobre como elas se sentiram durante o encontro. O objetivo desse formulário era ter um diagnóstico de como estava a condução do grupo, se elas estavam se sentindo bem em participar e se havia alguma sugestão, crítica ou algum relato que as participantes por ventura quisessem fazer. A ideia de realizar esse diagnóstico partiu da leitura do artigo de Servo e Araújo (2012). Para os autores, uma das características do grupo focal é a interação dos participantes e o sentimento de pertencer a um grupo sem julgamentos para expor suas opiniões, possibilitando o aprendizado e o compartilhamento de experiências.

Além disso, a pesquisa através da epistemologia feminista buscou a valorização das participantes como sujeitas protagonistas da pesquisa. Por isso, não se perguntou diretamente sobre violências de gênero, se perguntou sobre violências. Houveram relatos de violências de gênero, racismo, LGBTfobia, assaltos, violências morais. Todas sobre a perspectiva de ser mulher estudante de graduação na universidade.

A opção por manter no corpo principal os quadros referentes aos sentimentos das estudantes parte da perspectiva de valorizar essas falas tanto quanto a participação nos encontros.



## QUADRO 5 - Como se sentiu no grupo - dia 1 - Direitos humanos

(continua)

Primeiro encontro	Como se sentiu?	Aprendeu algo novo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
TH	Me senti muito a vontade. Foi bom ver mulheres falando sobre questões humanas, e claro, de mulheres. Achei as questões direcionadas muito bem elaboradas, pois ofereceram as temáticas que geraram boas discussões [...].	[...] Ignorei a vergonha e falei o que pensava e foi bom ouvir os complementos dados pelas outras meninas. Me senti mais segura em expor minhas ideias e se preciso, afirmar que não sei sobre o assunto ou sei pouco. Com certeza ampliei meus conhecimentos.	Não. Acredito que para o primeiro contato da pesquisa, foi uma abordagem interessante. Estimulou para a participação nos outros dias.	Suzana conduziu muito bem a conversa, buscando sempre o pessoal que ainda não havia falado ou participado, de modo que todas pudessem contribuir.
GI	Muito bem, ambiente acolhedor para falar minhas opiniões.	Sim, foi muito produtivo ouvir experiências e opiniões de outras mulheres.	Ainda não.	Gostaria de parabenizar a condução da Susana na pesquisa, o jeito abordado e o acolhimento
EM	Me senti muito bem. Fiquei com vergonha no início, mas logo me senti à vontade para conversar	Sim	No momento não	No momento nao
MA	Me senti bem e acolhida.	Acho que aumentei a minha percepção de como coisas básicas muitas vezes não são ensinadas sobre isso.	Eu só queria dizer que quando você me perguntou sobre os nossos direitos, eu travei e não sabia o que dizer porque nunca me perguntaram sobre os meus direitos. Nunca parei pra pensar dessa forma nos meus próprios direitos e sobre o que é respeitado ou não.	Achei as perguntas bem pertinentes

## QUADRO 5 - Como se sentiu no grupo - dia 1 - Direitos humanos

(conclusão)

Primeiro encontro	Como se sentiu?	Aprendeu algo novo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
JE	Ótima, falas importantes, discussão produtiva e nada cansativa.	Sim, principalmente a abordagem sobre direitos humanos em currículos de outros cursos.	Direitos humanos das crianças e adolescentes	[...] A plataforma de encontros é adequada e o horário acessível.
GA	Tranquila	Sobre as fissuras e estruturas em todos os departamentos	Não	No momento não
YA	Gostei bastante, achei bem legal poder interagir com outros cursos	Aprendi que nem todos possuem um conhecimento que foi passado na escolha ou na graduação sobre direitos humanos	Acredito que não, só que infelizmente mulheres mel tem direito de ir e vir nas ruas, acabei tendo que sair antes e não falei	Nenhuma
DR	Foi interessante ter diversas percepções sobre um mesmo assunto	Sim, me fez rever e pensar mais sobre os meus direitos	Penso o quanto seria importante o tema direitos humanos ser mais abordado [...] fez falta um maior aprofundamento no meu curso em específico	Gostei da forma em que foi conduzido, oportunizando a rodas a participação
JU	Apesar de serem temas bem particulares e fortes, gostei bastante das discussões e os relatos vejo que são comuns [...].	A experiência em si para mim em geral foi nova, creio que pouquíssimas vezes me reuni para falar especificamente desses assuntos, [..].	Creio que não.	Que a pesquisadora, continue esse trabalho e que por mais que em algum momento possa parecer difícil, continue. [...].
DA	Bem. Me senti acolhida e honrada por ouvir as experiências de tantas mulheres.	Com certeza! Ouvindo as vivências de cada estudante, tive mais certeza que ainda há muito o que melhorar na UEPG, apesar de vários avanços.	Não.	Foi gratificante estar com vocês.

FONTE: A autora.

No segundo encontro, 8 participantes responderam ao formulário.

## QUADRO 6 – Como se sentiu no grupo – dia 2 – Violência na universidade

(continua)

Segundo encontro	Como se sentiu participando do grupo focal hoje?	Você aprendeu algo novo ao participar do grupo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
TH	Muito confortável em poder contribuir e expor situações de acordo com a temática de discussão.	Ouvi histórias que ocorreram próximas a mim e nunca soube. Me fez refletir sobre cargos hierárquicos e abuso de poder, autoridade.	Acredito que não. Me senti bem livre em poder falar o que queria, e gostei de ouvir as colegas.	Me senti muito confortável falando sobre situações que em outros contextos, seria arduamente criticada ou simplesmente ignorada.
EM	Foi muito bom participar do grupo e notar que não estamos sozinha	Sim, que os abusos ocorrem em todo o âmbito da universidade, além de casos de violência dentro da uepg que eu não conhecia	No momento não	Em um encontro de final de ano com meu grupo de pesquisa, como somos a maioria menina estávamos conversando sobre um prof. Que assediava as alunas, e no meio da conversa nosso orientador sentou pra conversar e ouvir o que estávamos falando, eu fiquei chocada que ele falou que via tudo que acontecia mas não fazia nada e não falava nada pra ele por serem colegas
MA	Me senti mal por causa do assunto abordado	Acabei descobrindo mais casos que eu não tinha conhecimento	Acho que não	Acho que seu trabalho é mega importante!
JE	Uma experiência muito pesada e emocionante, mas produtiva.	Sim, principalmente sobre questões de gênero.	Não	Não tenho críticas ou sugestões

## QUADRO 6 – Como se sentiu no grupo – dia 2 – Violência na universidade

(conclusão)

Segundo encontro	Como se sentiu participando do grupo focal hoje?	Você aprendeu algo novo ao participar do grupo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
JU	Muito bem.	As vivências são mais comuns do que podemos imaginar.	Não.	Apenas um obrigada pela oportunidade de participar.
LI	Muito bem!	Não diria novo mas que a forma de abordagem, os tipos de violação que sofremos são semelhantes, parece serem padrão institucional. Mesmo passados quase 20 anos da minha primeira graduação, alguns comportamentos se mantém.	O debate foi bem interessante e muito bem conduzido!	Parabéns pelo estudo!
AN	Confortável	Não	Não	Não
AL	Foi muito importante poder falar e relatar algumas vivências na UEPG, sabendo que estava sendo ouvida!	A importância de você não se calar diante das violências que sofre!	Não	Espero que sua pesquisa sirva de inspiração para que mais pessoas tenham voz e possam reconhecer os acontecimentos que são silenciados no meio acadêmico da UEPG

FONTE: A autora.

No último encontro, foram 9 respostas.

QUADRO 7 – Como se sentiu no grupo – dia 3 – Direitos Humanos e Violência na  
Universidade

(continua)

Terceiro encontro	Como se sentiu participando do grupo focal hoje?	Você aprendeu algo novo ao participar do grupo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
EM	Me senti bem, mas triste por ter sido o ultimo dia	Sim	Hoje não	Agora não
MA	Me senti bem apesar que hoje eu quis ficar um pouco mais quietinha	Aprendi sobre grupos que trabalham com direitos humanos, que eu não conhecia	Acho que sobre algo que foi falado sobre figuras femininas no poder uma coisa que me veio na cabeça são que algumas mulheres são machistas então mesmo que sejam mulheres, elas acabam defendendo as mesmas coisas que homens e muitas vezes não são benéficas pras mulheres. Um exemplo é a questão do aborto, que há mulheres que defendem até quando há estupro.	Queria dizer que apesar de em alguns momentos, nesses 3 encontros, eu ter me sentido desconfortável, acho que isso que está sendo estudado é muito importante. É uma forma de o que passamos ser ouvido e isso é de uma importância gigantesca. E espero que de alguma forma o seu estudo traga bons resultados pras mulheres que entrarão na uepg futuramente. Sei que há um longo caminho pra ser seguido, mas o que é mais importante é estarmos unidas e seguindo firmes. É dessa forma que mudamos a realidade e transformamos o mundo :)

QUADRO 7 – Como se sentiu no grupo – dia 3 – Direitos Humanos e Violência na Universidade

(continua)

Terceiro encontro	Como se sentiu participando do grupo focal hoje?	Você aprendeu algo novo ao participar do grupo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
JE	Muito produtivo e reflexivo.	Apreendi principalmente sobre os canais de denúncia de violência e questões de Direitos Humanos	Não tenho nada a acrescentar, poderiam ter até mais encontros.	Nenhuma crítica ou sugestão.
GA	Tranquila	Apreendi a reconhecer os espaços que frequentamos e sobre as mazelas que ainda os atingem sem melhorias	Não	Não
LI	Muito bem, gostei bastante de participar	Que o sentimento que eu tenho sobre os direitos humanos, principalmente os relacionados às mulheres são comumente negligenciados	O tema é bem amplo e a abordagem da sua pesquisa é muito interessante	Parabéns pelo trabalho!
AN	Me senti confortável e segura para participar	Nos dois encontros que participei aprendi como a universidade precisa avançar em questões que envolvem os direitos humanos nas suas diversas relações, como aluno-aluno, professor-aluno, professor-professor, professor-comunidade, aluno-comunidade. [...].	Não.	Não

QUADRO 7 – Como se sentiu no grupo – dia 3 – Direitos Humanos e Violência na Universidade

(conclusão)

Terceiro encontro	Como se sentiu participando do grupo focal hoje?	Você aprendeu algo novo ao participar do grupo?	Tem alguma coisa para acrescentar sobre o tema que não foi abordado no grupo focal?	Gostaria de deixar alguma crítica, sugestão ou informação?
AL	Foi maravilhoso! Poder relatar as vivências que tive na UEPG e me sentir segura para falar, foi muito bom.	Consegui compreender o quanto as violências estão presentes em todos os setores, enquanto um problema democrático que deve ser falado nas salas de aulas de todos os cursos!	Seria interessante dar continuidade na temática, falando mais sobre a rede de proteção e sobre os projetos da UEPG.	Foi maravilhoso participar da pesquisa, obrigada pelo convite! Espaços assim são extremamente necessários!!
ER	Como pude participar apenas de um dia e por pouco tempo, não tive uma experiência completa. Mas com o pouco que presenciei, me senti contemplada por muitas das mulheres que participaram ao trocar vivências, opiniões e informações semelhantes do nosso dia-a-dia. Como uma das meninas comentou "foi uma terapia".	Sim! Desde coisas óbvias mas que não conseguimos concretizar um pensamento, como a necessidade de políticas públicas para a vida das mulheres, quanto as informações de locais de denúncia em casos de violências.	[...] acredito que o foco sobre mulheres trans pode ser maior, levando em conta que as vezes o próprio feminismo não consegue pensar e praticar políticas que cuidem dessas mulheres. [...].	Seria interessante pautar a mulher que não porta feminilidade. Ou ela precisa ser feminina, ou é trans-masculina. Sei que provavelmente não seja viável neste momento, mas não considerar mulheres masculinizadas como mulheres também é uma violência.
DY	Bem	A necessidade de aprender mais sobre direitos humanos	Esqueci de comentar o trabalho que o [...] e outros realizam com pesquisa da saúde mental dos alunos, [...] mas é um professor que se preocupa com a qualidade de ensino e com o bem estar dos alunos.	Gostaria de comentar sobre a necessidade da universidade estar mais próxima dos alunos, pois quando há necessidade esses não sabem a quem recorrer. [...].

FONTE: A autora.

Através desses formulários, a pesquisadora pretendeu administrar o andamento dos encontros e também observar como o grupo focal poderia ou não ser uma metodologia voltada para o diálogo.

Foi possível observar alguns padrões que eram esperados pela pesquisadora. Uma vez utilizando-se de uma epistemologia feminista, que valoriza as participantes do gênero feminino, e propondo que elas falassem sobre os assuntos perante outras mulheres, sem a interferência masculina, as participantes se sentiram livres para compartilhar suas experiências, opiniões e vivências.

Além disso, as participantes também responderam a alguns cuidados que a pesquisadora deveria ter ao ser mediadora do grupo. A maioria das respostas afirma que o ambiente era acolhedor, que as participantes se sentiram confortáveis. Também afirmam que a pesquisadora moderou bem os encontros, permitindo a fala de todas sem julgamentos.

Quanto ao grupo focal ser um instrumento para o diálogo e possivelmente para a troca de conhecimentos, formação de laços e aprendizado, a maior parte das participantes também relatou que foi uma experiência positiva participar do grupo, que aprendeu algo novo participando e que se envolveu com os relatos de outras participantes.

Ainda, cabe destacar nesse momento a importância ética de relacionar os sujeitos pesquisados. Segundo Mainardes (2017), nas ciências humanas e sociais, não se esgota o compromisso ético do pesquisador apenas preenchendo requisitos burocráticos exigidos pela Plataforma Brasil. Assim, a ética é para além da regulamentação. Quando se trabalha com seres humanos, há a necessidade de levar em consideração a alteridade: o outro pode ser afetado e pode afetar o pesquisador. Aí se encontra a pesquisa pelo grupo focal. Em um primeiro nível a ética normativa, seguir os protocolos exigidos, em um segundo nível os princípios da pesquisadora, em realizar eticamente sua pesquisa, comprometida com valores dos direitos humanos e da dignidade humana que perpassam toda sua pesquisa e por fim, a ética relacional com as sujeitas envolvidas.

Por isso, se preocupou em saber como elas se sentiram, se em algum momento o tema abordado foi conturbado, despertou anseios ou angústias. De maneira geral, os sentimentos gerados e as relações estabelecidas foram positivas. Até que em um dos formulários a participante MA destacou ter se sentido mal em



participar. Diante disso, a pesquisadora entrou em contato com ela e explicou, mais uma vez, que a qualquer momento a participante poderia deixar a pesquisa se não se sentisse bem, que a pesquisa não tinha o objetivo de prejudicá-la. A participante MA explicou que no dia se sentiu mal, mas que queria continuar participando da pesquisa e que achava a pesquisa muito importante, agradecendo a preocupação da pesquisadora.

Aqui, abre-se a discussão também para o caminho epistemológico que o processo de toda a pesquisa percorreu. Através de uma epistemologia feminista, a escolha das participantes foi pensada quanto ao gênero, sexualidade, maternidade, faixa etária, etnia, etc. Se inseriu a preocupação ética da pesquisadora com a dimensão relacional com as mesmas e por isso houve também a seleção de autoras e autores que promoviam novos olhares sobre o conhecimento, um conhecimento feito por mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar como mirante epistemológico as epistemologias do Sul e o feminismo decolonial, a pesquisa marcou sua posição diante das influências positivistas nas ciências sociais aplicadas. É possível pensar o modo de se produzir ciências sociais sob a ótica do Sul Global Feminista, sempre ressaltando a diversidade de saberes, complementares e não excludentes. Por isso, essa pesquisa preocupou-se em trazer perspectivas de sujeitas estudantes mulheres.

Quanto ao primeiro objetivo específico da pesquisa, foi possível desenvolver a pesquisa através da construção epistemológica do conhecimento científico feminista e do Sul Global, o que demandou o levantamento bibliográfico extenso e também o processo de escolha metodológica.

Percebeu-se, como Santos (2014) aponta, que os sujeitos de direitos humanos, as próprias participantes, não se perceberam como sujeitas de direitos humanos e as mesmas perceberam também que grupos minoritários socialmente estão mais expostos à violência na universidade, incluindo nisso o gênero.

Fruto do levantamento bibliográfico, percebeu-se a construção da performance do gênero masculino voltado para a violência, a existência de múltiplas violências conectadas no ambiente universitário e a necessidade de escutar os sujeitos subalternos. Essas percepções tiveram convergência com a pesquisa de campo, em que as estudantes trouxeram diálogos destacando esses pontos durante suas vivências na universidade e para além dela. As participantes dialogaram sobre o machismo existente na universidade e como isso se configurou em situações de violências por autores do gênero masculino, em sua maioria.

A escolha do grupo focal também incluiu o compromisso ético da pesquisadora baseado nas considerações de Spivak (2010) sobre a pesquisadora feminista. Quando uma participante destacou se sentir desconfortável participando, a pesquisadora buscou acolher a situação. O desconforto em falar sobre violência é parte de uma pesquisa não positivista, que leva em conta sentimentos, que são parte dos seres humanos e não precisam ser ignorados para se atingir cientificidade. Destaca-se a importância de pesquisar através de alternativas ao positivismo, promovendo novos olhares sobre o conhecimento. No caso desta dissertação, novos olhares sobre a EDH e sobre a violência na universidade.

Por isso, o segundo objetivo específico foi atingido relacionando os conceitos de educação em direitos humanos no ensino superior e enfrentamento à violência nesse espaço, o que foi abordado não apenas no texto dissertativo, mas em diversos momentos durante os encontros com as estudantes. As estudantes trouxeram suas vivências, se demonstrando um grupo interseccional, estudantes, do gênero feminino, de maioria branca, com sexualidades diferentes, algumas mães, de pertencimento étnico-racial diferente e de idades diferentes. Contudo, com relatos muito semelhantes. As participantes abordaram os direitos humanos como um assunto importante a ser introduzido cada vez mais na universidade. Também destacaram as situações de violências vivenciadas.

Toda a análise dos encontros realizados passou pelo terceiro objetivo específico, através de uma proposta de epistemologia feminista do Sul Global, em que se destacou a necessidade das estudantes falarem sobre as violências vivenciadas, as similaridades de situações presenciadas no ambiente universitário que se distancia de uma educação em direitos humanos, a escassez de discussões sobre direitos humanos dentro dos currículos e a importância de uma discussão em direitos humanos e violências que considere as particularidades das estudantes. Além disso, as estudantes consideraram que elas não têm todos os seus direitos humanos garantidos, justamente por serem mulheres, e nas palavras delas, serem “cortadas” em diversas situações, inclusive na universidade. Essa percepção se complementou com as respostas dadas no formulário em que, algumas delas colocaram como não tinham, até o momento, parado para pensar se os direitos delas estavam garantidos.

Por fim, o objetivo geral, sendo ele analisar os diálogos das estudantes da graduação universitária sobre direitos humanos e violência, foi atingido nesta pesquisa. Os diálogos trazidos apontam para uma graduação marcada por situações violentas, que envolvem diretamente as questões de gênero, raça e classe: maternidade, estupro, humilhações, assédios, apagamentos, isolamentos e até situações de desistência do ensino superior devido a uma estrutura marcada muitas vezes pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado dentro da UEPG.

Desta pesquisa, surgem outras indagações: a UEPG é uma universidade que produz conhecimentos alternativos ao epistemicídio? Os estudantes, do gênero masculino, têm relatos de violências na universidade semelhantes às das

participantes da pesquisa? Os professores compreendem o que é uma educação para os direitos humanos?

São perguntas que se colocam diante da pesquisa após a análise dos diálogos das estudantes. Para romper com a realidade apresentada pelas estudantes participantes e pensar o início dessas respostas, é necessária outra educação: uma educação que compreenda o gênero junto aos direitos humanos, que se preocupe em formar cidadãos críticos e conscientes de sua atuação na sociedade.

Uma educação feminista contempla uma educação em direitos humanos e uma educação em direitos humanos deve contemplar o feminismo, para que assim consiga enfrentar a violência e construir uma cultura de paz.

A educação para a não violência, para os direitos humanos e preocupada com uma cultura de paz, não se encerra na educação básica. Através dos documentos, autores e diálogos das estudantes trazidos ao decorrer da dissertação, é evidenciado a necessidade de a educação em direitos humanos passar pelo ensino superior.

Porém, alguns dos cursos de graduação da UEPG ainda não adaptaram seus currículos para isso. Poucos cursos possuem na grade o conteúdo de direitos humanos e/ou cidadania. O diálogo das estudantes demonstra que elas consideram os direitos humanos um assunto muito importante e que deveria estar mais presente nas suas graduações, mas no formulário elas destacam como não tinham familiaridade com o tema no primeiro encontro, o que já diminui nos outros formulários, demonstrando a apropriação das participantes e a segurança em conversar sobre o tema que foi surgindo durante a realização dos encontros. No último encontro elas apontam para diálogos sobre os direitos humanos serem instrumentos no combate às violências de gênero, racismo e LGBTfobia.

Por isso a pesquisa não se limitou em apenas um tipo de violência, mas considerou as violências múltiplas e conectadas. Um relato de uma situação violenta pode envolver diversas categorias teóricas de violência. E, também, não se limitou os diálogos sobre violências de gênero, apenas por as participantes serem mulheres. Como a pesquisa tem o fundo epistemológico feminista, se destacou a importância que mulheres podem falar sobre todas as formas de violência. Não se trata de uma pesquisa realizada por uma mulher com outras mulheres para se falar de violências que as mulheres sofrem. Se trata concretamente de uma pesquisa investigativa sobre a violência na universidade a partir de um olhar feminista, que reforça a participação

de mulheres para valorizar a visão dessas sujeitas sobre o fenômeno da violência e dos direitos humanos.

Nesse sentido, o grupo focal contribuiu muito para a investigação, permitindo o diálogo das participantes, a troca de experiências e relatos. Através dos encontros foi possível abordar os assuntos de violência e direitos humanos na universidade sobre as perspectivas das participantes, envolvendo diversas áreas do conhecimento ao mesmo tempo.

Sugere-se que a UEPG volte a discutir sobre a curricularização da educação em direitos humanos, promovendo a curricularização transversal. Outro apontamento trazido pelos dados é a necessidade de se trabalhar a confiança das acadêmicas na instituição, tratando os casos de assédio com seriedade, mostrando uma postura contrária a violência praticada pelos professores e apoio efetivo às acadêmicas, demonstrando que a UEPG não é conivente com a violência e que a vida das universitárias é digna de luto e por isso digna de políticas para a igualdade de gênero.

Um passo importante a ser destacado é que ao decorrer desta pesquisa a UEPG regulamentou por portaria o Canal de Escuta de Gênero e Diversidade, a ser gerenciado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UEPG, 2021). Um canal para atender essas demandas pode auxiliar na promoção de políticas para igualdade de gênero dentro da universidade e pode aumentar a confiança das estudantes em denunciar episódios de violências. É preciso acompanhar o trabalho que será realizado e seus possíveis resultados.

Durante a pesquisa, outras temáticas de estudos e pesquisa se abriram, como a própria criação do Canal de Escuta, mas também a possibilidade de investigar a perspectiva interseccional acrescida das questões territoriais sobre a produção do conhecimento, investigando quais regiões do país produzem mais ou menos conhecimento acadêmico científico e seus desdobramentos.

Além disso, a pesquisadora percebeu a necessidade de conversar com as estudantes sobre o conteúdo dos direitos humanos, informar sobre como denunciar uma situação de violência dentro do ambiente universitário, divulgar os projetos de extensão e pesquisa sobre direitos humanos e violências que a UEPG possui em todos os cursos, abrangendo mais áreas e mais estudantes.

A pesquisa traz um alerta para a seriedade com que casos de violências na universidade devem ser tratados. A instituição pode refletir sobre os relatos trazidos,

os apontamentos realizados e sobre o corpo da presente pesquisa e promover ações e modificações, que permitam uma maior confiança na instituição por parte das estudantes, desencorajando situações violentas e encorajando as denúncias, promovendo e garantido direitos humanos em seus espaços.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Companhia das Letras, 2012.
- AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estud. sociol.** Araraquara v.21 n.41 p.273-289 jul.-dez. 2016.
- ALTHAUS, M. T. M. **Docência universitária**: saberes e cenários formativos. Ponta Grossa, Todapalavra, 2016.
- APÓS carta com ameaças a alunos, UEPG toma medidas de segurança. ParanáPortal, 2019. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/262-uepg-carta-ameaca/>. Acesso em 16 fev. 2021.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARROYO, A. G. **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. Segunda edición, La Paz, Bolivia, 2019.
- AZEVEDO, A. et al. **Pensamento feminista hoje**: Sexualidades no sul global. E-book. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.
- BARBOZA, E. M. Q.; DEMETRIO, A. Quando o gênero bate à porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista. **Rev. direito GV**, São Paulo, v.5, n.3, e1930, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322019000300204&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322019000300204&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Fev. 2021.
- BARDAN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARTMEYER, C. M. **Anomalias Uterinas**. 2017. Brasil. Grafiti sobre Cà grain. 297x 420 m.
- BARTMEYER, C. M. **Bulas**. 2016. Brasil. Costura e cola. 1,45 x 2,36 m.
- BARTMEYER, C. M. **Géneses e Sofrimento**, 2018, Brasil. Bordado sobre papel impresso, 35 x 70 cm.
- BARTMEYER, C.M. **Pormenor do painel Azulejos Clitorianos**. 2019. Portugal. Serigrafia sobre papel vegetal. 45 x 45 cm.

BRASIL. DECRETO Nº 31.643, DE 23 DE OUTUBRO DE 1952. Promulga a Convenção Internamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948. Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1952/D31643.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D31643.html). Acesso em 25 fev. 2021.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Resolução Cne/Cp Nº 2, De 20 De Dezembro De 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação. Conselho Pleno. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 03 set. 2020.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIANCHINI, A. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. - 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2018.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: Limites da democracia no Brasil. Boitempo, 2018.

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP** - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. Jan.-Jun. 2005, Vol. 6, No. 1, pp. 74-80.

BOUERI, A. G.; ASSIS, C. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. **Gênero e Número**, 2018. Disponível em:  
<http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>. Acesso em 19 fev. 2021.

BOURGUIGNON, J. A. O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados na pesquisa social e qualitativa. **Revista Humanidades em Perspectivas**. vol.1 n.1. jan/jun 2019.

BUTLER, J. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



CAPEs. EDITAL Nº 38/2017. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS & DIVERSIDADES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/11122017-edital-0575643-edital-38-resultado-preliminar-pdf>. Acesso em 11 mar. 2021.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. - 13. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, P. Em busca de uma identidade brasileira. In: O que é o feminismo decolonial? **Revista Cult**. ano 23 - outubro 2020 - edição 262.

CARVALHO, A. M. P. O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia do construção teórica e da criação de vias metodológicas. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, Bosco Feitosa dos. (orgs). **Método e Técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014.

CASADO FILHO, N. **Direitos Humanos e Fundamentais**. São Paulo - Saraiva, 2012.

CASTRO, S. O que é o feminismo decolonial? **Revista Cult**. ano 23 - outubro 2020 - edição 262.

CENTRO ACADÊMICO PROF. AMÉRICO C. MEINICKE - AGRONOMIA UEPG. 2020. 23 de janeiro de 2020. Facebook: @caagrouepg. Disponível em: <https://www.facebook.com/caagrouepg/posts/767877637066683>. Acesso em 16 fev. 2021.

CENTRO Internacional de Investigação e Informação para a Paz. **O estado de paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas; Editora da UNICAMP, 2002.

CNPQ. Pesquisadores - Por Liderança, Sexo e Idade – 2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-sexo-e-idade>. Acesso em 17 fev. 2020.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. Editora Saraiva - São Paulo, 2003.

DATASENADO. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pesquisa DataSenado. Dezembro/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contr-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em 25 fev. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, Dec. 2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3302010000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302010000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso 18 fev. 2021.

DOUZINAS, C. Os paradoxos dos direitos humanos. Anuário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas e Direitos Humanos/ UFG. ISSN 2237-4388. **Pensar os direitos humanos**: desafios à educação nas sociedades democráticas. v.1 n. 1, 2011.

ESTUDANTE peruano baleado em assalto na UEPG deixa hospital. 2017. RPC. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/estudante-peruano-baleado-em-assalto-na-uepg-deixa-hospital.ghtml>. Acesso em 16 fev. 2021.

FARGANIS, S. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. **Gênero, corpo, conhecimento**. Alison M. Jaggat, Susan R. Bordo [editoras]; Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FÁVERO, M. L. A. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em 22 fev. 2021.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2020.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GATTI, B. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, 2005.

GODINHO, C. C. P. S. *et al.* A violência no ambiente universitário. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 2018;31(4):1-8 DOI 10.5020/18061230.2018.8768.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

GONZALEZ, L.; RIOS, F.; LIMA, M. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. E-book. Zahar, 2020.

GOUGES, O. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em 25 fev. 2021.

GUZMÁN, A.; TEJERINA, J.; VARGAS, D.; CASTILLO, J. **Descolonizar la memoria, descolonizar el feminismo**. In: **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. ARROYO, Adriana Guzmán. Segunda edición, La Paz, Bolivia, 2019.

HAN, B. C. **Topologia da violência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HERRERA FLORES, J. **A (Re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5431#resultado>. Acesso em 18 fev. 2021.

ILGA World. **Homofobia de Estado 2020: Actualización del Panorama Global de la Legislación**, Ginebra; ILGA, dezembro de 2020.

INEP. **Notas estatísticas 2019**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 17 fev. 2021.

JAGGAR, A. M. **Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. Género, corpo, conhecimento**. Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo [editoras]; Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JARES, X. **Educar para la paz y la convivencia: tarea de todas y todos. Educar per a una cultura de pau i convivència: actes**. Palma de Mallorca, 2001; p. 72-86.

JARES, X. **Pedagogia da convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

JARES, X. **Educação para paz: sua teoria e sua prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. E-book. Companhia das Letras. n. p.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

LARA, B. *et. al.* **#MeuAmigoSecreto**: Feminismo além das redes. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. E-book. n. p.

LESSA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 . ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, 40(2), 160-173.

MAITO, D. C, *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface** (Botucatu). 2019; 23: e180653 <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>.

MARÇAL, K. **O lado invisível da economia**: uma visão feminista. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

MARIM, C. Decolonizando o olhar. In: O que é o feminismo decolonial? **Revista Cult.** ano 23 - outubro 2020 - edição 262.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. e-BOOK. L&PM, 2001.

MATTOS, M. J. V. M.; GENTILINI, J. A.; LOPES, R. A. Violência: dos sentidos da violência no campo teórico às ações de violência na escola. **Violência e educação: a sociedade criando alternativas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MAYA. No hay historia universal, tampoco en el feminismo. In: **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. ARROYO, Adriana Guzmán. Segunda edición, La Paz, Bolivia, 2019.

MENDES, D. C. B. **Compilado de Ciências Sociais**: aspectos epistemológicos e metodológicos. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

MENDES, J. M; SOUSA SANTOS, B. **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica. 2018.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

MOGROVEJO, N. O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala. In: AZEVEDO, A. et al. **Pensamento feminista hoje: Sexualidades no sul global.** E-book. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORIN, E. **Como viver em tempo de crise?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MULLER, J. **Não-violência na educação.** São Paulo: Palas Athenas, 2006.

OLIVEIRA, J. M. D. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019:** Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ONU. **EL PROGRESO DE LAS MUJERES EN EL MUNDO 2019-2020.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-Executive-summary-es.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Escola de Educação em Direitos Humanos. Comitê de Educação em Direitos Humanos. Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação; Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2015, 70 p.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012. Disponível em: . Acesso em: 31 mar. 2022.

POLÍCIA do Paraná investiga professor que agride mulher em vídeo. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-do-parana-investiga-professor-que-agride-mulher-em-video-22625597.html>. Acesso em 16 fev. 2021.

PRA, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 20, n. 1, p. 33-51, Apr. 2012 . Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100003>.

QUEIROZ, D. M. Mulheres no Ensino Superior no Brasil. **ANPED**, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/mulheres-no-ensino-superior-no-brasil>. Acesso em: 22 maio 2020.

QUEIROZ, D. M. **Raça, Gênero e Educação Superior**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. Org: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. São Paulo: Cortez, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em 26 fev. 2021.

RIBEIRO, D. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirrascista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **O Brasil como problema**. São Paulo. Global, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, S. Conheça a história do feminismo no Brasil. **AzMina**, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>. Acesso em 10 nov. 2020.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

ROSENBERG, M. **Vivendo a comunicação não violenta**: como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. - São Paulo; Moderna, 1987.

SALLES FILHO, N. A. A pedagoga da convivência no contexto da reflexão sobre a educação para a paz: a perspectiva de Xesús Jares. **Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade**. Kelma Socorro Lopes de Matos [organizadora] *et al...* - Fortaleza: Edições UFC, 2015.

SALLES FILHO, N. A. Educação para paz: um caminhar no pensamento complexo através de cinco pedagogias integradas e complementares. **Polyphonia**, v. 27/1, jan./ jun. 2016.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Culture of Peace and Education for Peace: views from the theory of Edgar Morin Complexity. 2016. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2016.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, B. S. Por uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, B. S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, vol. 18 nº 43. Porto Alegre, Sept./Dec. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222016000300014&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000300014&lang=pt). Acesso em 17 nov. 2020.

SANTOS, B. S. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, B. S.; MARTINS, B. S. **O pluriverso dos direitos humanos**: a diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, C. J.; GARCIA, C. V. A Criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, MS, v. 5, n. 2, p. 294 – 317, jul./dez. 2019.

SCHEIFER, C. E. **A reforma trabalhista e a (des)construção do direito do trabalho no Brasil: uma análise da conjuntura da aprovação da lei 13.467/2017**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação&Realidade**, v.1S, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Aesso em 19 mar. 2022.

SEN, A. **Identidade e violência**: a ilusão do destino. São Paulo: Iluminarias, 2015.

SERVO, M. L. S.; ARAÚJO, P. O. Grupo Focal em Pesquisas Sociais. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 137. Out. 2012. Mensal – ano XII.

SILVA, T. D. **Ação Afirmativa E População Negra Na Educação Superior: Acesso E Perfil Discente**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 2020.

SILVA, A. M. M. Introduzindo a temática. **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos**. Org: Aida Maria Monteiro Silva. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. L.; PALHANO, T. R. Direitos Humanos e Ciberfeminismo: novos olhares sobre a discussão de gênero nas instituições educacionais. **RECC**, Canoas, v. 25, n. 2, p. 125-138, julho, 2020.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 27, n. 2, p. 276-289, June 2007 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200009&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000200009>.

SOLNIT, R. **Os homens explicam tudo para mim**. - São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, M. A. A.; TELES, M. M.. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos direitos humanos**. Editora Peirópolis, 2011.

UEPG criará comissão para apurar assédio sexual no campus central. 2017. **aRede**. Disponível em: <https://d.arede.info/ponta-grossa/170445/uepg-criara-comissao-para-apurar-assedio-sexual-no-campus-central>. Acesso em 16 fev. 2021.

UEPG lança Canal de Escuta Gênero e Diversidades. 2021. Disponível em: <https://www.uepg.br/canal-escuta/>. Acesso em 12 abr. 2022.

UEPG. RELATÓRIO DA PESQUISA DO PERFIL DAS/OS ESTUDANTES DA UEPG ACERCA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA INSTRUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. 2020. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/wp-content/uploads/sites/18/2020/11/RELATORIO-FINAL-PESQUISA-PERFIL-EAD-PARA-O-COU-1.pdf>. Acesso em 31 mar. 2022.



UEPG. Resolução CEPE Nº. , de ... de 2019. Estabelece as Diretrizes para Disciplinas Transdisciplinares na UEPG, em atendimento a Projeto Pedagógico Institucional, a Plano de Desenvolvimento Institucional, a Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial do Paraná 2017/2019, à Deliberação 2/2015-CEE/PR, à Lei 11.645/2008, a Decreto 5679/2005/PR, à Lei 11.343/2006, ao Parecer 3/2004 do Conselho Nacional de Educação, à Resolução 1/2004 do Conselho Nacional de Educação, ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e à Deliberação 04/2013 do Conselho Estadual de Educação. Ponta Grossa, Paraná, 2019.

UNESCO. Plano de Ação. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**: terceira fase. Brasília, 2015.

VELÁSQUEZ, C. T.; AGUIRRE, L. A. Reflexiones desde la universidad sobre educación em derechos humanos y para la paz. **Rev. hist.edu.latinoam** - Vol. 20 Nº. 31, jul-dez 2018 - ISSN: 0122-7238 - pp. 101 – 124.

VELHO, G. O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 48, 2005, pp. 11-18. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a02.pdf>. Acesso em 12 nov. 2020.

VIOLA, S. E. A. A educação superior: compromisso com os direitos humanos. **Educação superior**: espaço de formação em direitos humanos. Org: Aida Maria Monteiro Silva. São Paulo: Cortez, 2013.

ZUIN, A. Á. S. O trote no curso de pedagogia e a prazerosa integração sadomasoquista. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

## ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE: diálogos das estudantes da graduação.

**Pesquisador:** Susana Maria Bartmeyer

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 45559821.5.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.651.049

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE: diálogos das estudantes da graduação.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os diálogos das estudantes universitárias sobre direitos humanos e violência

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Constrangimento para os participantes. Os participantes podem deixar a pesquisa a qualquer momento. Não oferece riscos à saúde.

Benefícios:

Oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar o problema que afeta o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos, proporcionando reflexões sobre a violência, a educação e a universidade.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A educação em direitos humanos é uma temática abordada por diversos campos do conhecimento

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900

**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.651.049

e pesquisadores no Brasil, principalmente após a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2007. Podemos observar que as questões de violência, nos últimos anos, estão presentes na UEPG. E dentre eles, há uma conexão com os temas que o PNEDH propõe serem levantados e discutidos pela educação em direitos humanos. São preocupações da educação em direitos humanos as questões de gênero, raça, vulnerabilidade social, minorias sociais, exclusão, meio ambiente, orientação sexual, etc. A partir da apresentação da temática, pretende-se trabalhar com o problema: quais os diálogos sobre direitos humanos e violências que as estudantes da graduação da UEPG apresentam. Objetivo geral: analisar os diálogos das estudantes universitárias sobre direitos humanos e violência. Para coleta de dados: Pesquisa qualitativa através de entrevistas virtuais coletivas semiestruturada com estudantes do gênero feminino da graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisa bibliográfica e documental. Método de análise: análise de conteúdo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

**Recomendações:**

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.651.049

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1711310.pdf	04/03/2021 09:30:31		Aceito
Outros	Roteiroentrevista.pdf	04/03/2021 09:29:47	Susana Maria Bartmeyer	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetopesq.pdf	04/03/2021 09:29:35	Susana Maria Bartmeyer	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declcomp.pdf	04/03/2021 09:29:21	Susana Maria Bartmeyer	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/03/2021 09:29:07	Susana Maria Bartmeyer	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	04/03/2021 09:27:56	Susana Maria Bartmeyer	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PONTA GROSSA, 14 de Abril de 2021

Assinado por:  
**ULISSES COELHO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

## **ANEXO B – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS**

Primeiro encontro.

Apresentação: Olá, meu nome é Susana, eu estou na pós-graduação em Ciências Sociais na UEPG, e convidei vocês todas para estarem aqui comigo hoje. O objetivo desse convite é realizar entrevistas coletivas com vocês, no formato de grupo focal, ou seja, vai ter um assunto tema em cada dia para a gente conversar entre nós.

Eu gostaria muito de agradecer vocês por estarem aqui e dizer que podem se sentir livres para participar durante os encontros, responder as perguntas, me perguntar alguma coisa, ou perguntar para outra pessoa. Lembrando que não tem resposta certa ou errada, se sintam bem à vontade.

Os encontros terão em média 1 hora de duração. E serão nos dias 21, 22 e 28 de junho. Sintam-se livres para participar, se não puder vir em algum dia só me avisar. Lembrando que a participação de vocês não tem custos e nem remuneração. E também não oferece nenhum risco a saúde de vocês. Todos os dias serão gravados, para uso meu apenas, com objetivo da pesquisa, conforme explicado no TCLE.

Para começar eu gostaria que vocês se apresentassem, dizendo o curso de vocês, e se tiver alguém aqui que vocês já conhecem, podem falar, inclusive se vocês me conhecem de algum lugar, também.

### **O tema de hoje é Direitos Humanos.**

O que acham que a população em geral pensa sobre direitos humanos?

Qual o contato de vocês com a temática durante a vida escolar, ensino fundamental, médio, faculdade, de vocês?

O curso de vocês possui direitos humanos na grade, como matéria específica ou dentro do conteúdo de uma disciplina?

Esse tema já foi abordado? Como foi?

Vocês conhecem projetos de extensão ou pesquisa sobre direitos humanos?

Quais textos, no sentido de legislações, de direitos humanos vocês conhecem, declarações, tratados internacionais?

Quais pessoas são sujeitos de direitos humanos, quem tem direitos humanos e quem deveria ter?

Eu gostaria de saber de vocês como vocês definem direitos humanos, não se preocupem em dar uma resposta certa ou errada, se vocês não souberem tudo bem?

Vocês acham que os seus direitos humanos estão garantidos?

Para você, há alguma relação entre direitos humanos e direitos das mulheres?

Pessoal, irei terminar o encontro agora, queria saber se ficou alguma dúvida, sugestão... mais alguma coisa que gostariam de colocar?

Além disso, eu peço para que vocês respondam o formulário que eu deixei no *chat* e *whats* de vocês.

Gostaria de agradecer a participação de vocês hoje, dizer que o encontro foi muito produtivo. E lembrar que nosso próximo encontro será dia 22, às 18 horas, que iremos tratar de violência na Universidade. Espero todas vocês, muito obrigada.

Deixo aqui alguns canais de denúncia sobre direitos humanos: Disque 100; NUMAPE UEPG; PRAE (42)3220-3721); NEDDIJ; Ouvidoria da UEPG (42) 3220-3287.

Segundo encontro.

Olá, tudo bem com vocês? Hoje é nosso segundo dia. Mais uma vez eu agradeço a participação de cada uma que se disponibilizou a estar aqui. Lembro que a reunião de hoje também será gravada. Iremos fazer o mesmo formato do último encontro em que tratamos sobre Direitos Humanos.

Fizemos nossas apresentações.

Os direitos humanos são conhecidos de maneira rasa pela população, ou como algo negativo muitas vezes. Hoje, estão dentro de uma disputa política, às vezes vistos como coisa das pessoas de esquerda. Além disso, os direitos humanos estão atrelados às condições sociais das pessoas, como classe social, nível escolar, criminalidade, maternidade, vulnerabilidade, orientação sexual e outras condições que foram citadas. A percepção que o grupo apontou foi para os direitos humanos como direitos/acesso/bens para dignidade das pessoas.

Também conversamos sobre ter essas discussões sobre direitos humanos durante a vida escolar. Percebemos que a maioria das meninas não se recorda de ter essas discussões no ensino fundamental, algumas tiveram na disciplina de sociologia e durante a graduação tiveram algumas que falaram ter contato dentro de uma disciplina ou outra, ou a partir de suas vivências particulares na universidade,

envolvendo temas como SUS, direitos LGBT, feminismo, drogas, ética, pessoas com necessidades especiais.

Por fim, falamos se nossos direitos humanos estão garantidos e, infelizmente, percebemos que, apesar de sermos, muitas vezes, privilegiadas, não temos todos os direitos humanos garantidos. Isso se intensifica por ser mulher, em que não podemos falar livremente, ir e vir com segurança, ser mãe e estar no mercado de trabalho ou simplesmente exercer nossa profissão com o mesmo prestígio que os homens.

Ontem, algumas meninas falaram de situações que já passaram na universidade, que atingiram seus direitos e foram situações de violência. O tema de hoje é esse. Violência na Universidade, especificamente na UEPG.

Vocês percebem situações violentas dentro da universidade?

De que tipo?

Quais espaços universitários são mais ou menos violentos?

As relações aluno-professor são violentas?

E a relação aluno-aluno?

Com os servidores?

No seu curso, já aconteceu alguma situação que você considera violenta? Como foi resolvida? (Não se preocupe em citar nomes, em falar datas, podem relatar apenas o que aconteceu... lembrando que o que vocês falarem aqui não será exposto para além da pesquisa, mantendo o sigilo de vocês e eventuais pessoas que citarem)

Vocês percebem que algumas pessoas sofrem mais violência do que outras na Universidade?

O que vocês pensam desses casos: (vou relembrar os 6 casos descritos na dissertação)

O que vocês acham que poderia ser feito pela própria Universidade para lidar com situações como essas na universidade?

Pessoal, irei terminar o encontro agora, queria saber se ficou alguma dúvida, sugestão... mais alguma coisa que gostariam de colocar?

Além disso, eu peço para que vocês respondam o formulário que eu deixei no *chat* e *whats* de vocês.

Gostaria de agradecer a participação de vocês hoje, dizer que o encontro foi muito produtivo. E lembrar que nosso próximo encontro será dia 28, segunda-feira, às 18 horas. Espero todas vocês, muito obrigada.

Deixo aqui alguns canais de denúncia sobre direitos humanos: Disque 100; NUMAPE UEPG 32203475; PRAE (42)3220-3721); NEDDIJ 32203448; Ouvidoria da UEPG (42) 3220-3287.

Terceiro encontro.

Hoje é nosso terceiro e último dia. Mais uma vez eu agradeço a participação de cada uma que se disponibilizou a estar aqui. Lembro que a reunião de hoje também será gravada conforme o TCLE. Iremos fazer o mesmo formato do último encontro. Farei um breve resumo do que foi conversado no último encontro.

Apresentações das meninas que não estavam no primeiro dia.

Resumo do primeiro encontro.

Foi perguntado se as meninas percebiam situações violentas dentro da universidade, incluindo relações professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno, servidores-alunos, comunidade interna e comunidade externa. As principais percepções de violências sofridas foram entre relações professor-aluno, como assédios morais, sexuais e violências sexuais. Além disso, violências diretas sofridas pela comunidade interna por pessoas da comunidade externa, como assaltos, estupros.

A reclamação sobre a Universidade não dar respostas aos casos de violências, tanto entre professor-aluno quanto comunidade interna-externa foi apontada por todas as meninas. Proteções aos professores assediadores, demora em respostas institucionais, falta de apoio para denunciar.

Além disso, o grupo apresentou como tem medo, principalmente quando mais novas, ou nos primeiros anos de graduação, de enfrentar situações de assédio moral ou sexual por parte dos professores.

Também foi possível perceber através dos relatos como essas violências, de ordem moral ou sexual, promovem a exclusão das pessoas da universidade, desanimando a continuar na universidade, ou até mesmo fazendo as pessoas desistirem do curso.

Os relatos foram de que ser mulher, estudar a noite, ser negro ou LGBT é um intensificador para sofrer alguma violência na universidade. Além disso, o grupo, em sua maioria estuda do campus Uvaranas, que há uma falta de estrutura para segurança das estudantes.



Quanto ao que a Universidade poderia fazer para lidar com essas situações, as percepções foram de que não há muito o que fazer, a Uepg é negligente com as meninas, sempre passam pano para situações de violência. Poderia melhorar a iluminação e a segurança dos dois campi.

O tema de hoje é **Direitos Humanos e Violência na Universidade**. Como é o último dia, será um dia de fechamento.

Diante do que foi conversado nos outros encontros. Eu gostaria de saber

Você considera que a universidade é um espaço que deve tratar o tema de direitos humanos? E sobre violência?

Vocês percebem alguma relação entre direitos humanos e violência na universidade?

Onde vocês iriam para denunciar uma situação de violência na universidade?

Vocês conhecem projetos de extensão ou pesquisa sobre direitos humanos ou/e violência?

Durante os encontros, vocês conversando com pessoas de outros cursos, perceberam alguma semelhança ou diferença?

Há alguma relação entre ser mulher e sofrer violências?

Vocês pensam que os direitos humanos se destinam às mulheres?

Pessoal, irei terminar o encontro agora, queria saber se ficou alguma dúvida, sugestão... mais alguma coisa que gostariam de colocar?

Além disso, eu peço para que vocês respondam o formulário que eu deixei no *chat* e *whats* de vocês.

Deixo aqui alguns canais de denúncia sobre direitos humanos: Disque 100; Numape uepg 32203475; PRAE (42)3220-3721); NEDDIJ 32203448; Ouvidoria da UEPG (42) 3220-3287.

Gostaria de agradecer a participação de vocês hoje, dizer que o encontro foi muito produtivo. Espero todas vocês, muito obrigada. Ao terminar a pesquisa, irei devolver pelo e-mail de vocês os resultados da dissertação. Quaisquer coisas podem me procurar.

## ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DOS ENCONTROS

### PRIMEIRO ENCONTRO

Pesquisadora: Então, meu nome é Susana, pra quem ainda não me conhece. Eu sou estudante da pós-graduação em Ciências Sociais da UEPG. Eu convidei vocês para estarem aqui comigo hoje para participar do grupo focal né, que são entrevistas coletivas, os grupos focais são uma metodologia de pesquisa que você coloca várias pessoas para conversar sobre um tema. Eu gostaria muito de agradecer que vocês estão aqui, podem se sentir livre para participar da pesquisa, se vocês quiserem fazer alguma pergunta durante a nossa conversa para mim pode fazer, para outra pessoa do grupo, pode fazer também, não se sintam constrangidas. Não tem resposta certa, resposta errada, não tem resposta “ah, é isso que a Susana gostaria de ouvir” ou “é isso que a Susana não gostaria de ouvir”. Não se preocupe quanto a isso, tá, se sintam bem à vontade. Os encontros devem ter a média de uma hora, eu espero terminar antes das 19 aqui com vocês. Nossos encontros vão ser nos dias 21, 22 e 28, tá? Se sintam livre para participar. Se algum dia vocês não puderem participar, ou não puder na segunda, mas posso na terça, não tem problema. Eu lembro vocês que a participação de vocês é gratuita né, não tem remuneração, também não tem nenhum custo para vocês, além de estar presente nos grupos focais. E essa realização das atividades não oferece nenhum risco à saúde de vocês, conforme foi explicado no termo de consentimento livre e esclarecido. Os encontros serão gravadas, mas é para uso meu e do meu orientador, então pode ficar tranquila que o que vocês falarem aqui que não vai ser publicado, é simplesmente para a questão da minha pesquisa, o nome de vocês não vai ser colocado na íntegra, provavelmente vai ser usado nome fantasia, se vocês citarem eventuais pessoas, não vai sair daqui, podem ficar bem tranquilas.

Eu gostaria que você apresentasse rapidamente dizendo o curso de vocês, né, porque acho que algumas não conhecem umas às outras e me conhecem ou conhece alguma das meninas que está aqui pode falar, como a MA disse “eu conhecia teu irmão”. Não se preocupe, não tem problema ou se vocês conhecem uma às outras.

Acho que a MA que eu já falei podia começar então:

MA: Então, eu sou a MAK, eu me formei agora em física e eu acho que não conheço ninguém aqui e eu conheço a Susana porque eu estudei com o irmão dela no ensino médio e a irmã dela me deu aula.

Pesquisadora: Próxima, quem quer se apresentar.

DR: Pode ser eu? Então tá bom DR. Meu nome é DR eu tô no último ano de pedagogia no quarto ano e eu conheço de vista você (a pesquisadora) de algumas vezes no corredor da UEPG.

Próxima, pode ser a GI, que está com a câmera aberta?

GI: Pode, meu nome é GI, tô no último ano de farmácia e não conheço a Susana, mas me interessei pelo tema, acho que é um tema muito importante.

A próxima pode ser a JU, deu uma abridinha na câmera.

JU: Oi pessoal, meu nome é JU, faço Bacharelado em Geografia. Eu conheço a Susana só de vista, eu lembro de algumas ações do DCE, coisas assim e conheço daqui de vista acho que só a JE que eu conheço mesmo que é de química. Oi, JE.

Pesquisadora: Então, como a JU já puxou, JE, quer se apresentar?

JE: Boa noite a todas eu peço desculpa minha voz, que eu tô um pouco doente, mas como a JU disse eu faço Bacharel em Química. A Susana eu não conheço ainda. Conheço a TH também que é do mesmo curso e pelas redes sociais eu conheço a GA Oliveira.

Pesquisadora: Olha que jóia, JE. Legal. Então TH pode se apresentar também e melhora JE.

TH: Boa noite meninas. Eu sou TH, acabei de formar em Licenciatura em Química, minha formatura foi há algumas semanas. Conheço a JE que é minha caloura, conheço a YA também que é do Bacharelado em Química. E eu acho que já te vi Susana pela UEPG, eu lembro do teu rosto andando pelo ônibus do campus ou andando aqui pelo campus, eu lembro do seu rosto desses momentos. Nenhuma menina aqui vendo a foto eu me lembro. Que eu conheço são vocês mesmo.

Pesquisadora: Que jóia, TH, com certeza aí do Uvaranas. YA, quer se apresentar?

YA: Me apresento sim, como a TH falou eu conheço a TH, assim melhor, de vista eu já conhecia a JU, porque ela é da atlética e a JE também. Eu sou do último ano de química tecnológica.

Pesquisadora: Próxima, a YA não puxou ninguém gente, agora vocês tem que se candidatar aí.

EM: Vai eu. Eu me chamo EM, eu sou aluna no quinto ano de Zootecnia e aparentemente eu não conheço ninguém. (risada)

Pesquisadora: Seja bem-vinda EM. Agora vou puxar uma pessoa que eu conheço, DA quer se apresentar?

DA: Oi gente, eu sou a DA. eu conheço Susana do curso de direito. Eu sou acadêmica. Eu acho que eu conheço a Susana e das redes sociais, de vista não conheço ninguém, das redes sociais só acho que a GA.

Pesquisadora: GA então, citada por duas pessoas pelas redes sociais, reconhecida como influencer, pode se apresentar.

GA: Requisitada. Brincadeira. Boa noite meninas, então eu sou a GA Oliveira. Eu Sou formada agora em BACHARELADO EM história. eu conheço Susana de algumas ações, do LAGEDIS. De vista eu conheço bastante gente do Facebook, mas conheço mesmo só a Susana e eu vim agregar na pesquisa, ajudar da melhor maneira possível.

Pesquisadora: Todas se apresentaram? Eu acho que vamos começar. Sejam bem-vindas né quem não conhece ninguém agora já está conhecendo. Fiquem à vontade.

Pesquisadora: O tema do primeiro encontro vai ser especificamente Direitos Humanos, tá? Como eu falei no começo, não precisa responder certo ou errado. E a primeira questão é Não é nem saber o que vocês pensa mas é o que vocês acham que a população em geral pensa quando a gente fala em Direitos Humanos, então o que que vem na cabeça de vocês que a maioria das pessoas falam sobre os Direitos Humanos, o que é direitos humanos, podem considerar mídia, familiares de vocês, às vezes até pessoas que estudam com vocês, de forma Ampla assim tá? O que vocês trazem, o que que o pessoal fala que é Direito Humano?

JU: Geralmente quando a gente começa esse assunto Direitos Humanos acho que o pessoal, a maior parte da população, acho que pensa em coisas muito direcionadas assim: “Uii, coisa de esquerdista, coisa de comunista né”. Creio na minha visão que, não tem a menor noção do que, o que são os direitos humanos, Para que serve tal. Não sou, né, uma entendedora do assunto, mas geralmente o que acontece são essas são as indagações, coisas de comunista, coisa de né gente da esquerda, essas coisas.

Pesquisadora: Eu vi que a TH concordou. TH quer falar um pouquinho?

TH: Eu acho que antes da gente definir o que pode ser um direito humano ou não ela ela é hoje em dia muito puxado para política né a gente já tem essa ideia de

dizer que é da esquerda da direita e quando você fez a pergunta eu a primeira coisa que eu pensei antes de entender, Talvez elaborar uma resposta, do que eu acho que seja direito humano ou para que o que que é dito como direito humano eu lembrei da condição dos dos das das cadeias dos presos que esse tem se comenta muito que aí as vezes você fala que eles têm a condição de estar presente entre os direitos humanos e aí tem gente que defende alguma outra ideia então a primeira relação que eu fiz quando você mencionou sabe mas antes de se pensar em qualquer coisa eu acredito que inicialmente puxando a sardinha para o meu lado a gente tem que pensar em educação né então acho que antes de qualquer outra coisa Talvez possa ter coisas mais essenciais que surgem ali no começo da vida do cidadão antes da educação mas a primeira coisa que eu penso é acesso educação e aí eu acho que a educação é um dos principais.

Pesquisadora: Perfeito, TH, muito bem.

GI: Colocar uma coisa vou falar quando você fez a pergunta e assim na minha visão é uma coisa também também associada a condição da pessoa que a pessoa é um pouquinho mais rica que a pessoa um pouquinho mais pegando a ideia da cadeia, porque às vezes a gente vê as pessoas de pessoas defendendo os direitos humanos do preso mas aí a pessoa para a gente fala que mas ele fez então ele merece tá lá e a gente realmente não sabe que a pessoa tá passando hoje que esse é um assunto que ela colocou da cadeira interessante porque eu já assisti vários programas e eu acho desumano independente do que a pessoa fez e eu acho que é muito sociado aí só que a pessoa fez para merecer passar por aquilo a condição social da pessoa, condição de educação Então acho que é uma coisa meio que atrelada ao social, condição no direito humano.

Pesquisadora: Muito bem GI, mais alguém?

JU: Sempre tem os comentários quando tem foto de Superlotação no presídio alguma coisa de ai se tem 80 é porque cabe 80, mas não não é bem assim eu acho.

Pesquisadora: Verdade JU. A DR que é da Pedagogia, a questão da educação Como que você vê essa questão?

DR: Eu vejo que o conhecimento da população em geral, Meu também, é muito Raso. Que São Direitos Humanos? é as meninas falando ali questão de presidiário né hoje em dia a gente ouve muito que direitos humanos só serve para proteger bandido. Isso é muito errado, que você tem que pensar que isso na educação

da menina que foi mãe adolescente, os direitos humanos para garantir, as crianças que têm vulnerabilidade né. Então a gente conhece Direitos Humanos uma forma muito Rasa, mesmo assim e devido a politicagem, hoje em dia ele é visto de uma maneira muito errada, aí é preciso ser aprofundado muito ainda né para gente tomar uma dimensão né do que são os direitos humanos mesmo.

Pesquisadora: Obrigada, DR. Agora vou jogar bola para DA. A DR falou para aprofundar a questão.

DA: Eu concordo com o que Falaram. Realmente, Direitos Humanos hoje em dia para maior parte da população como sendo algo negativo, não como algo que tá, que serve, né para garantir o mínimo as pessoas como pessoas. Engraçado porque vocês falaram da questão da educação, da questão do preso, e quando a gente pensa em Direitos Humanos atualmente a gente pensa que quem tá lá, cometeu crime, uma adolescente que engravidou na adolescência, elas são menos humanos dos que o restante das outras e por isso ela não precisam desses direitos, isso acaba tendo aquela noção, ah, fez tal crime então ele pode ficar numa cela lotada pode-se pena de morte porque ele é uma pessoa menos humana do que as outras. Então eu acho que a discussão dos Direitos Humanos hoje em dia ela caminha muito para Quais são as condições materiais de as pessoas terem acesso aos direitos humanos né Eu acho que é isso que a gente tem buscado atualmente, criar condições para que as pessoas tenham acesso e que esses direitos sejam efetivados realmente.

Pesquisadora: A GA Colocou no chat, quer falar um pouquinho Ga?

GA: Não, na verdade só que eu ressaltai mesmo, porque acho que um cidadão comum assim, externo da academia, ele pensa muito que os seus direitos é ter um emprego digno, salário, eles pensam muito em uma aposentadoria futura, uma boa alimentação, direito à educação e que nem as meninas já falaram. Mas em questões tipo de liberdade de poder ir e vir, agora atualmente, falar o quê o quê acredita, principalmente, eles já dão um passo atrás. O que é o Direitos Humanos para eles, eles já associam a vida do trabalho né. As meninas falaram na questão dos presos né. Realmente, acreditam que você está lá é porque deve e tem que pagar né mas esquece também das pessoas que roubam para comer por exemplo né. Eu acho que é uma questão bem pesada e as pessoas realmente acreditam né... poucas delas acaba ajudando a pessoa né, mas muitas acredita que roubou... aquela mãe que

roubou uma galinha né para alimentar os filhos, é tem que pagar de algum jeito né, Eu acho isso bem pesado.

Pesquisadora: Perfeito, GA. Mais alguém quer colocar alguma coisa nessa pergunta? Podemos ir pra próxima?

Pesquisadora: Considerando o curso do período escolar de vocês, podem pensar lá desde a creche e ou então na primeira à quarta, na minha época, quinta oitava, no ensino médio, como que foi? Vocês tiveram o contato com Direitos Humanos na escola? E podem considerar graduação também de vocês, é todo período, percurso escolar de vocês. Tiveram contato com direitos humanos e que maneira que foi, como que se foi colocado? “Não tive contato nenhum com essa questão na graduação, nem no médio, nem quando era criança” ou foi “eu tive essa questão no percurso escolar”

Acho que a EM que não falou na última pode falar agora um pouquinho.

EM: Então, assim, questão de Conteúdo Direitos Humanos ou ... eu não tenho muita lembrança assim de conteúdo na na escola, mas como vivência... eu não sei se tá certo mas eu vou por o meu meu exemplo: eu sou portador de necessidade especial , então ao meu ver o meu direito de ir e vir é um pouco mais, eu preciso um pouco mais de ajuda, digamos assim, e ali na graduação, por exemplo, eu vejo que não Eles não têm uma atenção muito grande com isso, tanto que tipo meu bloco não tem acessibilidade nenhuma para descer e eu falei para o meu... meu bloco é completamente novo então dentro dele é uma instalação nova então ele é todo adaptado só que eu até brincava, falei como é que a gente desce lá né, tem que ser de helicóptero para conseguir chegar no bloco. Então eu acho que essa questão mais prática até, a teórica eu não lembro até na escola, mas essa questão prática eu eu pude ver foi isso.

Pesquisadora: Obrigada, mais quem gostaria de falar agora?

GI: No curso de farmácia em si a gente não não é não tem essa abordagem de direito humano. A gente só tem a parte do SUS ali, que o paciente tem direito a medicação gratuita, atendimento gratuito, mas a questão do direito que eu sei não, tanto que não sei e então é só essa questão mesmo de resto a gente não tem nada.

Pesquisadora: E considerando o resto da sua vida escolar?

GI: Não também, não me lembro.

Pesquisadora: A Malu que é da Física, o que tem?

MA Luiza: Eu não lembro, nos anos anteriores, mas em física com certeza não tem. Eu acho que na verdade a física é só focado no curso mesmo, nas matérias assim, não, não tem nada muito fora disso. Nem umas coisas, sei lá, básicas assim, para você falar. Só para dar um exemplo, por exemplo, a questão do feminismo a gente discutiu uma vez em sala, porque algumas alunas mulheres trouxeram à tona. E aí sabe, foi triste assim, foi uma conversa triste e é uma coisa assim, básica né. Não se é falado. Então eu acho que física é um curso muito problemático assim para formar pessoas sabe tipo então nunca foi falado nada nem perto disso.

Pesquisadora: Entendi. Depois a gente volta também na questão de mulher e Direitos humanos também e você pode contribuir mais um pouquinho. A JE que ainda não contribuiu também pode falar um pouquinho?

JE: Eu lembro vagamente, no médio que o professor de Sociologia trouxe aquele livro “presas que menstruam” daí a gente discutiu, mas tipo a gente não pesquisou muito nem a gente só discutiu assim as coisas que a gente sabia na época, é então e é bem forte essa questão do discurso né ai Direitos Humanos para Humanos Direitos a gente ouviu bastante, naquela época não era diferente eu acho que chegava até ser pior. então o que saiu na sala foi comentários horrorosos e assim a experiência na graduação eu me lembro a gente não discutiu em nenhum momento o que eu tenho de experiência mesmo é de curso e de outras universidades que eles oferecem BNCC, produção de material didático e eu já usei uma produção de aula minha, eu queria falar sobre direitos humanos que é um tema transversal né, lá dos parâmetros curriculares, para discutir em aula, então é uma coisa, eu claro que eu não sei, mas eu tentei assim *linkar* aos direitos humanos com políticas de drogas com funções orgânicas né que é a parte da química, então partindo dessa ideia dos direitos humanos das pessoas que usam drogas enfim, mas foi isso mesmo. Na graduação eu não lembro de discutir em algum momento.

Pesquisadora: JE, muito legal mesmo. Parabéns. E essa questão da sociologia foi no médio então que você teve?

JE: Isso, foi com um professor de sociologia no ensino médio.

Pesquisadora: A YA também pode contribuir um pouquinho? A YA é do bacharel em química né?

YA: Isso, eu, no Ensino médio eu lembro, não vou lembrar exatamente qual disciplina eu tive, mas a gente teve, eu tive, três disciplinas que andavam muito juntas



que eram Filosofia, Sociologia e Psicologia, então eu acredito que um pouco por ser um colégio católico então eles batiam bastante nessa tecla, sobre os direitos e sobre várias coisas assim e na graduação, eu fiquei tentando lembrar, a gente, eu não sei como é a grade nova aqui, porque eu sou o último ano, mas no segundo ano e a gente teve uma disciplina, ética e cidadania e, vimos algumas coisas, digamos assim, não é da ementa do curso ter, mas foi mais o professor trazer e por nós mesmos falarmos, porque ele deixava livre os seminários teve muito, sobre os direitos lgbt que na época tinha um tabu bem gigantesco e agora é mais forte ainda e também dentro do nosso curso era um assunto bem delicado, a minha graduação em si eu acredito que teve bastante isso e foi até bastante marcante.

Pesquisadora: Outra perspectiva também né. Mais alguém quer colocar como que foi a trajetória? A TH? Pode falar então.

TH: Acho que, puxando um pouco do que a JE e também YA comentaram, que são da minha área. Eu particularmente não me lembro de nenhuma coisa específica assim desde o início do ensino infantil, Ensino Fundamental, mas eu tenho quase certeza que foi comentado em algum momento também na sociologia no ensino médio. Eu fiz um curso técnico, E por incrível que pareça, apesar de ser ensino técnico, dos quatro anos do curso, os quatro anos eu tive a matéria de sociologia. Então apesar de ter um ano a mais do que o ensino médio normal, algumas matérias eu tinha um pouco menos, outras mais, a sociologia ainda tinha 4 anos e eu acredito que em algum momento foi trabalhado, mas eu não tenho lembrança muito nítida de como foi, o que foi abordagem, Qual a temática específica, mas eu quase tenho certeza que foi assim uma abordagem mais sobre o trabalho né. A questão mais de cidadão ter a condição de trabalho, para tentar talvez adquirir essa essa vantagem maior sobre direitos humanos ou alguma coisa relacionada a isso. Durante a graduação Eu também não não me lembro disso enquanto conteúdo Direitos Humanos ou que essa terminologia Direitos Humanos tenha surgido assim tão explícito em algum momento, mas como a JE fez alguns comentários de trabalhos eu acho que talvez a gente tem alguma oportunidade, falando dentro do meu curso, da licenciatura, é a oportunidade de abranger e trazer uma abordagem nos Direitos Humanos ou qualquer outra que fosse em trabalhos né e atividades que se pode desenvolver principalmente, no nosso caso, durante o estágio. Então assim como ela fez uma atividade relacionada à drogas a química orgânica, eu fiz uma atividade de

um projeto em 2019 sobre alimentação, então não era sobre na ideia né é inicial dos direitos humanos mas ainda assim era Associação à alguma coisa que a gente pode considerar como um direito humano né. Ter um acesso a uma alimentação, enfim. Então acredito que em alguns cursos de repente ou eu não sei o nosso curso ele proporciona ainda essa atividade, você nos casos de projetos né, ou de estágio, você desenvolver uma atividade que você traga uma temática mais abrangente, mais social, para uma disciplina do curso que é totalmente de exatas né, uma área mais aplicada e você consiga fazer esse trabalho mais dinâmico. Então eu acho que ainda é uma abordagem, que tem a liberdade de fazer, assim como ela, já vi outros colegas tentando buscar essa esse *link* né, com atividades e temas mais sociais porque a gente trabalha com a química, um negócio muito aplicado, específico. a gente tenta fazer isso nessa abordagem por conta, trazer né, aquela ideia da química difícil assim a gente sempre tenta buscar nesse sentido Então pode surgir acho que nesse momento sabe, mas não foi trabalhado também durante o curso, acredito que na ideia de que “ah, eles chegaram no curso de graduação, eles já tem que ter essa noção sobre direitos humanos”. Eu imagino que seja muito por isso sabe, se já teve que ter em algum momento seja lá no infantil, ensino médio, enfim, mesmo que uma maneira breve ou por conhecimento teu de você fazer parte da sociedade, tem que entender o que é, E aí você chegar na graduação já entendendo o que é. Então eu imagino que talvez não seja muito explícito, talvez em alguns cursos Mais especificamente por conta disso, “ah, eles já tem essa carga, eles já sabem o que é”, então é tratado assim uma maneira mais pausada né, você busca trazer a tua ideia. Eu imagino que seja isso.

Pesquisadora: Acho que essa questão é importante, às vezes pode não estar na grade, mas se a turma traz né, acaba sendo discutido. E a DA, que fez direito. Na tua vida aí escolar?

DA: Eu acho que eu nunca tive assim que eu lembre a palavra, a frase, o termo Direitos Humanos, como como foi trazido, assim eu não lembro de ter tido, mas com certeza, e na disciplina de humanas né, é igual todas as meninas, eu posso ter ouvido falar. Eu acho que direitos humanos também chegou para mim muito com o movimento Estudantil dos secundaristas no ensino médio, não tinha esse nome, mas já tinha essa natureza de direitos humanos. Aí na UEPG no currículo, que eu estou agora, é uma disciplina obrigatória agora, eu acho que quando você cursava era

optativa né Susana, agora tô tendo agora no quinto ano na graduação. E eu consegui participar de um grupo de pesquisa que não era um grupo de pesquisa na verdade, era um grupo de estudos: a gente se juntava com alunos de vários anos assim para poder discutir direitos humanos e depois competir naquela, aquele evento da UFPR sobre simulação da corte de direitos humanos. Então esse foi o contato assim que eu acho que eu aprendi toda a teoria tradicional e teoria mesmo do que é os Direitos Humanos, da história deles, e como que eles vão sendo construídos e agora eu tô tendo no quinto ano como disciplina obrigatória.

Pesquisadora: Mais alguém?

EM: Eu posso falar mais um pouquinho? Elas falando me abriu abriu os pensamentos. Ali na área das agrárias a gente fala bastante sobre produtor familiar e que ele tem que ter um bom, ele tem que ter conseguir se manter e ter um, como é que eu posso dizer, uma, levar uma vida, não é boa, uma vida digna, digamos assim, porque muita gente vem, tipo, ah tem aquele estereótipo de Agricultura Familiar e não compra carro, tem aquele carro bem antigo, não consegue adquirir as coisas, tipo a gente vem tentando mudar mudar esse esse pensamento.

Pesquisadora: Perfeito, EM, muito importante essa questão. Mais alguma menina?

JU: Na graduação eu tive muito mais contato com direitos humanos, não especificamente direitos humanos, mas matérias relacionadas, por exemplo, geografia cultural social e geografia cultural, a geografia é dividida né, em duas partes, tanto a parte física que é a parte ambiental e a maioria das pessoas conhece, a parte humana que traz essas discussões, então na graduação uma discussão muito maior sobre o tema. Mas eu não me recordo muito assim por exemplo nas minhas séries iniciais, primeira a terceira primeira a quarta série, assim, acho que como a TH falou era bem pincelado assim bem bem o básico assim sabe mas não ensino médio também no técnico eu tive um contato maior porque ele tinha disciplinas que envolviam nessas coisas por exemplo educação ambiental e tal então acabava sendo trazido para gente, mas na graduação Acho que foi o contato maior também, um pouquinho também de contato como a DA falou, no movimento secundarista, partir dali também a gente começa a perceber um pouco mais enxergar um pouco mais as realidades e creio que É isso aí foi isso, foram essas vivências.

Pesquisadora: Obrigada, mais alguém? Vamos para próxima? Então a próxima é uma questão um pouco mais íntima né de vocês como que vocês se percebe, mas eu queria saber se vocês acham que os Direitos Humanos de vocês né partir do que a gente conversou aqui estão garantidos? Vocês consideram que os seus direitos humanos são garantidos? A EM falou né ela não consegue chegar no bloco dela que não têm acesso. Que mais né que vocês percebem? Ou não, que vocês percebem os direitos humanos estão garantidos, “eu tenho todos os bens que eu preciso para viver com dignidade” outra palavra que vocês apresentaram, como que vocês percebem isso?

DA: Posso falar? Nossa é uma pergunta assim, que eu que estudo isso fico pensando meu deus, não acontece, então tipo é um problema né. Eu acho que é exatamente isso que você falou, Direitos Humanos, eu acho que antes de tudo, ok o reconhecimento deles é algo muito importante hoje em dia, importante que eles sejam reconhecidos, que as pessoas pensem os direitos humanos como algo para todos, mas eu acho que eu no momento agora eu não tenho com todas as condições que possibilitem que todos os direitos humanos sejam efetivados e eu reconheço, assim, que apesar de várias coisas, eu sou uma pessoa muito privilegiada, eu tô no curso superior, mas mesmo assim eu sei que eu não tenho condição de efetivar todos os meus direitos, então eu acho que é isso, gente, eu sei que eu tenho, eu sei todas essas coisas, mas mesmo assim eu não consigo me perceber como sujeita de direitos plenos, eu acho que ainda falta bastante.

Pesquisadora: Nesse sentido que eu queria saber mesmo. Mas vamos lá meninas, agora vocês.

JU: Eu também sou uma pessoa muito privilegiada, a primeira da família entrar numa universidade pública, permanecer na universidade. Então esse é um privilégio assim que eu entendo que maioria a imensa maioria das pessoas, não tem e nem todos os meus, apesar de ter vários direitos assegurados, eu acho que não tem todos também daí provavelmente entre também a questão de direitos como mulher, direitos como né como ser humano também, assim, mas principalmente com uma mulher, a gente é muito cortada assim sabe das coisas.

Pesquisadora: Então até aproveitar que JU já colocou essa questão, eu vou aí na última pergunta, tá bom e vocês podem responder as duas juntas, tá? Tem alguma relação entre direitos humanos e direitos das mulheres? Como a JU já

introduziu, vocês podem responder as duas questões juntas né. Se vocês acreditam que os direitos humanos de vocês estão garantidos e se vocês veem alguma relação entre direitos humanos e direitos das mulheres.

GI: Vou pegar o gancho que a JU falou ali, eu também sou uma pessoa privilegiada, mas como mulher, acho que principalmente que o fato de ir e vir não não é respeitado. até semana passada eu comecei a fazer caminhada com meu namorado e a gente teve que parar de ir no mesmo horário porque até a gente se encontrar Eu faço um caminho sozinha e eu falei para ele que não tinha condições de eu ir porque, assim não estava com uma roupa, estava com uma roupa normal, não tinha justifique, obvio, mas que é um inferno, você não pode sair na rua, você não pode olhar para o lado que a pessoa já acha que que você tá dando direito dela falar com você, e e falei para ele não me sinto segura e vou ter que abrir uma coisa que você faz bem para minha saúde porque simplesmente as pessoas não conseguem respeitar o direito de ir e vir de uma mulher. Então acho que principalmente esta questão de direitos das mulheres é uma coisa que parece que a sociedade não consegue entender, uma coisa muito complexa que o respeito é o básico né, então me sinto mais atingida pelo Direito ir e vir como mulher.

MA: Eu queria aproveitar, aquilo que eu tinha falado sobre o curso. Essa questão de ir e vir. É um lugar assim, que você meio que já sente aquela insegurança, antes de sair de casa né, e aí tem os lugares que você vai ficar, que você consideraria que são seguros né, que sei lá, você mesmo sendo mulher, não teria nenhuma diferenciação tecnicamente né, mas é o que eu vejo em alguns cursos aqui, isso não vai acontecer, então. Não aconteceu comigo felizmente, mas uma colega minha foi assediada por um professor e era um professor orientador da iniciação científica dela, então, tipo, uma posição assim que você é colocada que tem o de ser um lugar seguro, um ambiente seguro para você e não é, e a gente acaba mesmo, muitas muitas ações não têm consequências né, então eu acho que isso, isso é uma coisa assim que acaba pesando muito e o que eu vejo, assim, eu fiz curso técnico em mecânica, então a maioria era homem, eu fiz um tempo de automação na UTFPR, e eu fiz física física que tava um pouco mais equilibrado, mas a gente sabe que a maior parte dos físicos são homens também, então eu acho que tem essa questão da pesquisa por exemplo, que você não tem que ser igual aos homens, você tem que ser muito melhor para conseguir a mesma coisa que eles atingiram, então eu acho que por mais que todas

nós de alguma forma sejamos mais privilegiadas né que outras mulheres, a gente ainda tem um caminho bem bem complicado pra seguir.

Pesquisadora: Obrigada, é bem nesse sentido a minha pesquisa e o próximo encontro, lembrando, vai ser sobre violência na universidade. Eu acho que você vai poder trazer esse relato e até outras meninas se quiserem depois compartilhar no próximo encontro situações parecidas com que a Malu colocou, amanhã a gente vai falar bem sobre isso, tá bom? Obrigada! A TH levantou a mão?

TH: Então queria aproveitar puxando obviamente o que todo mundo já comentou nessa questão. Sim sou muito privilegiada em vários termos não mas também não Considero que tenho todos os direitos humanos assim na minha mão para eu utilizar deles né. Então acho que além do direito de ir e vir que acho que é um dos principais quando se fala em mulher no direito da mulher, é uma coisa que me incomoda muito muito muito mesmo é de eu ter o meu lugar de fala assim, eu sou uma pessoa que fala muito muito mesmo e que gosta de falar o que pensa também, assim respeito muito que o outro fala e o outro pensa mas eu gosto de expor o que eu penso também. E aí exemplos dentro da minha família, exemplos não não muito acho que no no meu currículo de amigos, mas principalmente na minha família, muito da minha família me consideram aquela mulher problemática assim aqui vai dar trabalho para o namorado e para o marido sabe? Então por que algumas pessoas em especial os tios por exemplo chegam com algum comentário e eu simplesmente não gosto e aí então eu falo o que eu penso né. E aí sim isso se torna um comentário muito maior dentro da família. Então eu acho que eu não consegui expor a minha ideia, independente se é dentro da minha família ou se é de uma forma mais profissional dentro do meu meu trabalho em algum outro ambiente, que eu eu tenho uma posição ou simplesmente eu quero fazer um comentário e esse não é bem aceito ou é criticado por quê sei lá porque eu sou mulher eu não posso falar eu não posso pensar daquela forma. Isso me incomoda muito muito mesmo e não poder falar se você não concorda comigo tudo bem mas eu tenho direito de falar igual a você independente se você é mulher também ou se você é homem eu acho que é uma coisa que me incomoda muito mesmo não poder falar o que eu acho sabe e eu em vários momentos isso já já me aconteceu então dentro da universidade da família Acho que muita gente já viveu algum alguma situação parecida, tá infelizmente isso ferem os direitos humanos

Pesquisadora: acho que todo mundo aqui já passou um pouquinho por isso né. Agora que a EM, DA e daí a GA.

EM: Então a gente como mulher nas ciências agrárias ali quando a gente vai a campo Você pode falar uma coisa tipo “ah, e se você fizer assim vai ser melhor”, Eles olham com uma cara para você tipo “você não vai dar ordem né, Você é mulher, você não sabe” e tipo vai o outro, um homem, fala a mesma coisa e eles falam o homem que falou, não foi a gente como mulher. Isso é bem recorrente ali no nosso curso.

Pesquisadora: Todas as áreas passam um pouquinho por isso né, a GA agora? Não, a DA, daí GA.

DA: Era sobre isso que eu ia falar porque o curso de direito é um curso de humanas e acho até que tem mais mulheres. Todo dia a gente tem que provar que a gente é melhor ou provar que uma mulher pode ser competente, que uma mulher negra pode ser competente, então é cinco anos que a gente passa ali falando, não só apenas isso, eu sou uma uma boa aluna e algo que a gente precisa provar, assim nossa, eu fico pensando, no curso de exatas e biológicas e de outras ciências, se para gente é difícil imagine para vocês.

Pesquisadora: Pois é. Eu também compartilho desse sentimento. GA, agora?

GA: Então eu acho que atualmente sim agora na visão de mãe o que bate muito para uma mulher é o mercado de trabalho porque para uma mulher já é difícil você arranjar emprego né qualificação, agora você sendo mamãe aquelas famosas perguntas: e com quem você vai deixar o bebê? Com quem o bebê vai ficar? Fora que eu tenho bastante interesse né em continuar na pesquisa ainda e familiares já me barrando, como se tivessem alguma autoridade sobre o que eu devo fazer. Eu acho que a mulher ela já nasce sendo desqualificada, porque aí é muito complicado, mas o que bate para mim que são direitos assim agora que eu sei que vai ser uma barra enfrentar vai ser o mercado de trabalho porque é muito complicado. E em questão de feminismo hoje tem que ter noção que feminismo para mulher branca é uma coisa, agora para mulher negra é totalmente diferente, parece a mesma coisa, mas não é, porque é muito mais pesado. O que elas enfrentam não é nem metade do que uma mulher branca enfrenta, isso a gente sabe no dia a dia.

Pesquisadora: Perfeito, GA. Agora JU.

JU: Pegando um gancho no que é DA falou né, sobre os cursos de humanas e exatas, A geografia é um curso de exatas e naturais ao mesmo tempo, mas assim a gente tende a pensar, eu acho, mais particular, mas que a gente tende a pensar que depois nas humanas acontece menos ou quase nunca acontece, alguma coisa, assim mas não, é muito recorrente. Eu e uma amiga a gente já tipo sofreu assim um assédio moral assim do professor que foi... eu já sofri um assédio sexual de professor e assédio moral também. Era matéria de geografia social e cultural, era uma matéria que trazia exatamente esses assuntos, assim, e o professor, quando eu fiz uma pergunta que eu queria saber a diferença entre um assunto e o outro, ele no ver dele, acho que entendeu que a gente estava desafiando ele, tirando a autoridade dele como professor e tal, e ele é o típico esquerdomacho né, que que fala que que é todo todo para frente todo desajustado com preocupações e tal mas quando quando ele foi confrontado ele simplesmente botou nós duas de exame e eu tenho plena certeza que que gabaritei a prova ele me deu a nota mínima só para passar assim tipo não não não deixou a gente ver a prova não deixou a gente ter acesso a nota, Aí eu cansei de falar, eu não vou né sabendo que eu tenho direito de levar para frente, eu não vou me desgastar, porque eu sei que ele tá saindo eu sei que ele não vai ficar por muito mais tempo, então ainda bem que eu passei e não quero mais ter contato aí obviamente depois vem o que sempre acontece ele vem para pedir desculpa e fala que não foi bem assim né não, vamos vamos ficar tranquilo vamos ficar de boa e é sempre assim que acontece já aconteceu inúmeras vezes.

Pesquisadora: Também é uma coisa que a gente pode compartilhar né? Muitas meninas devem ter passado por isso, essa situação. Lembro, né, que no próximo encontro, nós vamos falar bem sobre isso, então acho que vai ter bastante coisa para gente falar né. Já tô pegando uma prévia Aqui. Vai ter bastante coisa para gente conversar amanhã. Já estamos a quatro minutos das 19 horas né, então acho que vou encerrar hoje. Eu queria agradecer muito muito muito vocês viu? Foi muito legal, acho que tá contribuindo muito para minha pesquisa, é muito bom participar, ouvir vocês. Eu conto com vocês amanhã 18 horas, acho que vai ter algumas meninas que não puderam hoje que podem vir amanhã, tá?

Vocês têm alguma dúvida, querem colocar alguma coisa? Eu vou deixar também um formulário para vocês no *whats*, para vocês colocarem dúvidas sugestões, se querem colocar mais alguma coisa, fazer mais alguma pergunta, que



às vezes não deu tempo de fazer aqui, ou que é uma coisa mais íntima, não quer colocar né. Então daí depois eu coloco lá no grupo para vocês o formulário Google. Mais algumas coisinhas meninas?

JE: Eu só queria comentar que essa questão da maternidade, eu acho que assim é sem sombra de dúvida, o pior, a pior esfera quando você fala de mulheres, principalmente na universidade, porque eu tenho colegas que engravidaram agora, principalmente na pandemia, pessoalmente eu vi que elas ficaram assim muito sem com quem contar nesse momento sabe, acho essa questão da maternidade muito importante.

Pesquisadora: É outra realidade, assim como foi levantado as mulheres negras, mulheres que são mães, as mulheres que são LGBT, cada uma é uma realidade. Como diz a TH, cada uma tem seu lugar de fala e suas especificidades né. Obrigada gente, muito obrigado por vocês trazerem todos esses aspectos. Eu vou deixar também no grupo e aqui para vocês Como uma obrigação mesmo da pesquisa que existem alguns canais de denúncias né quando os direitos humanos são violados: o disque 100, é um canal Nacional; dentro da universidade tem O Núcleo Maria da Penha, que é para atender mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar; tem o NEDDIJ que atende Criança e Adolescente e trabalha com as questões de direitos humanos das crianças e adolescentes, têm a ouvidoria da UEPG para denunciar situações assédio E também tem a PRAE, Pró-Reitoria de assuntos estudantis, vocês também podem procurar para falar sobre essas questões que vocês colocaram né, de violações aos direitos humanos na universidade. Espero que vocês tenham uma boa noite e fiquem bem, espero vocês amanhã, muito muito obrigada. E depois eu vou mandar lá no WhatsApp o formulário para vocês escreverem mais alguma coisinha, tá? Beijo, tchau, boa noite.

## SEGUNDO ENCONTRO

Pesquisadora: Boa noite. Mais uma vez agradeço a participação de cada uma que se disponibilizou a estar aqui hoje. Lembro que a reunião de hoje também será gravada, como foi explicado no termo de consentimento livre esclarecido. Iremos fazer no formato do último encontro em que tratando sobre os Direitos Humanos. Eu peço que quem Não estava ontem no grupo se apresente. Vou colocar a AN para começar,

depois vocês podem ir seguindo. Ontem a gente fez assim: Se você conhecia Alguém do grupo, ou me conhecia, pode falar para a gente sentir assim mais conectada também.

AN: Boa noite meninas, me chamo AN, eu to no último ano de geografia na UEPG. Conheço a Susana, da universidade mesmo, do movimento estudantil, fizemos juntas algumas ações pelo DCE e também foi uma pessoa bacana, mulher muito bacana, que eu tive umas conversas bem interessantes sobre mulheres na universidade, estudantes. Mas daqui também conheço a JU, que faz geografia, bacharelado, parceira de movimento estudantil do DAGLAS, e se eu não me engano eu conheço a MA, acho que eu já conversei com ela, e são as que eu conheço né, dessa reunião. Sobre mim, tenho 21 anos, moro em Uvaranas, no Borsato, estudei em escola pública toda minha trajetória, e entrei na universidade em 2018, então, estou caminhando para concluir o curso e atuar na educação.

Pesquisadora: Perfeito AN, obrigada. A DY que também chegou agora pode se apresentar?

DY: Boa noite, meu nome é DY. Eu acho que aqui do grupo só conheço a MA, que estudei na UTF, tô na UEPG desde 2014, fazendo Agronomia, e agora estou no último ano.

Pesquisadora: Seja-bem-vinda DY. AL?

AL: Oi, boa noite o meu nome é AL. Eu me formei esse mês em serviço social, eu entrei na UEPG em 2017, era para ter informado no passado né, mas me formei esse ano, e eu só conheço a Susana. Eu conheço a AN, por ver assim nos movimentos, por ver nas lutas, mas conhecer só a Susana, que a gente atuou juntas no NUMAPE, no núcleo Maria da Penha, eu fiz estágio lá durante dois anos atuando na violência contra mulher, e é isso pessoal. Obrigada pelo convite, Su.

Pesquisadora: Obrigada você por participar. LI, que também entrou hoje.

LI: Oi, então boa noite meninas, meu nome é LI. Eu me formei em ciências contábeis agora no último dia 11, então saí da UEPG, é a minha segunda graduação, que a primeira eu fiz biologia na UEPG também lá em 2002, aí agora resolvi depois de desse tempo, é, cursar ciências contábeis, então terminei agora. Conheço só a Susana e só por aqui mesmo, porque eu recebi o convite achei interessante a pesquisa e resolvi assim participar, porque é um tema muito interessante e espero poder contribuir da melhor forma possível.

Pesquisadora: Vai contribuir muito, ainda mais com duas experiências nas duas graduações. Então meninas, quem puder deixar a câmera ligada deixa, quem não puder eu entendo. Sejam bem-vindas, fiquem bem à vontade né. Ontem eu falei: não tem resposta certa ou errada, não tem o que eu quero ouvir, tá bom? Pode me perguntar qualquer coisa, perguntar para alguém do grupo, é bem livre a participação.

Pesquisadora: Vou fazer o resumo então de ontem, tá? Ontem a gente fez as apresentações, a gente falou que os direitos humanos são conhecidos muitas vezes de maneira rasa pela população, sendo entendido como uma coisa negativa ou dentro de uma disputa política, como uma coisa de esquerda. Além disso, a gente falou que os direitos humanos são atrelados às condições sociais das pessoas, como a classe social, nível escolar, criminalidade, maternidade, vulnerabilidade social, orientação sexual e outras condições que vocês citaram. A percepção que o grupo teve foi dos Direitos Humanos como Direito, bens, acesso das pessoas né. A gente também conversou sobre como que foi a temática dos Direitos Humanos durante nossa vida escolar, a gente percebeu que a maioria das pessoas não se recorda desse tema durante o ensino fundamental, mas tem algumas meninas que tiveram mais aprofundado em sociologia durante algumas aulas né, também percebemos que durante a graduação em uma disciplina ou outra foi tocado no assunto e ou às vezes foi uma questão da sua vivência particular na universidade. Os temas que foram trabalhados Na graduação Foram o SUS, direito LGBT, feminismo, drogas, ética pessoas com necessidades especiais, entre outros temas que vocês trouxeram. Depois a gente falou, que eu perguntei para vocês né, se o direito humano de vocês estava garantido e a gente percebeu que, infelizmente, apesar da gente ser muito privilegiada, esse direito não está garantido e que isso se intensifica pelo fato da gente ser mulher, e que às vezes não pode falar livremente como foi colocado pela TH, a gente não pode ir e vir com segurança como a GI colocou ontem, às vezes estar no mercado de trabalho e ser mãe é uma coisa que nossos Direitos Humanos não são garantidos, como foi falado pela GA, e que às vezes a gente não consegue nem simplesmente exercer a nossa profissão com a mesma o mesmo Prestígio que um homem exerceria né e todas as outras coisas que várias outras meninas falaram que participaram. E ontem algumas meninas falaram de situações que já passaram, ou vivenciaram na universidade que atingiram os seus direitos e quando situações de violência. Hoje o tema é um pouco mais sério, a gente vai trabalhar sobre violência na

universidade, especificamente na UEPG. Então para começar, um pouco mais amplo né: Vocês percebem situações de violência dentro da Universidade? De que tipos são essas relações violentas ou situações violentas? E pode falar por exemplo se vocês percebem relações entre professor-professor, entre professor-aluno, entre aluno-aluno ou entre servidores. Todas as pessoas que estão na universidade, entre pessoas da comunidade interna da UEPG e fazem parte da UEPG e pessoas que são da comunidade externa. Podem considerar todas as relações, se vocês percebem situações de violência. Quem gostaria de começar? (silêncio)

Pesquisadora: Vou começar puxando a JU falou bastante ontem.

JU: Desculpa, eu sai um pouquinho, eu peguei só o finalzinho da pergunta, você pode repetir por favor?

Pesquisadora: Posso. É se vocês percebem situações violentas dentro da universidade e daí pode incluir relação professor-aluno, aluno-aluno, servidor aluno, pessoas da comunidade com a comunidade externa da UEPG, todas as relações.

JU: Entendi. Sim, eu percebo muitas relações assim que acaba se tornando um pouco violenta, assim certa forma. Geralmente são são situações que a gente tende a não perceber, porque são mais mascaradas assim. Acredito que pegando um ganchinho do que a gente falou ontem, por ser um curso né, voltado para áreas naturais ou até mesmo área humana, a gente acha que talvez não existam essas coisas, mas são muito, são questões muito mascaradas, então por exemplo como eu comentei ontem, a questão do professor né, que ele se ofendeu dentro do ego masculino dele com uma pergunta e resolveu botar duas alunas de exame ou então questões assim de assédio sexual mesmo que eu mesma, eu sofri com professor, professor chegar assim, pegar em mim sem meu consentimento, dentro de uma sala de aula lotado no 1º ano, no primeiro ano, da graduação Então, são questões que inclusive, Quando aconteceu, eu lembro que eu tinha um amigo que, ele até falou assim: “nossa, que exagerado sua reação”, tipo eu confrontei ele né: não encoste em mim, não eu não te dei permissão para você encostar em mim, para você fazer nada e ele veio no final da aula também, numa postura intimidadora: “você vai querer mesmo levar isso para frente? Vai querer mesmo ter problemas no começo do ano?” Eu falei assim: “não, não de jeito nenhum, eu não vou. Para a gente não ter problema é só você não me encostar, respeita meu espaço, respeita eu, e pronto.” Mas, eu penso assim né, se eu não tivesse tido essa postura talvez tivesse sido mais, como é

que eu posso dizer, tivesse sido mais problemático, até para mim, assim, sabe, teria sido mais traumático. Acredito eu que é o que acontece com muitas muitas mulheres. A gente teve questões também de assédio e inclusive estupro dentro do bloco L lá e tal. Então várias questões que a gente vê ao longo da graduação e que a gente chega um momento começa a parar para pensar.

Pesquisadora: Perfeito, JU. Infelizmente é a realidade de muitas vivências na Universidade. Quem gostaria de colocar um pouquinho também sobre isso?

MA: Acho que poderia falar.

Pesquisadora: Pode falar, MA.

MA: É, que como eu já comentei ontem né, comigo não chegou a acontecer assim, assédio sexual, mas rolou com uma amiga minha e tanto que quando ela falou já tinha passado tempo né. E aí a gente ia ter aula com o professor e ela alertou a gente, então todo mundo ficou esperto. A gente falou com os meninos da sala, tipo: “oh, se vocês virem alguma coisa estranha na sala, vocês ajudem também”. Até achei estranho assim, no primeiro dia de aula o professor pediu o WhatsApp de todo mundo, assim, já ficamos meio “opa, vai mandar mensagens para as meninas.” Tanto que essa menina que foi assediada alguns dos assédios foram por WhatsApp, então tipo a gente tem até hoje os *prints* das coisas nojentas que ele falou. Quando ele viu que a menina não ia dar atenção ele desconversou, falou que era brincadeira, coisa do tipo. A gente foi ver de denunciar, só que aí foi aquela coisa, decisão da menina. Eu sei que tem muito esse medo. Ela ia ter aula no ano seguinte com professor né, teoricamente, e não sei como que eles resolveriam isso, se eles proibiram ele de dar aula para turma ou não, se iam passar pano, então ela acabou não denunciando na época, então ficou meio entre a gente. O que deu para fazer foi alertar as meninas mais novas: “oh, esse professor já fez isso e aquilo, então fiquem espertas e se juntem.” Teve outro caso, com um professor aí, não só comigo, mais com alguns alunos, que ele, sei lá, esculachava com os alunos mesmo, sabe. Acho que física já é um curso assim, bem complicado, a galera já desanima muito e parece que eles sentem muito orgulho dos alunos desistirem, parece que o sucesso é ter pouco aluno, sendo que não é bem assim. Então rolou, eu sofro muito com ansiedade, acho que foi em 2019, eu tava muito muito muito mal mesmo, chorando muito, mas eu fui pra aula porque tinha que apresentar trabalho, o professor sorteava alguém, e aí a pessoa fazia a apresentação, então não era todo mundo. E aí antes da aula eu cheguei e falei:

“oh professor, eu não tô legal hoje” e ele fazia umas perguntas tipos para mostrar que você não sabia do assunto, para te esculachar mesmo, então eu sabia que só ia piorar minha situação, do jeito que eu tava, falei: “professor, eu estudei e tal, mas acho que não vou conseguir apresentar, então se eu for sorteada eu posso apresentar na outra aula?” Em nenhum momento eu falei que não queria apresentar, eu só falei “tenho ansiedade, não tô legal.” Aí ele me mandou sentar e aí ele foi lá na frente e fez um discurso dizendo que ele sabia quando os alunos tavam mentindo, isso e aquilo, e meio que era óbvio que ele disse para mim porque era eu que estava conversando com ele, então eu não consegui me segurar e chorei mais né. E aí ele fez o sorteio, felizmente eu não fui sorteada, só que aí o colega que foi sorteado ele esculachou lá na frente, começou a fazer umas perguntas do tipo: o que você quer fazer do teu futuro? Aí esse meu amigo percebeu o que o professor ia fazer e disse que não sabia ainda. Aí ele começou a perguntar se ele tinha outras matérias atrasadas, mas como se ter outras matérias fosse ser burro, como se fosse burro você ter outras matérias, eu nem sei o que isso quer dizer. Aí esse meu amigo depois da aula foi no banheiro, eu acredito que ele foi pra chorar sabe, porque era horrível. A maior parte dos alunos tinham 75% de presença porque a gente não aguentava. Então eu acho que isso é bem complicado. E também uma outra questão que eu senti muito na UEPG, assim, para mim o último ano foi terrível, tanto que eu eu não quis continuar mestrado lá, eu agora tô em São Paulo, eu não ia conseguir continuar na UEPG, a UEPG já virou um monstro para mim, eu não me sinto bem. Outra coisa que aconteceu assim que eu senti que escondem muito foi esse estupro do bloco L, que as meninas da geografia fizeram vários cartazes e espalharam, e aí depois acabaram tirando e foi uma coisa meio maquiada assim, então, eu sinto muito que a UEPG é isso, ela não dá muita voz para o que tá acontecendo, aconteceu com o professor eles tentam colocar embaixo dos panos. Então isso acaba não fazendo com que as pessoas denunciem, assim porque você não vê resultado das denúncias. Então essa foi a percepção que eu tive, sabe, eu conheço outras pessoas que vão fazer mestrado em qualquer lugar, mas não vão continuar na UEPG. Essa é a percepção que eu tenho.

Pesquisadora: Entendo, MA. Infelizmente essa situação né. Uma pergunta, assim, a maioria das meninas aqui estudou no Uvaranas, né? Rapidinho só, vocês sentem que o Uvaranas é mais violento do que o Centro? Podem acenar só. (Confirmação por parte das meninas). Muitos relatos que a gente vê de que as vezes

o Uvaranas é mais violento que o Centro. As meninas estão no centro né, a LI fez Ciências Contábeis, a AL fez serviço social, vocês vêm que o centro é violento? Vocês também têm essa percepção? Como que é para vocês?

AL: Então, não sei se eu posso juntar, com meu relato, mas eu não posso falar sobre o campus de Uvaranas né, porque não era parte da minha realidade mas, realmente, as maiores notícias, o que falavam realmente acontecia mais em Uvaranas, pelo que eu via, só que no centro também não não fica de fora porque eu já presenciei assim diversas situações de violência, dentro da minha sala, nos corredores, em outros blocos. Eu lembro do meu primeiro primeiro ano de faculdade, teve uma professora que perseguia muito um um homem na minha sala porque ele já tinha uma graduação. Então, quando você chega no primeiro ano você nem argumenta tanto né, você fica mais retraído, você não sabe o que tá falando, você só tá lá para ouvir basicamente, e ele como ele já tinha uma trajetória, ele tinha muitos argumentos, ele rebatia o que falavam, vamos dizer assim, ele queria assim gerar uma discussão na sala de aula, e aquela professora não gostava daquilo e eu lembro que a turma até teve que se reunir e chamar departamento, chamar reunião, porque aquele aluno já não tava nem assistindo mais aquelas aulas, porque a professora toda vez que ele levantava a mão ela falava: “que você vai falar agora?” Ela ficava reclamando assim, foi bem bem marcante por eu estar no primeiro ano da minha graduação, no primeiro ano. Eu lembro também de assédio que eu já sofri também dos alunos. Eu lembro que tinha um corredor assim que eu sabia que em tal horário, no horário do intervalo, a gente não podia passar, porque eu sabia que ia ser ruim, que eu iam me olhar, que iam mexer, já chegaram a passar a mão uma vez. Então assim foi bem problemático, e também teve uma situação que não foi exatamente por alguém da UEPG que eu mesma passei né, para poder falar, mas que foi uma situação de violação da minha segurança, digamos assim, dentro da UEPG, eu tava participando das reuniões do projeto Rondon, no meu último ano de faculdade para mim, eu lembro que as reuniões que eles faziam eram bem a noite e foi numa época que as aulas não tinham começado ainda então a UEPG ela ficava, ela estava bem vazia, só ia quem precisa fazer alguma coisa específica lá, e eu lembro que eu tava saindo de uma reunião e daí eu precisava chamar um Uber para ir para casa e daí antes disso passei no banheiro fui no banheiro do corredor de serviço social mesmo que é perto do ambulatório e não tinha ninguém assim, as luzes já estava meio

apagada, e um homem entrou no banheiro, ele deu um grito assim muito alto, e estava só eu sozinha. Lembro que tinha uma moça no ambulatório, mas na hora ela não tava mais, e ele entrou e começou a gritar umas coisas que eu não tinha entendido, ele chutou a porta do banheiro que eu tava. Eu fiquei completamente muda, eu não tive reação nenhuma, eu só fiquei assim tentando com toda força do mundo segurar aquela porta, para não abrir, porque as travas ela já nem funcionavam, as travas do banheiro da UEPG, e eu lembro que ele chutou a porta e gritou e daí quando ele viu que não conseguiu, só que ele não falava nada com nada, então, eu não sei, se ele tava sob o efeito de alguma coisa, não posso falar né, mas eu lembro que foi bem complicado. Assim que eu saí do banheiro, eu esperei um tempão, assim para conseguir sair do banheiro, quando ele viu que a porta dele não conseguia abrir ele saiu correndo, não sei para onde foi, não tinha ninguém que podia falar se viu ele, não viu ele. Foi uma situação bem complicada, então por alguns relatos de violência, de violação de direito que eu vi assim, durante minha vivência na UEPG, mas o que eu mais via realmente era questão de assédio, assim muito assédio lá dentro, era bem complicado assim.

Pesquisadora: Na hora que você falou do corredor, eu lembrei também exatamente desse corredor e como que era ter que evitar. LI, quer falar um pouquinho de como que é a experiência do centro também?

LI: Então, é o que o vi, assim mais, presenciava, porque, geralmente eu chegava muito bem na hora de começar a aula e ficava, não ficava assim andando muito pelo pelo pelo Campus né, pela área Central. Mas o que houve assim principalmente em sala de aula dos professores de de contábeis, principalmente os mais antigos, tinha um professor que ele acabou se aposentando até, mas sabe, ele fazia umas piadas assim muito machista, assim que deixava as meninas da turma muito constrangida, e isso era uma situação que realmente, foi no primeiro ano, Me incomodava muito, aí até eu cheguei a comentar com os professores que eram o coordenador do colegiado, e é sempre, é como as meninas comentaram, eles passam a mão lá “não, ele já tá se aposentando, aí ele sempre foi assim” então sempre a mesma desculpa. E quando a MA ali, comentou, que acho que ela é da física né, ela me lembrou porque minha irmã fez física lá também, em 2002 ela se formou e são os mesmos professores, que tão lá no trabalho ainda. E ela, essa mesma situação assim, dela ela e a amiga dela tá no mestrado e esse professor, um professor lá, chegar, até



esses dias a gente tava comentando sobre isso, e esculachar ela, perguntar o que que ela tava fazendo ali, que ela não sabia nada. Tanto que ela chegou a desistir do mestrado, realmente a minha irmã ela fez a maior parte, mas também chegou no final ela não aguento, mais por causa desse tipo de pressão, dele serem extremamente machistas, eles acharem que as mulheres não podiam estar ali, que elas são inferiores, assim, que não tem uma capacidade intelectual para fazer esse tipo de curso, que realmente é um curso muito puxado, assim, a gente admira quem gosta, mas é que a gente vê que ali o machismo é assim, é uma coisa sem fundamento, eles eles se aproveitam disso, eles acham que as mulheres não podem fazer física, não pode ser, e se a mulher se destaca ali, para eles é como se fosse uma ofensa pessoal, assim, que não pode, você não, “você não tem esse direito de ser melhor que eu”. Tanto que aquele caso também, é, assim, que eles fazem as mesmas, os mesmos trabalhos, muitas vezes, o homem tira nota maior, o trabalho de vocês está igual, mas ele é homem, eles tem essa na cabeça deles uma supremacia, isso é desde o tempo de 1999, 1997, quando a gente tava lá. E que eu vi o que é minha irmã passava por causa disso, de não, vocês não deveriam estar aqui, isso era tanto que ela chegou no final, assim, ela desistiu, ela falou assim: “não, não quero mais” Porque a atenção era dado muito mais para os meninos do que para ela e ela daí também foi trilhar outros caminhos. Mas quando você falou, me remeteu aquela época, o que a minha amiga passou com determinado professor que tem, um que era assim, que tá na UEPG ainda, que era assim, ele falou coisas muito pesadas para ela. Então, esse tipo de violência era desde aquele tempo e também eu percebi, mais assim na primeira graduação, era diferente quando a gente é mais novo, você tem muito medo de responder tudo, que o professor vai te perseguir, mas depois, quando você tem uma certa maturidade, que por exemplo nessa segunda graduação eu entrei com 37 anos, então eu já tinha uma experiência de vida muito maior, já sabia que não tem Lógica, que eles usam o poder da caneta né, te ameaçar que “ah não, que vai reprovar” mas agora eu vejo que eu conseguia me impor mais, mas eu via também que os professores, assim, com as mais novas, as alunas mais novas, eles assediavam, ficavam com aquelas brincadeirinhas, assim, de teor sexual, de assédio mesmo. Mas as meninas estavam, a gente percebia, assim, que algumas, a maioria delas, achavam que era brincadeira, mas não elas, assim, ainda não tava com aquela maturidade de perceber que aquilo realmente é uma agressão, que eles estão invadindo o teu espaço

como mulher principalmente, e, assim, piadas machistas, piadas homofóbicas. Isso que a gente mais vê, então, que que mais vê e mesmo assim, defendendo, Eu lembro que esse mesmo professor que fazia essas piadinhas bem machistas, que se aposentou no primeiro ano, ele falava um pouco assim sobre a ditadura, sobre coisa assim, ele falava assim “não, mas quem não tinha problema, quem andava na linha, não tinha problema nenhum, né época da ditadura”. Então Era umas coisas assim, eu pensava “meu Deus, que mundo é esse?” Ele só tinha filhas, então, ele não tinha filhos homens, ele falava assim, que assim, “minha filha só dá problema, eu já troquei de mulher três vezes, aí, porque eu tenho não sei quantas sogra, já tive não sei quantas sogras” sabe, assim? Era uma coisa desnecessária. Então, esse tipo de coisa assim, que o que eu percebi a mais, mas realmente, que as meninas e os meninos, principal, e daí a gente tinha tinha um menino gay só na nossa turma, e mesmo assim as piadas eram constantes, e ele, a gente falava comentava com os coordenadores, mas é aquele caso de sempre, eles Passarem pano, sempre acharem que não é, “mas será que foi assim mesmo?” E não levava muito em consideração, ainda mais por um curso que a maior parte dos professores são homens, então isso também dificulta bastante, mas é essa questão.

Pesquisadora: Isso da maior parte dos professores serem homens é uma coisa que bastante gente sente né, quando está na graduação. A DY que é da Agronomia, acho que a maioria dos professores também são homens né? Gostaria de falar um pouquinho?

DY: Posso falar. Eu não me lembro de alguma colega minha ter sido assediada por algum professor, pra fazer esse relato. O que acontecia por ser a maioria dos colegas serem meninos e a maioria dos professores serem homens, alguns professores fazem algumas piadinhas, tem um professor que ele fala algumas coisas assim, não assediando as meninas, mas conversando com os meninos durante a aula, mas era coisa assim falta de respeito, você não fala esse tipo de coisa quando tem mulher. Mas, quando eu entrei no curso, a gente entrou em 10 meninas e hoje em dia tem bem mais meninas, então agora na agronomia, tá entrando mais meninas, a maioria dos professores acha isso interessante, é uma área que tá mudando muito. Então, eu não acho, não vejo muito de machismo, porque só podem contratar meninos, tem muita gente que fala que é difícil pra agrônoma no mercado de trabalho, mas não tem muito isso não, tem bastante menina trabalhando nos laboratórios. A

questão da violência no campus é a questão de assalto, mesmo com a polícia lá, não tem influência nenhuma. Acho que é isso.

Pesquisadora: Perfeito, DY. Eu vou ler alguns casos que eu vou colocar na dissertação como exemplos, e que citam algumas coisas que vocês passaram, né. Então vou ler os casos e depois vocês comentam sobre eles, tá? Então, primeiro caso a tentativa de assalto no Campus Uvaranas, que deixou um estudante peruano intercambista baleado, em maio de 2017. A reportagem afirma que desde o começo do ano de 2017 já haviam acontecido 6 assaltos na Universidade, próximo do que a DY falou. O caso dois Em agosto de 2017, também ocorreu a denúncia por parte de algumas estudantes, que afirmaram estar sofrendo importunações sexuais nos banheiros do Campus Central por um homem que não foi reconhecido, então talvez se assemelha àquilo que a AL falou. Em 2018, a universidade foi palco da divulgação de um vídeo de violência doméstica, em que um professor da graduação de educação física da instituição (POLÍCIA, 2018) agride sua esposa e filma sua agressão. As estudantes do curso pediram o afastamento do mesmo de suas atividades, pois ficaram com medo de ter aula com o professor. Como a agressão não ocorreu no ambiente universitário, a universidade informou à imprensa local que não poderia atuar até receber uma reclamação formal por parte das estudantes. Em abril do mesmo ano a aluna da UEPG, Nathalia Deen, foi vítima de feminicídio. O autor também era um acadêmico da universidade. Ao fim da execução contra a ex-namorada, o acadêmico se dirigiu ao campus de Uvaranas e tentou se suicidar. Em 2019, foi encontrado dentro da universidade uma carta anônima com ameaças a Universidade, prometendo o assassinato em série dos estudantes. Em 2020, o Centro Acadêmico de Agronomia da UEPG se posicionou contrário às provocações homofóbicas entre os cursos de agronomia e odontologia, envolvendo principalmente os calouros dos cursos. 34: 06 minutos. Então essas são algumas notícias que envolvem as violências diversas que a universidade presencia e enfrenta. Aí eu queria que, continuando aquela primeira pergunta que eu fiz, e vocês comentando né, qual o posicionamento de vocês sobre isso? Eu sei que o tema é mais pesado hoje né, e que às vezes mexe com a gente também, mas queria saber um pouco de vocês.

EM: Já foi citada anteriormente, que a UEPG encoberta muita coisa errada, assim, por exemplo, o professor, as minhas veteranas, que quando eu entrei, elas tavam tentando tirar um professor, ele é até da agronomia, que teve um problema com

ele, chegou chegou até o reitor a reclamação, e daí não foi mais para frente, porque falaram que era protegido do reitor, tá, e ele continua dando aula lá. E eu tinha outro professor que ele, dava, eu acho que ele é da ciências biológicas, ele dava genética, ele ele ele esculachou bastante a gente porque, no segundo ano, matéria difícil, e ele falava assim “não adianta você reclamar de mim porque eu só perco meu concurso se eu matar alguém e deixar o corpo atrás da porta” né, para ver como a UEPG não não colabora com os alunos. e até a minha Coordenação, a gente até fala entre entre a turma, que a coordenação em vez de servir ajudar os alunos, serve pros próprios professores, Porque qualquer coisa que a gente pede para coordenação, ela não ajuda em nada, mais trabalha. é complicado essa situação, e tem no meu bloco, tem bastante professores, que faz assédio moral, né nossa! Que xinga a gente, fala vocês são burros” como é que vocês chegaram aqui? Você não sabe fazer uma conta! e só esculachava a gente. E daí, para coordenação, inclusive uma professora que faz isso é a coordenadora do meu curso. Então, pior que a gente não consegue levar para frente e daí a minha turma, ela é a maior que da história no curso, não e, assim, a gente achava que ia ter uma colaboração maior, pois parece que eles fazem de tudo para desistir os alunos e ficar pequena a turma, é complicado.

Pesquisadora: Mas é importante o relato, lembro vocês que não tem problema para acabar hein falando nome de alguém eu com professor tá pode ficar tranquila que é sigiloso o uso do material é apenas meu e do meu orientador AN que tá um pouco quietinha hoje quer falar alguma coisa?

AN: Esse anos que eu tive ali no campus e pensando no campus mesmo é um lugar bem perigoso tanto quanto para os alunos em geral em questão de assalto, quanto para as alunas. O que aconteceu com uma aluna da licenciatura que fugiu de uma violência sexual e só conseguiu se salvar porque se prendeu no banheiro me fez pensar, foi o que me fez pensar o quanto o campus, a UEPG em si tem 50 anos, e nesses 50 anos aí 40, sei lá, 45 anos dela, foi um campus, não sei se já existia o campus uvaranas, é um espaço que não era pensado para todas as pessoas e quanta coisa pode ter acontecido e não ter sido denunciado porque o campus o espaço físico dele que eu me refiro é um lugar sem uma manutenção, sem iluminação, sem uma infraestrutura pros alunos do noturno então demonstrava que eles não tinham essa preocupação com a segurança e com a segurança das alunas e precisou chegar ao extrema de violencia, de desespero, para que eles colocassem alguns postes, que

não são suficientes e hoje, pelo que acompanho das notícias, eles estão melhorando um pouco a estrutura, mas assim, visto o tempo que já existe a universidade, as outras reitorias nem se deram o tempo de pensar sobre isso. E muitas vezes essas discussões ficavam entre os alunos a questão de ser assaltada mas é algo que era responsabilidade da universidade e buscar mais recursos e pensar numa iluminação e numa infraestrutura melhor, não recorrer a outras forças, mas era um problema de infraestrutura. E como foi falado, a questão de colocar panos quentes, eu não me recordo da menina de geografia que sofreu violência eu não me recordo da UEPG dar assistência para ela, eu me recordo dela contar que teve uma assistência psicológica, mas depois eu percebi que o rendimento dela caiu muito no curso, ela não faz mais o curso e então são questões de que a UEPG tem suas responsabilidades, mas se ausenta e só quando chega ao extremo mesmo que ela buscou alguma coisa. Hoje a gente tem alguns recursos, de ouvidoria de alunos, e tudo mais, mas assim, é tarde, ela tá se preocupando tarde. A gente fica um pouco feliz que tá pensando, mas é tarde, em comparação de outras universidades é mais adiantado em relação ao discurso. Mas, porém, eu penso no contexto que ela está inserida, na Ponta Grossa, bem atrasada, para não dizer outras coisas, bem conservadora. Mas é como as meninas já falaram, questão de assédio e violência que faz parte do cotidiano e não tem assim uma desenvoltura da universidade para pensar isso de maneira mais responsável.

Pesquisadora: AN, você falou uma frase né, que parece que a UEPG não pensou em algumas pessoas, algumas pessoas, na segurança das pessoas, e tudo mais. Vocês acham que algumas pessoas da Universidade sofrem mais violência do que outras pessoas, como a AN colocou a questão das pessoas que estudam no noturno, vocês têm mais alguma coisa que você gostaria de pontuar sobre essa questão né, quem sofre mais violência?

TH: Eu gostaria de falar. Concordo plenamente sobre o pessoal do noturno, eu fiz o curso todo no noturno, e principalmente, o que todo mundo já comentou, sobre assédio, eu já sofri assédio do professor, dentro de sala, fazendo prova, eu já soube de amigas de outros cursos que tavam no laboratório fazendo pesquisa, iniciação científica, e o orientador passou na porta e tirou foto sem pedir permissão e escutou risadinha depois em comentário com outros professores. E aí sobre o sobre a questão dos assaltos que teve, logo depois desse assalto que a Susana comentou, que tem

2017, que foi com peruano, se eu não me engano, então, foi uns dias depois, a universidade toda tava tava nessa nessa preocupação, todo mundo com medo, e aí eu lá no curso noturno né, à noite, voltava sozinha ou com mais algumas amigas para pegar o ônibus e voltar para casa, aconteceu um fato que até hoje a gente não entendeu direito, se a gente acabou, a gente percebeu, se não era nada, mas a gente ficou morrendo de medo. A gente saiu super tarde da aula porque tinha uma professora, talvez alguma coisa que eu falar que a JE, como é do mesmo curso, possa entender, possa já ter comentado, ela saber mesmo, que eu tô falando. Mas tinha uma professora, Em certo dia da semana, tinha que assistir aula experimental e as aulas sempre se estendia um pouco mais do horário de sempre, então muitas das vezes a gente saia já tava a UEPG inteira vazia, as portas dos blocos quase todas fechadas, a gente tinha que procurar onde tava aberto para poder sair de dentro do bloco, aquela falta de iluminação que as meninas também já comentaram, depois disso que começou a ser pensada né, e hoje em dia tem um pouco mais de luzes, principalmente no bloco L, que era onde os laboratórios laboratório de química, eu tinha a maior parte das atividades da noite, e aí a gente estava no ponto de ônibus do bloco L, Justamente que era mais vazio e mais escuro, a gente desceu até a central de salas de aula, ainda era um pouco mais iluminado, apesar de tudo, ainda mais movimentado, para pegar o ônibus. Já não tinha muita gente, tinha, acho, que mais um casal e umas três pessoas eu e uma amiga, a gente sentou e o ônibus tava demorando. E aí eu lembro de estar de pé conversando com ela e as duas estavam sentadas no banco e assim eu tava de frente para elas, de costas para rua né, e atrás do ponto tem, eu acho que todo mundo que já passou pelo Campus aqui viu, eles têm as tem espaço entre a parede atrás do ponto de ônibus, como eu tava de pé, eu tinha visão da parte de trás do ponto e eu vi uma pessoa, um homem, passando, ele veio passando e ele não parecia acadêmico, não parecia aluno, não sei quem era, não tinha mochila, enfim era uma pessoa passando por ali até então e ele passou atrás da gente e eu desconfiei e eu lembro dele e de parar de falar com elas no momento, elas ficaram conversando e elas só conseguiram olhar depois perguntar porque eu tinha parado de falar, porque eu não estava interagindo, e eu comecei a olhar, acompanhar meio de longe, aquela pessoa andando atrás da gente e de repente ele passou e eu vi que ele não andou adianta, eu olhei para onde ele deveria estar passando né, Se ele tivesse continuado andando e eu vi, eu não vi ele, aí eu imaginei “Esse o homem tá parado aqui atrás da

gente e Poxa a gente tá aqui diz preparada né”. E aí eu só lembro de olhar para elas e falar “Gente, tem uma pessoa que atrás” o pessoal que tava do lado escutou, ficou assustado, e todo mundo começou a correr e isso o moço saiu. Eu acho que ele era alguém com alguma intenção, ele percebeu e ele saiu andando disfarçando e todo mundo correu, as minhas amigas, pessoal que estava do lado, ninguém tinha entendido exatamente o que tava acontecendo. Eu não sei se é exatamente era para ter acontecido alguma coisa, mas eu vi que aquela pessoa tava meio suspeito, e a única pessoa que tentou, que tava ali mais próximo para tentar ajudar, caso realmente tivesse acontecido, era um segurança, tava numa daquelas guaritas que tem próximo dos pontos de ônibus e muito tempo depois que a gente já tinha corrido, não tava longe ele saiu e perguntou o que tinha acontecido e aí a gente viu que aquele moço tinha se distanciado já um pouco né e não tinha ido fazer um alarme maior, porque não tinha certeza realmente daquilo, mas foi para mim, eu tomei um susto na hora, porque realmente entendi que ele tava parado atrás do ponto tentando, e Sei lá, talvez, alguma alguma coisa. Ninguém tinha visto para ele, nem, sabe que todo mundo distraído, então a gente tentou apaziguar: “não, acho que não é nada, acho que não é nada” e no fim acho que aquele moço foi. Logo o ônibus veio, graças a Deus. Mas foi um caso assim, que foi logo depois desse evento, mas teve mais discussão né sobre assalto e aí assédio. Nossa várias vezes, e outras pessoas, rumores no próprio curso de outros professores. Inclusive, eu não cheguei a conhecer assim, ter aula porque, outras turmas sofreram mais e conseguimos tirar esse professor específico do curso, ele é do departamento, ele é específico. Professor Bem antigo e com uma fama grande, não sei o quê, mas por conta de alguns assédios Moraes, algumas atitudes em sala de aula, de abuso de autoridade, coisas relacionadas ao pessoal, conseguiram tirar ele do curso e aí eu não tive contato com ele, mas ainda ele tem uma certa Fama sobre as outras coisas, que ele ainda dá aula. Então concordo com que elas comentaram, principalmente à noite, eu vivi bastante disso, mas acho que teve muitas coisas que aconteceram, quantas vezes eu poderia estar dentro da sala tinha alguma coisa acontecendo do lado de fora né. Esse episódio da carta, o dia que aconteceu eu tinha aula, acho que foi no meu segundo ano, em 2018, eu lembro de sair para ir no banheiro, no intervalo, e tava uma muvuca de gente próximo do banheiro da Manarin, todo mundo falava disso todo mundo, assustado, assim tinha gente falando que queria ir embora. Então, infelizmente, acho que sim, A UEPG passa

pano para muitas coisas, e aí lógico quando é o caso do professor, é o caso de um assédio, principalmente né, o professor tá sempre aposentando, o professor já é antigo ali, naquele trabalho, departamento, então, mesmo que você leve para frente, você faz uma uma reclamação, você vai perder tempo, você vai gastar e foi o que aconteceu com o caso da minha turma e algumas amigas, o professor se aposentou no próprio ano que aconteceu os casos. Mas a gente ouve até hoje, quem teve aula com ele, quem conheceu ele, que ele assediava as meninas, ele olhava, ele não, sabe, ele nunca chegou a passar a mão, ou fazer alguma coisa além, mas era difícil, se a gente vai ter que ir na sala dele pedir uma correção de prova, ou, ele era muito prestativo, assim de forma geral era uma pessoa muito bacana de outros termos, e ele sempre ajudava, era um bom professor, inclusive explicava bem e ele sempre oferecia ajuda na sala dele, independente se você era mulher. Mas assim, e a gente, meninas, a gente buscava sempre um acompanhante, de preferência um menino da nossa turma, que gostaria também de fazer a revisão da prova, tirar dúvida para acompanhar a gente, para ir junto. Se a gente tava sozinha, ou tava só outras meninas para ir na sala dele, ou fazer algum comentário de falar com ele, a gente tentava não entrar na sala, a gente pedia para falar na porta com ele, para ele não fechar a porta. Quando tinha outras pessoas me sentia mais à vontade para entrar, mas quando a gente saía era aquela sensação de uma pessoa tá te olhando e aí se você virasse para trás ele ia tá te olhando de cima a baixo e não era muito bom. Então essas coisas eu não sei se já chegou até uma reclamação mais à frente, desse professor específico, mas infelizmente muitas coisas acho que, principalmente isso de assédio, coisa de professora e aluno e aluna, é isso, e fica muito passado o pano. A questão de alunos de cursos noturnos, a infraestrutura, eu acho que hoje tá um pouquinho melhor, pessoalmente, no bloco L, que é onde eu tive mais contato, alguns outros blocos inclusive até hoje eu nunca nem fui, não sei como é direito, mas foi um pouquinho melhorado assim iluminação, mas ainda assim se anda com medo né, agora desde do ano passado, desde março do ano passado, eu não vou para aí, não tem mais até o momento que andar à noite, era, a gente tinha medo, a gente saia em grupinhos, as professoras saiam com a gente, às vezes elas davam carona. Essa professora que eu comentei que a gente tinha atividade experimental às vezes se estendia um pouquinho do horário, tinha um laboratorista que ficava acompanhando a aula né, E ela sempre pedia para ele, se a gente era as últimas, ela eu mais algum amigo,



quantos alunos ficaram para sair por último, ela sempre pedia para ele acompanhar a gente né, os alunos até o ponto de ônibus ou se se ela fosse dar uma carona, que eu já peguei carona com ela algumas vezes, para ele acompanhar a gente até o estacionamento, então a professora mesmo ficava ficava com medo, sabe? a pessoa que enfim, já tá lá mais tempo, e sei lá qual que era o motivo que possa parecer que ela não deveria ter tanto medo, mas ela tava apavorada sempre.

Pesquisadora: AL levantou a mão. Meninas, a gente tinha marcado até às 19 horas, se vocês tiverem mais um tempinho para a gente concluir, né? Não sei se tem, mais 15 minutinhos só pra gente concluir? Tá bom, obrigado. Se alguém precisar sair não tem problema, tá bom? AL, pode falar, depois a gente passa para próxima.

AL: Fazer um comentário rápido então, que foi o que eu consegui notar pelo que todo mundo falou né, que eu vejo que o maior problema mesmo assim independente de Campos, independente do seu curso, é isso, a UEPG ela vai passar pano e arquivar as coisas né. Esse caso, por exemplo, do moço que chutou a porta do banheiro que eu tava, tudo mais, eu fui até o reitor, pedir as câmeras, e falei assim, eu cheguei louca lá no dia seguinte: “eu quero a câmera, eu quero ver quem que era”, eu falei “como que isso passa assim despercebido?” E ele falou para mim que ele ia analisar a causa, que ele entrava em contato, aí nisso a secretária dele me ligou depois de um tempo falando que as câmeras eram apagadas depois de 48 horas, que eles não tinham. Eu não sei se é verdade, né. Foi que me falaram, que depois de 48 Horas, não tinha mais registro daquilo. Eu falei, “pois, é, vocês demoraram mais de 48 horas para me dar um retorno, senão isso poderia ter sido diferente né” e vários casos também dentro do departamento. A gente vê alguma perseguição de alguma professora, professora por algum aluno, e elas falaram assim: “desculpa, mas eu não posso fazer nada, ela é minha amiga”. Eu sei que tem muito isso né. “Que se eu falar alguma coisa, a tua situação pode piorar” ou a gente vai fazer alguma reclamação e fala que “você quer entrar um dia no mestrado? Então você vai ter que ficar quieta, porque a professora ta no mestrado” então, tipo, é muito muito pano aqui, com muita coisa e quando a gente tenta ter voz a você é silenciada, assim de alguma forma.

Pesquisadora: Obrigada. A MA pode falar.

MA: Então, eu lembrei, eu queria falar uma coisa, aí lembrei de falar mais uma quando a AL falou. A primeira é que esse caso, daquele professor de educação física, que agride a mulher, eu acho que foi muito pesado, principalmente porque não

aconteceu nada com ele aí você como a UEPG passa pano, que é terrível. Aí eu lembro que na época que se comentou que os alguns fizeram um abaixo assinado aí depois eu não vi mais nada sobre, então aí eu vi que a UEPG só tipo coloca embaixo dos panos. E outra coisa que aconteceu comigo foi abrir um processo por um professor que fez uma prova, que ele fez, que a gente falou: “essa prova que você fez, você colocou coisa que nem foi passado em sala, reveja o que foi feito”. E aí o professor não quis rever nossas notas e tal e aí a gente acionou o colegiado, foi acionado o colegiado e aí tanto eu, quanto meu colega e esse professor falaram com o colegiado, separadamente, aí eu joguei tudo, aí teve um professor falou assim: “se vocês falarem com outros colegas e eles testemunharem que ele de fato não passou isso em sala”, aí a gente falou com nossos colegas, todos eles foram na UEPG conversar, ou mandaram e-mail, entraram em contato e mesmo com todos os alunos entrando em contato eles passaram pano pro professor e não deram, não foi favorável aos alunos, e a gente percebe que era muito assim porque a gente era aluno e ia sair logo e um professor é um colega que vai conviver por muitos anos, então eles passaram pano pra ele, tanto que eu soube que depois esse professor tava fazendo tudo certo, como a gente falou que ele tava fazendo errado, então de fato ele percebeu que a forma como ele tava fazendo em sala não tava correta. Então é um negócio absurdo, todos os alunos falarem que está errado e não, “nós não vamos fazer nada”. Então foi bem complicado.

Pesquisadora: JE, que estava quietinha, quer comentar alguma coisa? Eu lembro bem desse caso da Educação Física, MA, que eu também fiquei bem chateada na época.

JE: Então, é assim, todas as coisas que as meninas falaram acontecem. Acredito que aconteça na maioria dos cursos. Mas principalmente, a MA de física, não sei se é a mesma pessoa, mas tem um professor de iniciação a docência que ele cometia assédio sexual contra as meninas, não só eu, outras meninas, mas as meninas não denunciaram, ele não é mais coordenador. Outra situação também, não foi comigo, foi com um colega meu, uma professora do curso ela fala faz alguns comentários racistas, ele saiu do curso, ela fazia comentários do cabelo dele, ela também fazia muito comentário de classe, que a UEPG era boa quando aluno da escola pública não entrava, então esse tipo de comentário já ouvi. Essa questão da licenciatura, a Susana até perguntou quem sofre mais, então eu acredito que o

peçoal do noturno, mas principalmente as meninas e as meninas negras, e porque não tem iluminação, a aula estende, o ônibus é muito complicado, já tive colega minha que foi assaltada porque ela queria ir na biblioteca de noite e ai acabou sendo assaltada e a questão da TH falou do professor, acredito que eu saiba quem é, teve um colega que disse: “esse professor está falando umas besteiras pra você”, até então eu não tinha percebido. Isso realmente acontece, o que acho mais grave, que querendo ou não, sendo mulher você vai sofrer assédio infelizmente, mas o mais grave é passar pano e não lembrar, é uma coisa que não é falada. Então, é colocado cartaz, tem que tirar, é feito uma discussão não pode, isso acho que é o mais grave.

Pesquisadora: Perfeito, JE, acho que você falou uma coisa muito importante. JU, pode colaborar.

JU: Como a MA comentou sobre os cartazes né, foi exatamente na época que eles não queriam ouvir a palavra estupro, assim mas: “não aconteceu isto, não” é tipo “que que é isso?” “da onde né?” E aí a gente fez, a gente colou os cartazes, foram frases assim bem impactantes: “aqui uma mulher foi estuprada” e “aqui aconteceu tal coisa”. Eu vejo, assim, principalmente nesse, caso que aconteceu com a com a aluna de licenciatura em geografia, o despreparado, assim, que que existe. A AN tinha comentado, mas é um despreparado muito grande por parte da Universidade, de infelizmente não capacitar, por exemplo os técnicos, os colaboradores, as tias né, os seguranças, porque o atendimento é necessário. Eu acredito assim, é necessário fazer, tomar medidas para que não aconteça, mas que se aconteça, que isso seja tratado com bastante atenção, nessa questão da assistência que que a AN comentou, acredito que que não tenha mesmo ou se existe agora né. Faz tempo que eu não tomo a frente sobre esse assunto, mas na UEPG tá bem pouco ainda, tanto de relatos que a gente veio ouvindo. Acredito também que o pessoal do noturno acaba sofrendo muito mais, e principalmente se for é mulher, negro ou negra, ou gay, homossexual, né entre outras. Acredito que uma hora, você comentou até às 7 horas, uma hora é muito pouco para gente, de tanto casos que a gente vivência ao longo da nossa graduação. E isso não só na graduação, a gente não vivência isso só, não, é que a gente vivência isso sei lá, por ser mulher, por ser negro, por ser gay, por ser lésbica, entre outros né. Então eu fico, na verdade, eu queria também fala que eu fico bem feliz com a sua pesquisa, porque eu espero que tenha bons resultados sabe? Eu fico bem triste quando acontece coisa assim, e quando a gente é silenciado dentro

dos departamentos, dentro da sala de aula, coisas que deveriam ser instâncias da UEPG que deveriam ser para ajudar, para dar qualquer tipo de assistência, muitas vezes são utilizados para silenciar. Acredito que é isso, ou vou ficar aqui falando, falando.

Pesquisadora: Eu também espero que tenha bons resultados, com a Participação de vocês vai ter. Eu vou passar para DY, depois para MA.

DY: Eu queria falar sobre a Nathalia, eu conhecia ela, o Mateus também e não sei, assim, dentro da universidade eles se conheceram, namoraram, eles eram diferentes, então dentro da universidade eu sentia aquela coisa assim, eles namoravam, daí se separaram, os amigos andavam com um ou com outro, e foi um caso que aconteceu fora, apesar dele ter ido depois para universidade. Foi bem difícil pro curso, os dois eram amigos de todo mundo e foi bem impactante na época. A universidade também não fez nada na época, mas também não sei o que poderia fazer, proibir os outros de namorar? Sei lá. A questão dos assaltos é, ocorre e vão continuar ocorrendo, enquanto os assaltantes se sentirem impunes, não sei de um assaltante que foi preso na UEPG, tanto que estudante é alvo fácil, tem computador, celular, mas com uma faquinha eles conseguem tirar da gente, porque a gente não tem como se proteger. A questão da rixa entre curso que você comentou, de agronomia e odontologia, como entrei faz bastante tempo, já tive contato com várias turmas, o que que acontece: como o curso de agronomia costumava ter bastante meninos e o curso de odontologia meninas, o que acontecia, desde o começo, os meninos de agronomia sempre se relacionavam com as meninas de odontologia, são muito bonitas, então tinha essa rixa que os meninos da agronomia falavam que quem entrava em odontologia era gay porque era como se fossem os concorrente deles né, no relacionamento e aí sempre teve essa rixa entre agronomia e odontologia. E aí nos últimos anos eles passaram a se ofender, isso já diminui bastante, mas eu nunca vi nenhuma violência entre os cursos, eles sempre acabam gritando, acabam presenciando essa rixa, mas isso daí acabou caindo bastante nos últimos anos, acho que era isso que eu queria falar.

Pesquisadora: É importante isso que a DY falou, porque às vezes parece que é uma coisa de agora, uma coisa que aconteceu aquele ano, mas na verdade vem de uma construção entre os cursos e a gente nem sabe. Eu, por exemplo, não sabia

desse relacionamento entre eles e imagino que a universidade, enquanto estrutura pedagógica, não tem noção também. A MA agora?

MA: Então, no caso do estupro que as meninas da geografia falaram. Foram colocados alguns papéis nas salas de aula. Eu tava tendo aula, o professor viu um dos cartazes e começou a perguntar o que tava acontecendo, a gente tentou explicar. E ele ficou chocado, não com o estupro em si, mas que a gente tava numa universidade onde as pessoas são inteligentes e isso não deveria acontecer. Ele começou com uns papos de que machismo não existe, assim, uma coisa fora da realidade. Eu tinha uma colega, muito feminista e ela começou a debater com o professor, aí ela foi pro banheiro chorar e depois de um tempo ela acabou saindo do curso, ela não conseguia mais assistir a aula desse professor, ela era de longe a melhor aluna do curso e ela acabou desistindo por causa dessas questões.

Pesquisadora: Eu acabei percebendo que a AN colocou, você colocou, outras pessoas, a JE também, que algumas pessoas, por causa de uma violência, né, uma opressão, acabam desistindo da universidade, isso é muito triste. Eu acho que a gente até acabou passando um pouquinho do horário, concordo com a JU, uma hora é pouco para falar de tudo que a gente viveu né. Acho que cada uma de vocês podia falar mais do que uma hora sobre a própria vivência, e seria extremamente interessante, o que é o que você já viveu, mas a gente vai ter que encerrar o grupo hoje né, eu agradeço muito, foi muito bacana, eu sei que o tema de hoje foi mais pesado, mas em compensação agora a gente só tem encontro segunda-feira que vem, tá bom? Das 18 às 19 horas. Vai ser o último dia, então vai ser bem legal, para gente fazer um encerramento de todas essas coisas que a gente falou. Eu vou mandar de novo lá o *link* do formulário para vocês colocarem como se sentiram no grupo, se tem alguma coisa que queria falar que acabou deixando, esqueceu de falar, qualquer coisa assim, não se preocupe, tá? Eu novamente tenho que deixar os Canais de denúncia para vocês, para fazer aquele lembrete né, então em relação aos direitos humanos: Disque 100, um Canal Nacional. Na universidade tem o Núcleo Maria da Penha, que atende violência doméstica né, e familiar contra a mulher. Tem a PRAE, Pró-Reitoria de assuntos estudantis, vocês podem levar demandas dos Estudantes para lá. Tem o NEDDIJ que trabalha com as questões de adolescente né, e criança que sofre violência, então às vezes é uma situação que foge a universidade, mas que tá acontecendo na casa de alguém, alguma coisa que vocês trabalham na escola, que

vocês podem trabalhar, e tem um Canal de denúncia na ouvidoria da UEPG, que vocês comentaram hoje também. Eu agradeço muito vocês, espero vocês no dia 28 às 18 horas também. Obrigada, tchau.

### TERCEIRO ENCONTRO

Pesquisadora: Boa noite a todas. Hoje é nosso terceiro e último dia de encontro No grupo Focal. Eu agradeço mais uma vez a participação de cada uma que se disponibilizou estar aqui comigo, lembro que a reunião de hoje também vai ser gravada, seguindo o termo de consentimento livre esclarecido. Iremos fazer no formato dos últimos encontros, eu farei um breve resumo do que foi conversado no último encontro. Como hoje todo mundo já participou, eu não vou fazer apresentações e vou partir direto para o resumo do último dia. A gente conversou sobre situações de violência dentro da Universidade, relação professor-professor, professor-aluno, aluno-servidor, aluno-comunidade interna e externa. A percepção que vocês trouxeram foi entre relações professor-aluno, como assédios morais, sexuais e violência sexual. Além disso, violência direta sofrida pela comunidade interna por pessoas da Comunidade externa, como assaltos, estupros, etc. A reclamação sobre a universidade não dar respostas às situações de violência foi praticamente unânime no grupo, tanto para relações entre aluno e professor como comunidade interna-externa. Também foi falado sobre proteções aos professores assediadores, demora nas respostas E a falta de apoio para denunciar esses casos. Além disso, a gente conversou também sobre ter medo, quando a gente é mais novo, nos primeiros anos da graduação, de enfrentar de assédio moral Por parte dos professores. Esses relatos de vocês também né mostraram a questão da exclusão de pessoas da Universidade, fazendo com que elas se desanimem em continuar na universidade ou até mesmo fazendo com que pessoa acabe desistindo DOS CURSOS em que elas estão matriculadas. O relato foi de que ser mulher, estudar à noite, ser LGBT é um intensificador para sofrer alguma violência na universidade. Sobre o que a universidade poderia fazer é de que a UEPG é negligente com as meninas, que sempre passa pano para situações de violência, e que uma coisa estrutural seria a iluminação e a segurança nos dois campis. Então meninas, este é o último dia. O tema de hoje é direitos humanos e violência na universidade. Como é o último dia vai ser o

dia mais de fechamento dos assuntos né, então as abordagens podem, às vezes parecer um pouco repetidas, mas é para gente concluir algumas ideias que a gente discutiu tanto no primeiro quanto no segundo dia. Então começando, eu queria saber de vocês se vocês consideram que a universidade é o espaço adequado para se falar sobre direitos humanos e sobre violência. Quem gostaria de começar?

LI: Posso começar, Susana. Assim, em todas, todas as instituições de ensino né, seja a universidade, seria assim, para discutir realmente, e a gente acredita sempre sempre teve em mente, desde que que a gente entra na escola, que a universidade, e, seria um ambiente, assim, que as pessoas seriam mais esclarecidas né. Então nesse ambiente a gente acreditava que não fosse existir, ou se existisse, assim, uma questão de violação dos direitos humanos, que fosse uma coisa bem menos, mas quantos casos, mas o que a gente vê? Não é isso, é uma realidade totalmente diferente. Infelizmente, agora nesses últimos 4 anos, com esse governo federal que a gente tem essa, essa, esse abismo entre as classes sociais e toda, assim certa forma, as minorias, a população em geral que ficou mais discriminado ainda, então os direitos foram mais violados, porque cada um acha que tem, que a sua verdade, ele, como o presidente é, uma pessoa assim, que que é truculenta, para mim essa palavra, ele, todo mundo, acha, quem tem nível de pensamento igual o dele, tem uma certa legitimação dos seus atos, então ele acha que ele pode tudo, quando ele se intitula cidadão de bem. Então os direitos, assim na universidade, e no meu ver, a universidade, infelizmente, a gente vê que muitas dessas coisas, muito desse pensamento aflorou, assim, as pessoas acharam que elas podem, então agora elas perderam, assim, digamos, aquele discernimento, aquela: “ah, não, eu não vou falar, porque eu posso ser mal interpretado.” Agora parece que ficou meio escancarado, então se, eu se eu não gosto, por exemplo, de homossexuais, de relações homoafetivas, coisas assim, eu me acho no direito de ir lá e dizer que eu não quero e não quero presenciar aquilo, por exemplo, e que não aceita. E não importa o que o outro tá sentindo. E daí, como como a gente comentou nos outros encontros, os professores, eles, eles sentem que eles são protegidos pela instituição, então eles ficam meio que blindados a qualquer tipo de retaliação que possa ter, de consequência que possa ter. Então, a universidade seria um espaço para que cada vez mais pessoas tivessem, assim, entendimento e pudessem debater sobre os Direitos Humanos. Mas infelizmente não é isso que a gente vê. E pode passar um tempo,

parece que as coisas cada vez, não que eu aviso, assim essa é minha visão, eu que eu vi, tanto de quando eu fiz a primeira graduação quanto da segunda graduação, agora eu vejo muito. E infelizmente os cursos que tem a maior parte dos professores do sexo masculino é pior ainda, é muito pior, que, que eles conseguem, ele se protegem parece que entre eles ali.

Pesquisadora: Entendi, então você colocou que a universidade deveria ser um espaço para a gente falar sobre esses assuntos, mas acaba que às vezes não é um espaço e muitas vezes ainda acaba sendo um lugar que o discurso é ao contrário né.

LI: Exatamente isso.

Pesquisadora: Agora vou passar pra AL que levantou a mão, tá bom? E depois acho que a JU pode comentar um pouco sobre aquela questão também de as pessoas colocarem como uma opinião né, acho que é legal, você colocou aí no chat, vou pedir para você dar uma palavrinha. Pode ir, AL.

AL: Então, eu acho que é a universidade deve tratar essas questões e queria até fazer um comentário aqui que eu estou me formando em serviço social né, e tá nos princípios, no código de ética da minha profissão que enquanto assistente social devo lutar pela defesa intransigente dos direitos humanos e até mesmo na minha grade curricular, curso, não tem nada sobre isso direitos humanos, na verdade assim. Você lida durante os quatro anos o tempo inteiro né sobre direitos humanos, mas se você não for lá, não for pesquisar, não tiver curiosidade de ir atrás: mas o que são esses direitos humanos que a gente tanto fala? Você nunca vai entender muito bem o que é, você nunca vai entender qual contexto desses direitos humanos, então se está no código de ética isso ele não está na minha sala, já é uma coisa muito complicada né. E se a gente for pensar também, educação pública, a fato da gente estar numa universidade pública, e ter acesso a isso, e as cotas e tudo que envolve Isso já é um grande exemplo dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, que é a educação, assim. Então eu acho que tem assim que ser tratado mais. Eu não posso falar pelos outros cursos né, mas pelo menos é isso que eu posso falar para vocês, para acrescentar.

Pesquisadora: Obrigada, AL. Acrescentou bastante. Como às vezes tá no juramento mas não tá na grade curricular, né? A JU agora e depois a GA levantou a mão.



JU: Oi meninas, tô um pouquinho rouca hoje, então só vou falar pouquinho, menos do que de costume. Então eu acho que deveria sim tá na dentro né desses espaços, da Universidade, a discussão sobre direitos humanos, não só sobre direitos humanos especificamente, mas como os direitos mais centralizados assim tipo direito da mulher direito, do LGBT, direito dos negros, de todas essa tidas como minorias, mas que não são, acabam não sendo Nem minorias. Acredito que indo um pouco de encontro com o que a LI falou, muita gente, por achar que agora nossa tá muito mais liberal, muito mais normalizado as coisas, e acha normal colocar uma opinião, colocar um preconceito disfarçado de opinião, acredito assim, “mas eu não, não eu não gosto de gay, eu não gosto de negro”, e fala “mas é minha opinião” não é uma opinião isso daí, se fosse né, a opinião você saberia respeitar, você saberia entender, você não precisaria ter esse tipo de fala né. Na verdade, acredito que é isso, eu acho que tem que tem sim ser discutido dentro da Universidade, não só violência, a violência em si, violência física, mas os outros tipos de violência também: violência doméstica, violência verbal, violência física, violência Moral, Entre outros tipos né de violência, que a gente acaba se perdendo ou por desconhecer o assunto, eu sinto. Mas acredito que seja isso sim.

Pesquisadora: Obrigada, JU. Agora é a GA.

GA: Sobre esse debate eu acredito que em alguns cursos seja implementado, né a discussão sobre os Direitos Humanos. Mas eu acredito, assim, que o grande problema da Universidade como um todo é que muitas pautas ficam só no debate né, não há a prática disso, então vai ficar sempre sendo essa questão de muitos debaterem, mas uns poucos defenderem a prática. E sempre continuar a ignorar, empurrar para baixo do tapete. Como a gente vê muitos casos de transsexuais né, que agora tão tendo mais acesso à universidade, O que é muito bom, mas as pessoas, assim, que gostam da área da pesquisa, algumas pessoas, como eu tô falando aqui, enxerga somente como pesquisa, só querem pesquisar sobre essas pessoas, sobre sua entrada na academia, sua entrada, como é a vida delas, no mercado de trabalho, e não coloca em prática e inserir essas pessoas dentro da Universidade. Então aí, eu não sei, acho que as pautas elas deveriam ser mais colocadas em prática e não somente ficar em debate.

Pesquisadora: Essa é uma crítica forte na pesquisa e até na minha dissertação. As pessoas são sujeitos de direitos humanos ou elas são objeto de discursos sobre direitos humanos?

GA: Isso, eu não soube me expressar direito.

Pesquisadora: Não, se expressou perfeitamente. Se encaixa perfeitamente, que às vezes as pessoas são só discurso de direito humano e não sujeito. Mais alguém que falar nesse tópico, posso ir para a próxima pergunta? Então JE e daí AN.

JE: Sim, eu acho que nos cursos da licenciatura deveria ser mais discutido até porque direitos humanos e violência deveriam ser discutidos em todos os espaços públicos ou não públicos. Deveria ser discutido na escola, na universidade, no trabalho. Mas assumindo que a universidade é um espaço muito bom para debates em torno disso é essencial que seja discutido dentro da universidade. Eu concordo com as meninas muito nesse sentido, de só ficar na discussão e não colocar em prática, principalmente a questão da violência que é você realmente tratar dessa questão de como identificar quando está num relacionamento abusivo, como você pode ajudar alguém que está nessa situação, ou ainda no caso dos direitos humanos principalmente, por exemplo, porque que as pessoas transsexuais, porque você só se preocupa com elas quando você tá interessada na sua pesquisa, que envolva elas. Teve um caso no meu curso, que a pessoa, um homem trans, e ela não havia comentando sobre isso, e uma pessoa perto dela acabou descobrindo e espalhou pro curso e fez, enfim, é uma situação complicada. Trazer esse discurso para a universidade mas de uma forma que realmente tenha um retorno de fato. E eu acho bem problemático essa questão que a LI trouxe, desses projetos escola sem partido, projeto ideologia de gênero que não existe, então, trazer essas questões pra universidade, porque que isso não existe, porque as pessoas falam tanto sobre isso.

Pesquisadora: Perfeito. AN pode falar.

AN: Acredito que deveria, né sim, a universidade deve ser um espaço de produção, de debate, e levar a população o conhecimento sobre o que vem a ser direito humano. No nosso país, se você vai aí nos comentários da rede social, você vai ver como é esse discurso sobre direitos humanos é distorcido né. E, então, por pessoas que não têm a capacidade de compreender o que é direitos humanos, também nunca se deu ao trabalho de compreender a importância disso né. O quanto nós avançamos enquanto sociedade a partir dos direitos humanos e que deve ser

resguardado para as crianças, para as mulheres, idosos e uma sociedade que vive em coletivo. E essa pergunta me fez pensar também na questão da população carcerária, o quanto ela é vítima, se permite um discurso de ódio muito forte no Brasil, e não assim, questões de se deve, porque certo errado ele estar preso, mas como essas pessoas não são tratadas como pessoas né. Você vai ver aí, qualquer comentário, as pessoas querem botar fogo numa prisão e acho que assim que o Crime Vai acabar né. As pessoas preferem armas do que entender porque que o nosso país é tão desigual e não assegura os direitos das pessoas, porque não ter acesso à moradia, não tem condição de alimentação né então o nosso país é muito muito carente de direitos humanos. Era algo assim que tá na hora né, de ser mais fomentado, como a JE falou, na universidade, na escola, no trabalho, em todos os espaços, porque é um assunto assim emergente no nosso país e, que nós que temos acesso às pesquisas, às leituras, a gente consegue compreender, mas a maioria da população cai nesse discurso de ódio, né totalmente distorcido sobre O que é o direito humano, porque ele que assegura Todos nós né, isso deveria ser muito mais tratado, com responsabilidade.

Pesquisadora: Perfeito, AN. Acho que você tocou em alguns assuntos que a gente conversou. Sobre levar isso para a comunidade, a pesquisa não é só pro gabinete da gente. Eu vou pra próxima pergunta. Vocês conhecem algum projeto, pode ser um projeto de pesquisa ou extensão, que fale sobre direitos humanos e violência? E eu vou começar pedindo para ER responder, porque ela não participou nos outros dias, só pode participar hoje, primeiro dia dela hoje, ela é do jornalismo. então ER se você quiser participar, aí você pode se apresentar e responder a pergunta.

ER: Oi, gente. Aí, apareci. Então, eu agora assim de cabeça só consigo lembrar do ELOS, que é do curso de jornalismo, que é um projeto de extensão, que é voltado para os direitos humanos. Eu não sei qual foi a pergunta anterior, Mas eu vi que tava falando sobre transsexualidade, e esse é um problema muito sério no nosso curso, quando vai pautar essa questão, exclusiva de transexuais, durante a graduação só depois a gente vai entender mesmo, até pelos professores, não sei qual a capacitação deles para isso, mas a gente procurar eles só pra dizer sobre esse tema e não tipo pega eles como fontes profissionais e incluir nas matérias, na sociedade e

mostrar que não são só trans falando sobre trans. Mas sobre direitos humanos que eu lembro agora é só o ELOS. Seu eu lembrar mais eu vou falando.

Pesquisadora: Se lembrar pode falar, colocar no *chat*. A DY que é da Agronomia sabe de algum projeto?

DY: Não, pior que não sei, não é muito da área. Eu não, não cheguei a pesquisar ou ver sobre isso.

Pesquisadora: Sem problema, vamos Então pegar outro polo, a AL que é do serviço social.

AL: Conheço. Graças a Deus eu conheço. Conheço o NUMAPE, núcleo maria da penha que ele lida com o enfrentamento a violência contra mulher né, tem o NEPIA também, que eu acredito que entre também, de estudo, pesquisa e extensão sobre infância e adolescência né, onde a gente trabalha meio fazendo estudos e participando de conselhos municipais de direitos das crianças e adolescentes, faz várias campanhas né. E também tem, não sei se entra, Mas eu acredito que, eu não sei o nome certo, mas acho que é o INTERMIG, você participou né, Su? Não sei que falar muito sobre o projeto, mas como tinha amigas e professoras que participavam também, eu lembro de que ele atende Imigrantes né, que ingressam na faculdade, tudo mais, não sei explicar muito bem certo. Mas vocês foram os três que eu lembrei agora de cabeça, o NUMAPE, o NEPIA e o INTERMIG.

Pesquisadora: Como a AL falou, estagiei no INTERMIG, um ano mais ou menos, ele trabalha com alunos intercambistas da UEPG, fazendo esse cuidado, essa assistência, assim, para os alunos se adaptarem melhor quando eles vêm de outros países para cá e agora também tá fazendo outros outras ações com refugiados e outros imigrantes para além da Universidade, um projeto bem legal mesmo. O GETE da geografia foi citado no *chat*, as meninas da geografia sabe mais algum?

JU: Na geografia, a professora CA, eu não sei se a pesquisa dela foi aqui em Ponta Grossa, mas ela, eu sei que, acho que, a tese dela de doutorado foi sobre a população carcerária feminina, sobre, era alguma coisa relacionado, acho que, acesso ao absorvente, a higiene básica assim, mas não vou saber direito né qual é o foco, mas mais ou menos nesse sentido. E o GETE, conheço o NUMAPE também e acredito que sejam esses do que os que eu conheço.

Pesquisadora: Perfeito. A EM que é da Zootecnia, conhece algum?

EM: Me escondendo do frio. Mas eu não, não conheço nenhuma, a primeira pesquisa que eu fiquei sabendo foi a sua.

Pesquisadora: Pelo menos né, teve a minha. (risadas) Mas mais alguém ia falar se conhece, não conhece, lembrou de algum? O RONDON também, Ale, sim entra. A MA que é da física, nenhum?

MA: Vocês falaram de projetos assim, o que eu conheço é um documentário que eu vi de umas meninas de jornalismo fizeram sobre algumas mulheres que sofrem aborto e aí meio que era para ver como que os hospitais eles não estão preparados para lidar com as mulheres, tem no YouTube o documentário. Mas que daí a AN que ela também, acho que o trabalho dela aí também era sobre eu esqueci o termo, também questões de gravidez, coisas erradas que fazem nos hospital e não deveriam.

Pesquisadora: Não é violência obstétrica?

MA: Isso, é.

Pesquisadora: Acho que eu sei qual trabalho que é. Essa era mais objetiva né, sabia, não sabia. Um termômetro então, sabendo sim (lendo comentários do chat) trote solidário, meio ambiente, casa da acolhida. Ah, isso é verdade, tem às vezes, os alunos né, pelo trote solidário, conhece alguns projetos e programas que estão fora da Universidade também. Vamos para próxima perguntinha gente. Essa também é uma pergunta mais direta né. Vocês podem responder sim, não né ou podem elaborar. Mas é: onde vocês iriam denunciar uma situação de violência na universidade? Não precisa saber certinho, mas: “ah, não eu não iria denunciar” ou “eu iria, mas eu não saberia onde” ou “eu saberia, eu ir em tal lugar” ou “eu não tenho certeza, mas eu acho que eu iria em tal lugar” pode responder bem livre. LI agora, que já tem duas graduações, então vamos ver o que ela fala.

LI: Então o que eu eu acho assim que eu iria, o primeiro passo seria aí conversar com a coordenação né do curso, o chefe de departamento, principalmente, mas é quase certeza que ele ia jogar para o chefe do colegiado, e o colegiado, e pelo menos no curso de agora, de ciências contábeis, seria assim daí, ele, até Apesar que o chefe de departamento de agora até que ele é, bem, assim, mais sensato, mas mas mesmo assim ele é muito pressionado, que eu percebi isso, mas eu acho que eu iria diretamente no chefe de departamento. Aí se eu visse que não tinha, que não, assim, não ia fazer nada, além disso eu também ir procurar acho que registrar um boletim de ocorrência, alguma coisa assim. Mas dentro da Universidade, mesmo que por

exemplo, para nós, não foi tão divulgado, não é tão divulgado não vi assim, aonde você pode ir quando você tem alguma situação. Sempre nos comentavam que era com o departamento. E tanto que o ano, o ano passado não, em 2019, teve uma situação que um professor lá, que é um, assim, agora ele saiu para fazer um outro doutorado, lá mas ele era acostumado a maltratar os alunos e uma aluna chegou a passar mal na sala, aí eles foram, os chefe do departamento, foi de sala em Sala vendo se alguém sabia onde que era o ambulatório da UEPG ali no centro. Então foi uma situação assim, que eu fiquei até chocada, pensei “Nossa, mas eles não sabem uma estrutura que básica assim né, para qualquer tipo de atendimento”. Eles não sabiam. Então eu acho que o apesar da desinformação da gente não saber onde correr, ia ser o departamento mesmo, chefe de departamento e o colegiado, era a primeira, o primeiro nível que eu ia procurar.

Pesquisadora: Entendi. A JE acenou a cabeça. Seria mais ou menos esse caminho que você faria?

JE: É bem isso que eu pensei quando você fez a pergunta. Eu acho que ia falar com a coordenadora do curso, ela é uma pessoa bem atenciosa, Que ela ia tentar fazer alguma coisa, talvez ela fosse jogar pra debaixo do tapete. Mas pelo que eu vejo dela, ela seria atenciosa. Mas que nem ela falou também essa questão do boletim de ocorrência, se não fosse ali dentro dos blocos, se fosse nos blocos, parte dos pontos de ônibus, eu ia fazer um boletim de ocorrência. Mas como ela falou, é muito difícil, a gente não sabe muito bem a quem recorrer além da coordenação do curso. E acho que foi comentado em outro encontro que tem muitas câmeras que eles falam que é apagada e tem muita câmera que não funciona e eles falam que é pagada. Então tem isso também.

Pesquisadora: A ER levantou a mão, depois a JU.

ER: Eu faria isso, o mesmo caminho, mas faria os dois ao mesmo tempo. Para coordenação e na verdade entraria já em contato com o NUMAPE e ou pedir orientação para eles, porque assim, no nosso departamento tem um professor específico, mas tem mais, mas tem um específico que já tem vários processos de alunos e tá lá dando aula de boa, tranquilo então às vezes levar pro departamento, e por mais que seja feito o registro, não adianta de muita coisa não.

Pesquisadora: Entendi, ER. Agora JU.

JU: Eu acho que a primeira coisa, eu não sei, é difícil pensar em horas que acontece isso, mas eu acho que primeiro eu procuraria ajuda entre amigos assim, tipo, eu procuraria saber quem que poderia ser um ombro amigo, me acolher primeiramente, para daí sim eu ter coragem e procurar tipo um local adequado para fazer denúncia. Mas acredito que dependendo de quem fosse o chefe de departamento, que fosse a coordenação específica, eu iria nesse nesses lugares também ou então para PRAE né que se mostra sempre aberta a esses assuntos assim, então talvez também eu fosse na PRAE.

Pesquisadora: Perfeito, JU. GA?

GA: Procuraria no departamento, mas eu acho que eu iria diretamente fazer um boletim de ocorrência. Ali no nosso costume já teve situações em que uma aluna foi assediada na orientação dela, ela tinha os *prints*, todas as provas e foi bem abafado e não deu em nada. Então eu acho que eu procuraria a orientação e iria direto fazer um boletim de ocorrência com todas as informações possíveis.

Pesquisadora: Entendi. Mais alguma menina quer colocar? Não? Vamos pra próxima? A próxima pergunta é: durante os encontros, vocês conversando com pessoas de outros cursos, vocês percebem mais semelhanças ou diferenças entre os tratamentos que os cursos de vocês têm sobre direitos humanos e violência e sobre as situações que vocês relataram?

EM: Eu até escrevi em um dos formulários que você mandou que, com essas reuniões deu para perceber que os cursos basicamente tem os mesmos problemas, todo curso tem um professor autoritário, tem um professor assediador. Eu vi muitas semelhanças e a maioria dos cursos os coordenadores passam pano.

Pesquisadora: Sim, é verdade, você escreveu lá. JU pode falar.

JU: Eu acho que mais ou menos a mesma coisa. Eu acredito que existem muito mais semelhanças do que diferença, acho que as diferenças que eu consigo enxergar são casos específicos assim, tipo o que aconteceu especificamente num departamento e não aconteceu no outro, mas em si a violência ela tá bem generalizada, assim, em todos os departamentos.

Pesquisadora: Perfeito. Mais alguém? Perfeito, JU. Mais alguém quer colocar também pode colocar também no chat que nem a ER fez, AL, pode falar.

AL: Então, eu vejo, aqui depois de tudo que eu ouvi das meninas, A única diferença que eu percebo do meu curso para o resto, assim, essa questão de assédio

Por parte dos professores né, porque ele é 99% formado por professores mulheres, então acredito que só por isso mesmo, que essas questões assim não acontecem tanto no meu curso, mas acontece no corredor, então, tipo, por outras pessoas, então, eu vejo essas situações que foram colocadas que elas só vão mudando de endereço mas acontece em todos os lugares mesmo infelizmente.

Pesquisadora: Pois é. E aproveitando, a AL falou assim que no curso dela a maioria como são mulheres, as questões de assédio sexual ela percebe menos no curso dela. Vocês acham que há uma relação direta entre ser mulher e sofrer violência?

LI: Acredito que sim, que é uma situação que é histórica, e que em alguns cursos é quase que aquele negócio que acha mulher que “que está fazendo aqui?” Então é uma é uma situação bem difícil e quase sempre dizer “mas não foi bem isso” é mas a mesma coisa de situações assim de racismo, quer dizer: “não, você que entendeu errado, não foi bem isso, não foi bem isso que eu quis dizer”. As vezes ela é assediada sexualmente, mas aí, depois o professor, o assediador né, às vezes até uma professora, diz não, não era bem isso, você que entendeu, “me interpretou mal”. Então eu acho que as mulheres ainda sofrem muito mais esse tipo de violência, e na universidade isso aí também continua né, foi tanto fora quanto dentro da Universidade, que isso não deveria acontecer, mas às vezes, em alguns casos, acontece até mais do que fora do lugar onde real não deveria mas ainda acontece.

Pesquisadora: Perfeito, LI. A MA agora?

MA: Como a LI comentou, eu lembrei de um caso que entra nisso. Não foi na UEPG, foi na UTF, eu fiz um tempo automação e ai tinha um professor lá que na primeira aula ele começou a perguntar o nome dos alunos para conhecer e para cada aluno ele fazia uma pergunta e aí quando chegou nas meninas ele começou a perguntar: “você sabe o que é automação industrial?” tipo, se você ta fazendo aquele curso você pesquisou sobre ele pelo menos, então, pareceu assim um negócio para fazer as meninas passarem vergonha mesmo, sabe. E depois desse episódio, uma moça parou de ir. Ficamos em três e depois de um tempo só tava eu na turma, mas eu tive assim, uns momentos bem complicados nessa matéria, do professor parar a aula do nada e falar “vocês sabem porque as mulheres usam batom vermelho?” E eu usava batom vermelho na época, e aí ele explicar fisicamente porque vermelho chama



a atenção uns negócios assim, sabe? Então eu acho que tem muito essa questão, a gente tá num mundo muito machista.

Pesquisadora: Perfeito, MA. Eu vou puxar um pouco a DY, que ainda não comentou.

DY: Eu vou falar rapidinho porque eu preciso sair por causa da aula, mas eu acho que não. Eu não vejo isso, por ser mulher ou por ser homem, as pessoas sofrem violência igual, da mesma forma que as meninas são desrespeitadas, os meninos também são, também por ser negro ou branco isso também não é uma questão, na violência moral eu digo, mas na questão da violência física um assaltante com certeza vai querer assaltar duas meninas do que rapazes, nessa questão acho que sim.

Pesquisadora: Obrigada DY, pode ir pra aula, não se preocupe. AL, agora.

AL: Então, eu acho que há uma relação, sim, não só no âmbito da Universidade mas eu acredito que nós, que as mulheres, nós estamos infelizmente sujeitas a muitas violências, seja a violência institucional, uma violência na escola, seja na rua, seja na maternidade né, que nem foi comentado até por sinal. Então, é, eu na minha opinião eu acredito que há uma relação direta sim entre ser mulher e sofrer violência. Antigamente muitas pessoas não tinham essa visão, era algo velado, era, ninguém entendia essas violências que as mulheres sofrem diariamente. Então eu acredito que tem uma relação direta hoje em dia, não só hoje em dia, relação direta entre ser mulher e violência assim, só que muitas pessoas, infelizmente, não não, conseguem ver algumas coisas que sofrem, violências ou não. Acredito até que os números afirmam isso né.

Pesquisadora: Obrigada. Então hoje é um Fechamento, e a última pergunta é se vocês pensam que os direitos humanos, né, depois tudo que a gente discutiu, se destinam à proteção das mulheres? Ou você acha que não? Aí pode pensar o que vocês quiserem, bem Livre. Se você, se vocês como mulheres acham que vocês são sujeitos de direitos humanos? Vocês acham que os direitos humanos preocupam como, como você, como ser mulher? Como que vocês vem essa relação? AN, agora?

AN: Se eu compreendi bem sua pergunta, nós mulheres dependemos desse direito para termos uma vida digna, né. Por muito tempo a justiça virou as costas a ver e aceitar violência contra mulher como algo grave e que merecia ter atenção há muito tempo né, visto aí, os casos de feminicídio que ganharam a mídia recentemente, nos últimos tempos, e aí se teve uma mobilização muito grande para enfrentar a violência

contra a mulher né, isso aí alguns anos atrás, eu peguei muito essa época na minha adolescência que eu acho que quando eu tinha uns 15 anos que eu comecei a ver esses assuntos na mídia e na internet, e eu percebi que antes disso eu não vi tantas coisas e eu sempre gostei de acompanhar, desde que crianças, mídia, TV, assistir jornal, sempre gostei e hoje assim, daqui uns anos para cá, esses assuntos se tornaram muito recorrentes e de uma maneira assim que tá ganhando, incorporando argumento, tá passando daquela questão romantizada. Uma vez eu fui numa audiência na Câmara que o vereador fez vídeos com denúncia, e começou a chorar e fazer um teatro, Uma Coisa ridícula na Câmara de Vereadores, para ganhar Fama com um tema tão grave né. E hoje, acredito que ele fizesse isso, hoje ele seria ridicularizado, com razão, porque esse tema está ganhando cada vez mais seriedade, né, que merecia e talvez a gente consiga daqui alguns anos avançar muito mais e tentar diminuir casos de feminicídio e tudo isso só se dá por conta de se assegurar esse direito né as mulheres, e aí também uma questão de violência de gênero, racial, a mulher negra e perceber que a gente precisa avançar nesses debates. E com a seriedade que tá, Então somos sim, precisamos sim, porém ainda não o suficiente, ainda, atualmente os movimentos sociais, junto com projetos de extensão como o NUMAPE e outros pelo Brasil, só fortalece essa relação né, direito de existência também, Direitos Humanos, com questões aí recortes sociais, de gênero, de Raça, nesse sentido.

Pesquisadora: Isso mesmo, AN, que eu queria saber, no sentido, assim, vocês entendem que os direitos humanos de vocês mulheres está garantido? Se vocês têm esses direitos humanos né resguardados? Como vocês têm essa percepção? A GA levantou a mão.

GA: Ah, então eu acho que as pautas estão aí, as leis estão aí, né, para ser, para sermos atendidas. Mas eu acredito que enquanto todas as estruturas ainda sejam pertencentes à homens eu acho que a gente vai tá perdendo muito. Porque já é difícil você provar alguma coisa para alguém o tempo todo, tendo um homem ali coordenando, isso qualquer âmbito que seja o trabalho, seja denúncias, enquanto a maioria dos cargos a serem pertencentes a homens, eu acho que as mulheres vão ficar ali todo dia toda hora né reafirmando, debatendo, né, seja lá o que for, para conseguir garantir, né, ser assegurados seus direitos, porque ainda é muito difícil.

Pesquisadora: GA, nesse sentido, vou fazer mais uma pergunta: você acredita que as pessoas que fazem as leis sobre direitos humanos são homens?

GA: Assim eu acho que a grande maioria sim, porque eles tentam abordar, tentam assegurar alguma coisa, mas eles pensam muito neles né, o que é melhor para eles. É como se fosse um cala a boca, a gente vai fazer essa lei para essas pessoas ficarem quieta e achar que seus direitos estão sendo atendido. Eu ainda acredito que seja isso.

Pesquisadora: Perfeito, GA. A ER levantou a mão.

ER: Concordo totalmente com a NA, e principalmente com a GA. E aí trazendo um exemplo, assim que, é por causa disso que hoje Ponta Grossa conta com o Núcleo Maria da Penha, que não muda muita coisa assim, na forma de tratamento, até porque muitas mulheres também não consegue reconhecer a violência contra mulher, mas nesse sentido Ponta Grossa tentou ter essa iniciativa, deter outro tratamento, outra abordagem para essas questões sabe. E é isso aí, a gente precisa dos Direitos Humanos para poder ter direitos e tanto que a mulher sempre vai ser a que mais sofre né, seja ela negra, seja ela trans, seja indígena, ou qualquer outra característica que for vinculada a mulher sempre será maior que os homens.

Pesquisadora: Obrigada, ER. JE, pode falar.

JE: Eu concordo muito com a fala de todas as meninas mas principalmente com a GA, nesse sentido de que as leis estão aí, tem pessoas muito boas, como a Duda Salabert, que ela é uma mulher trans, mãe, e ela tem projetos maravilhosos, assim, tanto para o meio ambiente como para os direitos humanos das pessoas trans e outras outras minorias. Então, eu acredito que tem pessoas muito boas, eu acredito que tenha projetos muito bom, como foi comentado aqui né, tem aqui em Ponta Grossa. Mas eu ainda acredito que tenha um Grande Abismo entre colocar em prática esses direitos, por exemplo, se for falar de política aqui em Ponta Grossa, sempre tem né na câmara, em alguma sessão algum Vereador falando que a Josi ou a Joce Canto tá exaltada porque ela não sabe do que tá falando, aí então esse esse questionamento né de você falar sobre algo quando Você é mulher tá presente, tá presente na universidade e tá presente na política. Eu acho né que com certeza, melhor os dados dizem isso para a gente, a nossas vivências, confirma que você ser mulher tá muito ligada a você sofrer violência né. Tem aquela frase lá: de 4 a 5 mulheres, sua irmã, sua filha, sua prima vão sofrer assédio, moral ou sexual, durante

a vida, então é um abismo muito grande e com a situação do governo federal, estadual, só piorou muito com os anos. Claro, ela melhorou muito se for comparar com a época da nossa mãe, mas tem coisa muito absurda hoje me dia, pessoal tirando sarro da pandemia, falando que a ditadura militar não foi nada, a gente tem isso o tempo todo. Eu acho que a gente está caminhando, tem pessoas muito legais, tem projeto muito legais mas ainda tem um abismo.

Pesquisadora: Obrigada, JE. Meninas, a gente tá a dois minutos das sete. Eu quero saber se tudo bem a gente passar do tempo para todo mundo falar e daí a gente fazer um encerramento. Quem precisar sair, eu entendo, não se preocupe. Agora que eu vou passar para a ER, pode falar.

ER: Desculpa, eu vi que horas que eu vou te falar, mas eu não posso trazer um aspecto sobre a questão anterior bem rapidinho? Sobre mulheres sofrem violência né, eu acredito muito, isso acontece, mas uma questão pessoal, aqui na minha vida, porque eu sou uma mulher que não porta feminilidade, e assim, diferente de outras que são, tem mais feminilidade bem presente né, eu não sofro as mesmas violências, E então, assédio na rua sei lá, essas coisas assim sabe? Tanto que a primeira vez que eu usei saia foi esse ano, que eu curti usar saia, eu fiquei um pouco de medo de ir para rua e até porque eu não sei o que que eu ia sofrer, assim se seria violência contra a mulher, se seria uma homofobia, seria transfobia, eu pensei em múltiplas e eu nem sei se eu poderia sofrer, mas não saberia qual, porque as pessoas não me reconhecem enquanto mulher.

Pesquisadora: Essa abordagem é muito interessante feminilidade. Queria poder estudar mais, agora tá abrindo um pouco fora da pesquisa, a Susana, agora que tá conversando com vocês, eu queria muito estudar mais essas questões. A JU colocou ali no *chat* que “acredito que o mundo seria melhor se fosse pensado por mulheres”, né nessa questão eu perguntei também para GA né, se ela acredita que as leis sobre os direitos humanos são feitos por homens, a JE falou que existem mulheres que tão no legislativo que pensam projetos tudo mais, mas que há um abismo muito grande né, a gente tem uma maioria na política masculina. E na universidade agora, vocês acham a Universidade um ambiente masculino? Nesse mesmo sentido assim que a JE trouxe, que a JU colocou, que a GA.

MA: Eu acho que sim, porque se tivessem mulher essa questão de assédio não fosse passada pano, as coisas seriam mais levadas a sério, não tentariam

esconder quando mulher, naquele caso de geografia que elas colocaram cartazes para falar sobre estupro, então acho que sim.

ER: Acredito que sim. Tanto que no ano passado, assim, vou pegar um caso isolado para generalizar. Mas no ano passado teve um caso de assédio no nosso departamento e a coordenação era uma mulher e ela fez uma reunião com todas as meninas que ou sofreram assédio desse cara ou sabiam algumas situações, conversou com a gente e depois teve uma conversa só ela e ele até então nunca mais. Ele nem chegou perto, nem falou mais com ninguém, então, de certa forma resolveu porque era uma mulher na coordenação.

Pesquisadora: Interessante esse relato. Mais alguém quer comentar? Não meninas, então tá bom. AL, pode falar?

AL: Então, eu tava em dúvida, não sabia o que responder nessa questão na verdade. As mulheres elas estão sim ocupando um espaço enorme na faculdade né, só que eu acho que o maior problema é voz, que mesmo que a gente tenha dentro de uma sala, de uma reitoria, por exemplo tenha dois homens e 5 mulheres sentada na cadeira, assim por exemplo, quem vai ter voz vai ser os homens e quem geralmente da palavra final sobre as coisas são homens ainda, então fiquei em dúvida, não sei se eu tô certo ou errado, mas eu, fiquei em dúvida se se tem mais homens ou não ou enfim, mas eu acho que as mulheres vem ocupando espaço muito grande na ciência né nas universidades, mas ainda não tem voz, é um espaço que mesmo tendo mais mulheres quem acaba dando a palavra final é sempre o homem.

Pesquisadora: Hoje em dia tem mais mulheres na universidade estudante do que homens, mas nessa perspectiva completamente cabível né Mesmo sendo maior numericamente, a gente não consegue ter tanta voz, ser ouvida, é nesse sentido mesmo. Mais alguém? Vamos para o encerramento. Então eu queria saber se ficou alguma dúvida, alguma sugestão, se vocês têm mais alguma coisinha para colocar antes de encerrar? Não? Eu já tô triste né porque vai acabar, tava muito bacana conversar com vocês, ouvir vocês tá. E eu vou mandar o formulário do último dia hoje, então quem participou hoje daí preenche mim, como se sentiu no grupo, se você tem alguma coisa que esqueceu de falar, algum apontamento, tá bom? Se sinta bem à vontade. Todos os encontros eu deixei: disque 100, canal nacional de disque denúncia para violações de direitos humanos, tem o NUMAPE-UEPG, né no caso de violência doméstica ou familiar contra mulher, a PRAE que a JU falou hoje, você podem contatar

ela em algum caso de violência estudantil, o NEDDIJ, trabalha com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, também projeto de extensão da universidade, podem ligar ou procurar para ter mais informações, ou indicar para alguma tia, família, questão de guarda de criança. Tem a ouvidoria da UEPG também. Esses são os canais que eu trago. Eu agradeço muito mesmo hoje, o dia foi muito produtivo né, a nossa conversa. Espero que todos vocês tenham uma boa noite, fiquem muito bem. Quando terminar a pesquisa, eu vou mandar no e-mail de vocês para vocês terem acesso ao resultado. Qualquer coisa que vocês precisarem, se precisar de outros, outras questões, para além da pesquisa também, pode me procurar. Obrigada, agradeço muito.